

unesp  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

A QUESTÃO DE GÊNERO NOS SINDICATOS DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP

Orientador: **Antonio Thomaz Júnior**

Dissertação De Mestrado Elaborada Junto ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia -
Área de Concentração: Desenvolvimento
Regional e Planejamento Ambiental, para
Obtenção do Título de Mestre em Geografia

PRESIDENTE PRUDENTE
2003

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação

FCT- UNESP - Campus de Presidente Prudente

C319q	<p>Carvalho, Terezinha Brumatti. A questão de gênero nos sindicatos de Presidente Prudente – SP/ Terezinha Brumatti Carvalho. – Presidente Prudente:[s.n.], 2003 205 f. : il. + anexo</p> <p>Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia</p> <p>Orientador: Antonio Thomaz Júnior</p> <p>1. Trabalho 2. Gênero 3. Sindicatos - Presidente Prudente (SP). 3. Mulheres Trabalhadoras e Sindicalistas. – Presidente Prudente (SP). I. Carvalho, Terezinha Brumatti. II. Título.</p> <p>CDD (18.ed.) 331.8809816</p>
-------	--

DEDICATÓRIA

Dedico às mulheres:

Aquela que me gerou e com muita garra criou seus 6 filhos.

Aquela que me acolheu como filha, pela união com seu filho.

As amigas de longa data..

As amigas do CEGeT e CEMOSi

As amigas de M. C. Rondon, de P. Prudente e Irapuru.

As irmãs, pelas brincadeiras em nossa infância...

Aquelas que me cercaram um dia e hoje não mais estão aqui....

Aquelas que pouco me cercam: as cunhadas e as sobrinhas.

As amigas que se anularam, com o casamento frustrado, filhos não planejados e com a vida difícil que levam por falta de oportunidades ou de não saber como criá-las.

À todas as mulheres trabalhadoras que dedicam seu tempo ao trabalho, militância e ao bem maior, os filhos.

Também dedico a ala masculina:

Aquele que eu amo incondicionalmente.

Aos amigos do CEGeT e CEMOSi.

Aos amigos de M. C. Rondon e P. Prudente.

Aos irmãos, referenciais eternos de ser humano ...

Aos cunhados e sobrinhos.

Aos dois homens, patriarcas de minhas duas famílias, que hoje não mais compartilham momentos como esses.

À todos que buscam por meio de seu trabalho o sustento de sua família.

À todos os trabalhadores, homens e mulheres: vivam, lutem e sejam felizes!

AGRADECIMENTOS

Agradeço à todos que direta e indiretamente me ajudaram a realizar esse trabalho.

Ao meu orientador, que vem desde o 3º ano de graduação, me incentivando a entrar no mundo da pesquisa.

Às mulheres trabalhadoras, sindicalistas, militantes e aos sindicalistas, que se dispuseram a fornecer os dados ao longo da pesquisa.

Às secretárias da graduação e pós-graduação: Lúcia, Nair e Márcia.

Às funcionárias da DTA.

Às funcionárias da Biblioteca, sempre atenciosas em seu trabalho.

Aqueles funcionários da FCT, que no exercício de seu trabalho, dão condições para a realização de nossas atividades em sala de aula e fora dela.

À professora Aparecida Donisete Pires de Souza, pelas valiosas contribuições acerca da elaboração do questionário aplicado junto às trabalhadoras da base de Presidente Prudente.

Aos professores da graduação que com seu empenho, conseguiram abrir novos horizontes: César, Margarete, Magaldi, Jayro, Gelson, René.

Aos professores participantes da banca de Qualificação pelas valiosas contribuições: Alberto Albuquerque e Fátima Salum e aos professores da banca examinadora: Heinz Dieter Heidemann e Fátima Salum, que se dispuseram a colaborar nessa importante etapa final do trabalho.

Agradeço também à FAPESP, pelo apoio financeiro, essencial para a realização da pesquisa.

RESUMO

Buscamos com essa pesquisa, ressaltar a importância de se estudar a questão de gênero, sob a perspectiva geográfica. Para isso delimitamos o espaço do sindicato como forma de demonstrar como se dá as relações de poder entre os sexos. Por meio das composições das diretorias, percebemos que as mulheres tendem a ocupar cargos secundários, haja vista que o sindicato, assim como o espaço político e público em geral, são ocupados primordialmente pelos homens. Enquanto que, apesar das mudanças, tem permanecido unicamente às mulheres, a responsabilidade da manutenção da casa e da reprodução da força-de-trabalho para o capital, formado pelo marido, filhos e de si própria.

Pudemos perceber um distanciamento entre as trabalhadoras e a diretoria dos sindicatos, ao não adotarem políticas voltadas à questão da mulher e de sua maior participação nos sindicatos. Até mesmo porque, tendo em vista o processo de reestruturação produtiva, onde as mulheres têm se inserido no mercado de trabalho informal, diminuindo o número de trabalhadoras ligadas ao sindicato e de potenciais quadros políticos. Mas também pela própria política adotada, de manutenção da estrutura sindical, extremamente deficiente em termos de políticas voltadas para as questões que fogem da seara de políticas emergenciais. Esse processo se agrava a ponto das trabalhadoras não conseguirem identificar o sindicato a que pertence, bem como uma certa aversão por questões políticas e que envolvem seu próprio cotidiano.

Palavras-chaves: Gênero, Trabalho, Território, Sindicato

ABSTRACT

With this research we seek to emphasize the importance of studying the gender question under the geographic perspective. For this it was delimited the space of the syndicate as form to demonstrate the power relationships between the genders. By compositions of the directions, we perceived that the woman tend to occupy secondary positions, seeing that the syndicate, as well as the politician space and public in general are occupied by primordially by the men. While that, despite the changes, it has remained only to the woman the responsibility of the maintenance of the house and the reproduction of the force-of-work for the capital, formed by husband, children and proper herself.

And aloofness is perceives between the workers and direction of the syndicates, when they haven't adopted politics directed to the participation in the syndicates, even in view of the process of the productive reorganization, in which the woman have inserted in the market of the informal work, deadly diminishing the number of the works of syndicates and potential politics system.

But also for proper politics adopted of maintenance of the syndical structure, extremely deficient in terms of politics directed toward the questions that run away from seara of emergency politics. This process aggravates, turning point of the woman don't get one that belongs, as well as a certain aversion to politics question that involved theirs properly everyday.

Keywords: Gender, Work, Territory, Syndicate

SUMÁRIO

Lista de Gráficos	08
Lista de Quadros	09
Lista de Siglas	10
Introdução	14
Capítulo 1- Gênero, Classe e Trabalho na Sociedade Capitalista	28
1.1- O Perfil das Trabalhadoras de Presidente Prudente	31
1.2- A Questão de Gênero e a Relação de Classe	42
1.3- Algumas Histórias de Lutas e Resistências	45
1.3.1-A Contribuição das Feministas para a Questão de Gênero	46
1.4 - A Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho	54
1.4.1- A Atuação da Mulher no Mercado de Trabalho	61
1.4.2- As Formas de Trabalho Segundo o Sexo	63
1.5- As Desigualdades no Mercado de Trabalho	75
1.6- Mulheres Trabalhadoras: Submissão ou Resistência?	83
Capítulo 2- A Questão de Gênero na Encruzilhada Sindical	87
2.1- A Configuração Territorial dos sindicatos	87
2.2- Crise do Sindicato?	95
2.3- Limites do Sindicalismo	99
2.4- A autonomia Sindical em Questão	105
2.5- A Questão de Gênero nos Sindicatos	109
2.6- A interação Base/Sindicato	115
2.7- O Sindicato é Masculino?	121
2.8- A Relação de Poder Mulher/Sindicato	127
2.9- As Mulheres Reafirmam a Questão de Gênero?	132
Capítulo 3- A Subordinação de Gênero na Sociedade Capitalista	140
3.1- A Sociedade do Trabalho	142
3.1.1- O Trabalho Alienante	145
3.1.2- Fim do Estado?	150
3.2- As Formas de Dominação de Classe e do Gênero	151
3.3- O “Lugar” da Mulher na Sociedade de Classes	156
Considerações Finais	166
Bibliografia	179
Anexos	192
Anexo 1	194
Anexo 2	196
Anexo 3	198
Anexo 4	200
Anexo 5	202

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Nível de Escolaridade da Mulher Trabalhadora	36
Gráfico 2- Estado Civil das Mulheres Trabalhadoras	40
Gráfico 3- Número de Filhos por Mulher Trabalhadora	43
Gráfico 4- O que o Sindicato Deveria Oferecer aos Trabalhadores	59
Gráfico 5- Realização das Funções Domésticas	70
Gráfico 6- Renda Mensal das Mulheres Trabalhadoras	71
Gráfico 7 - Rendimento Médio Anual por Hora, RMSP	77
Gráfico 8- Participação do Emprego Formal Feminino por Regiões Geográficas	79
Gráfico 9- Taxa de Desemprego Aberto	80
Gráfico 10-O que o Sindicato Oferece aos Trabalhadores	95
Gráfico 11- Atividades de Lazer das Trabalhadoras	133
Gráfico 12- Leituras Realizadas Pelas Trabalhadoras	134
Gráfico 13- Tipos de Programa Assistido Pelas Trabalhadoras	135

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- As Categorias Sindicais	18
Quadro 2- Perfil dos Sindicalistas	19
Quadro 3- Número de Trabalhadores por Categoria	22
Quadro 4- Participação da Mulher nos Sindicatos	82
Quadro 5- Algumas Características dos Sindicatos	107
Quadro 6- Perfil das Diretoras dos Sindicatos	118

LISTA DE SIGLAS

ACT- Admissão por Contrato Temporário.

APEOESP- Sindicatos dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo.

CCQ- Círculo de Controle de Qualidade.

CECUT- Congresso Estadual da CUT

CEGeT- Centro de Estudos de Geografia do Trabalho.

CEMOSi- Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical “Florestan Fernandes”.

CGT- Central Geral dos Trabalhadores.

CIOLS- Confederação Internacional de Organização Sindical Livre.

CLT- Consolidação das Leis Trabalhistas.

CNMT- Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora.

CNQMT- Comissão Nacional da Questão da Mulher Trabalhadora.

CNTE- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação.

CONCLAT- Conferência Nacional da Classe Trabalhadora.

CONCUT- Congresso Nacional da CUT.

CPV- Centro de Pesquisa e Documentação Vergueiro.

CUT- Central Única dos Trabalhadores.

DESER- Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais.

DIEESE- Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas

EUA- Estados Unidos da América.

FAT- Fundo de Amparo ao Trabalhador.

FCT- Faculdade de Ciências e Tecnologia.

FHC- Fernando Henrique Cardoso.

FFLCH- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

FMB- Federação das Mulheres no Brasil.

FMI- Fundo Monetário Internacional.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IEA- Instituto de Estudos Avançados.

MTB- Ministério do Trabalho.

NOW- National Organization of the Woman.

OIT- Organização Internacional do Trabalho.

ONU- Organização das Nações Unidas.

PBQP- Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade.

PEA- População Economicamente Ativa.

PLANFOR- Plano Nacional de Formação Profissional.

PLENCUT- Plenária Nacional da CUT.

PSDB- Partido da Social Democracia Brasileira.

PT- Partido dos Trabalhadores.

QT- Qualidade Total.

RAIS- Relação Anual de Informações Sociais.

SBPC- Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência.

SDS- Social Democracia Sindical.

SEADE- Sistema Estadual de Análise de Dados.

SEC- Sindicatos dos Empregados no Comércio de Presidente Prudente e Região.

SEEB- Sindicato dos Bancários e Financeiros de Presidente Prudente e Região.

SIEMACO- Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação de Presidente Prudente e Região.

SINDIALCOOL- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Farmacêuticas e de Fabricação de Álcool de Presidente Prudente e Região.

SINDPD- Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Processamento de Dados do Estado de São Paulo.

SINTCON- Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil e Pesada, Terraplenagem, Instalação Elétrica e Hidráulica, do Mobiliário e Material Cerâmico de Presidente Prudente e Região.

SSM- Sindicato dos Servidores Municipais de Presidente Prudente.

STIAC- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos e de Curtimentos de Couros e Peles do Oeste e Sudoeste do Estado de São Paulo.

UFBA- Universidade Federal da Bahia.

UFMG- Universidade Federal de Minas Gerais.

UnB- Universidade de Brasília.

UNESP- Universidade Estadual Paulista

UNICAMP- Universidade Estadual de Campinas.

UNIOESTE- Universidade Estadual Do Oeste do Paraná.

UNISINOS- Universidade Do Vale dos Sinos.

USI- União Sindical Independente.

USP- Universidade de São Paulo.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho procuramos expressar a Geografia da questão de gênero nos sindicatos de Presidente Prudente, ou seja, nos apoiamos e nos baseamos nos argumentos geográficos da "leitura" do espaço, para desvendarmos as manifestações espaciais expressas no território, fruto das contradições de classe e das relações de gênero.

Dessa forma, colocamos como proposta a busca de evidências concretas que se enraízam na relação de gênero, expressas na contradição capital x trabalho, assentadas nas diferentes formas de dominação e assim determinando a configuração territorial. Portanto, temos a mulher como ator social, cuja expressão espacial determina-se em sua dupla dimensão de pertencimento à classe e provedora desta simultaneamente, passando a estar sob os auspícios do regramento capitalista, que impõe à reprodução os seus ditames mercadológicos.

Importante lembrar que, segundo THOMAZ JR. (1998), a relação capital/trabalho faz parte de um mesmo processo contraditório enraizados na mesma esfera do processo social de produção, se materializam do ponto de vista material, sobre bases qualitativamente diferentes. O capital hegemoniza o processo produtivo, o trabalho entra nesse processo de produção subsumido e fragmentado a partir da divisão social e técnica. Ao se expressar em sindicatos, o trabalho se materializa como identidade corporativa sob domínio do Estado, distanciando-se de sua identidade operária, assim a expressão alienada do trabalho se dá com a vinculação trabalhador/território em que a ordenação territorial pode ser vista com o capital subvertendo os limites territoriais impostos pelo Estado enquanto que o trabalho ao se expressar em sindicatos se materializa como identidade corporativa sob os desígnios do ordenamento institucionalizado pelo Estado.

Portanto, pretendemos compreender, conforme MOREIRA (1985), que, a luta dos trabalhadores é travada no interior de uma estrutura material da sociedade que é o espaço geográfico e que atua como sujeito e objeto da construção do espaço, podendo se exprimir como espaço e contra-espaço, em que, em nosso caso específico, a mulher sindicalista seja potencialmente capaz de agir na sociedade de forma a garantir, por um lado, maior equalização em sua relação com o homem e de outro, em sua luta como trabalhadora.

Isso porque, a mulher ao se assalariar tem a possibilidade de vislumbrar outros horizontes e viabilizar por meio do sindicato, a inclusão da discussão a respeito do seu caráter específico de trabalhadora e exercedora da dupla/tripla jornada de trabalho.

Importante ressaltar que se a mulher está ingressando cada vez mais no mercado de trabalho, esse crescimento não tem se verificado na seara política¹, isso reflete de certa forma a subjugação do gênero feminino, que não se vê representado nos órgãos da classe trabalhadora. Associado a isso, apresenta-se no interior do movimento sindical muitos problemas de integração aos trabalhadores sem carteira, camponeses sem terra, as minorias raciais e as mulheres.

É nesse sentido que colocamos a importância de se avançar na construção de um contra-espço, ou seja, que esses movimentos se posicionem contra a ordem que está efetivamente posta, se desenvolvendo de forma alternativa.

Diante disso, torna-se importante a realização de leituras e reflexões teóricas a fim de materializarmos estudos, privilegiando o exercício Geográfico ou a tentativa de entender o reordenamento territorial da sociedade, concebido como arranjo resultante de processos contraditórios, que é expressão da estrutura de classes sociais e da divisão sexista, e como consequência, a inserção específica de cada ator social, na dinâmica social.

Nesse íterim, cabe à Geografia como uma ciência capaz de estar apreendendo e desvendando o ordenamento territorial imposto pela classe hegemônica, no controle sobre a sociedade, independente de sua escala (internacional, regional, local), explicitar as combinações entre as formas e os significados dos lugares considerando a trama social envolvente ou a estrutura societária em vigor. THOMAZ Jr. (1997)

A mulher como mão-de-obra assalariada, faz parte do processo da divisão do trabalho, do embate capital/trabalho, sofre a exploração como vendedora de mão-de-obra para a acumulação do capital, além da subordinação de gênero.

Desse modo, é primordial para a classe que comporta identidades e heterogeneidades “apreender a dimensão de exploração presente nas relações capital/trabalho e também aquelas opressivas presentes na relação homem/mulher, de modo que a luta pela constituição do gênero-para-si-mesmo possibilite também a emancipação do gênero mulher” (ANTUNES 1995, p.46).

Para isso objetivamos saber qual o papel do sindicato na questão da mulher trabalhadora, ao mesmo tempo, entender a relação estabelecida entre as trabalhadoras e o

¹ Ver: SOUZA-LOBO (1991), BORBA, Angela, FARIA, Nalu e GODINHO, Tatau (org.), 1998

sindicato, no que toca a questão da maior participação da mulher no sindicato. Além de entender a subjetividade das mulheres trabalhadoras no sentido de vislumbrarmos o universo vivenciado por elas enquanto trabalhadora e na maioria das vezes executoras também de funções domésticas, ocasionando dessa forma a dupla jornada de trabalho e quando inserida no meio político transmuta-se na tripla jornada de trabalho. Assim, estaremos analisando de uma maneira ampla, a própria estrutura sindical brasileira, com o propósito de constatar seu papel inibidor ou incentivador da participação feminina nos sindicatos e por conseguinte, estar ou não reproduzindo no órgão de representação dos trabalhadores, o papel definido pela processualidade capitalista às mulheres na sociedade de classes.

Pois essa questão está intimamente relacionada sobre o que trata CARVALHAL (2000a), perante as diferencialidades ideológicas e políticas presentes no cerne do movimento sindical, que apesar dos indícios de insatisfação no seu interior, não lograram a constituição de um novo bloco histórico hegemônico pelo proletariado. O Estado assume-se como ente acima dos interesses de classes, fetichizando o capital e ideologizando os trabalhadores para que, quando organizados fiquem restritos às relações de trabalho.

Vemos então que:

...o trabalho sob o enfoque geográfico, é compreendido por nós, pois, como expressão de uma relação metabólica entre o ser social e a natureza, sendo que nesse seu *ir sendo* ou em seu *vir a ser* está inscrita a intenção ontologicamente ligada ao processo de humanização do homem. A dupla linha de ação entre a ideação, a previsibilidade (a finalidade), enfim a teleologia (inexistente na natureza), e a materialidade fundante (causalidade), formam uma conexão interativa que solda a práxis ontológica do trabalho diante do agir societal.(THOMAZ JR, 2002a, p.04)

Ainda segundo o autor, o espaço geográfico é a sociedade porque é a história das lutas dos homens e essa história é descrita pela mediação homem-natureza. O espaço geográfico então é o *locus* das disputas das relações de classe.

Dessa forma buscamos do ponto de vista das mulheres, demonstrar o entendimento de ser mulher trabalhadora na sociedade capitalista, de seus direitos e sua relação com os homens. Pois é ingressando no âmbito de trabalho assalariado que a mulher se sobrecarrega, pois suas obrigações domésticas não são afastadas, devido à divisão sexual das tarefas, que é decorrente da ideologia pregada pela sociedade burguesa e patriarcal que afirma a hierarquia social entre os gêneros, a consequente divisão de sexos e correspondentes funções².

² Mais detalhes ver: SOUZA-LOBO (1991), ROSSINI (1998) PERROT (1998), BANDEIRA (1997)

Ao mesmo tempo tentamos apreender a importância dos sindicatos na vida das sindicalistas, sua relação com os sindicatos do qual fazem parte e de como vêem a questão da atuação da mulher nos sindicatos. Além da “leitura” que as mulheres fazem delas como sindicalistas e sindicalizadas, assim como também investigamos o que pensam sobre a funcionalidade de um sindicato.

Abordamos sindicalistas homens para apreendermos a preocupação destes com a participação da mulher nos sindicatos. As atenções estiveram voltadas para a apreensão da política de apoio à mulher, através da criação de comissões direcionadas a inserir a questão de gênero na pauta de discussões que levem em conta a dupla ou tripla jornada de trabalho.

Entendendo que é por meio das relações de trabalho que se dá a mediação do homem com a natureza e esse processo se torna alienado quando ocorre na sociedade capitalista, tentamos desvendar a dinâmica de movimentos que fazem parte do processo de metabolismo do capital e que possui uma singularidade e territorialidades próprias.

E no caso das mulheres trabalhadoras, ocorre uma dupla exploração, a de trabalhadora e a de provedora da força-de-trabalho. Pois conforme veremos, na medida em que a mulher não recebe nenhuma forma de auxílio no cuidado com os filhos, no provimento da força-de-trabalho, formada por esses filhos, pelo marido e de seu próprio provimento, não gera portanto custos para o capital. Vemos então, que a mulher se sobrecarrega com a dupla jornada de trabalho, na medida em que as funções determinadas pela divisão sexual do trabalho, com sua inserção no mercado de trabalho, não são redivididas.

A partir do que foi exposto, decidimos que a escolha dos sindicatos a serem trabalhados se daria tendo em vista a sua representatividade política e numérica dos trabalhadores. Abrangendo assim setores privados e públicos, com desdobramentos para as principais atividades desenvolvidas localmente e que expressam a relação capital x trabalho, tais como, agroindústria, indústria, comércio e serviços. Dessa forma abordamos categorias diferenciadas, para que pudéssemos analisar e entender o embate dos trabalhadores, nas questões trabalhistas, sob sua diferencialidade de inserção profissional, sendo que essa diversidade também foi vista como uma possibilidade de avaliarmos em quais categorias a mulher tem mais presença e em quais sindicatos a questão de gênero, tem se enraizado no arcabouço das lutas.

Dos trinta e sete sindicatos sediados (ou com subseção) em Presidente Prudente, escolhemos oito como objeto de nossa pesquisa, são eles: Sindicato dos Servidores Municipais de Presidente Prudente (SSM), Sindicato dos Bancários e Financeiros de Presidente Prudente e Região (SEEB); Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil e

Pesada, Terraplanagem, Instalação Elétrica e Hidráulica, do Mobiliário e Material Cerâmico de Presidente Prudente e Região (SINTCON); Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Farmacêutica e de Fabricação de Álcool de Presidente Prudente e Região (SINDIÁLCOOL); Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação de Presidente Prudente e Região (SIEMACO); Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos e de Curtimentos de Couros e Peles do Oeste e Sudoeste do Estado de São Paulo (STIAC); Sindicatos dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP); Sindicatos dos Empregados no Comércio de Presidente Prudente e Região (SEC), conforme Quadro 1.

Quadro 1- As categorias sindicais

Sindicato	Categorias	Nome Oficial da Empresa *
SINDIÁLCOOL	Químicos, farmacêuticos. Fab. Álcool, plástico, refino de lubrificante, adubo, fibra de vidro	Alto Alegre (Sind. Alimentação)
APEOESP	Funcionários da rede estadual de ensino	Professores da rede estadual de ensino
SEEB	Bancários e poucos financeiros	Todos os bancos
SEC	Comerciários	Carrefour
SINTCON	Marcenaria e tapeçaria, carpintaria, serraria, cerâmica, c. civil	Prudenco, Encalço, Constrivest
STIAC	Artefatos de couro, curtimento de couro e pele	Vitapele, Touro
SSM	Diversos	Prefeitura Municipal
SIEMACO	Limpeza de ruas	Prudenco, Pratika, TCM

Fonte: Carvalho 2000a e Pesquisa de Campo 2001.

* O nome da empresa a que se refere o quadro é a da empresa pesquisada e apesar de haver outras empresas ligadas à maioria dos sindicatos pesquisados, optamos em realizar a pesquisa nas maiores empresas, em termos de funcionários.

Gostaríamos de esclarecer que os trabalhadores da Usina Alto Alegre, envolvidos no trabalho fabril, são representados pelo sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e bebidas de Presidente Prudente e região embora estejam em litígio com o SINDIÁLCOOL³, pois até meados de 2000 estavam enquadrados junto a esse

³ Devido a motivos políticos entre o proprietário da empresa e a diretoria do SINDIÁLCOOL, a partir de 2000, o recolhimento da contribuição sindical passou a ser depositada para o Sindicato da Alimentação. As ações ajuizadas pelo SINDIÁLCOOL estão tramitando, mas em primeira instância houve ganho de causa para a empresa.

sindicato. Assim entrevistamos o presidente do SINDIÁLCOOL e apesar de termos demonstrado no Quadro 1, os dados do SINDIÁLCOOL, os questionários aplicados foram com as trabalhadoras da usina Alto Alegre, que conta com apenas 20 mulheres e que trabalham no setor administrativo da empresa.

Entramos em contato com as trabalhadoras da base, por meio da aplicação de 135 questionários, além da realização de 10 entrevistas com trabalhadoras de 5 categorias: APEOESP, SEEB, SSM, SEC, SIEMACO

No caso dos sindicalistas, realizamos entrevistas com 5 sindicalistas homens e 9 sindicalistas mulheres. Além de realizarmos entrevistas com 2 mulheres militantes, uma que já atuou na Apeoesp, (Regina Penatti) foi diretora da subsede da CUT e vereadora pelo PT na cidade de Presidente Prudente⁴. A outra militante, (Marta Mendes) apesar de atualmente ser assessora da CUT-Presidente Prudente, já foi candidata a prefeita por 2 vezes pelo PT em sua cidade de origem, (Maracaí).

Posteriormente a essa etapa, retomamos algumas questões com a conselheira e diretora estadual da APEOESP, Solange Caravina. A seguir vemos as principais características dos sindicalistas e das sindicalistas entrevistadas, expressas no Quadro 2.

Quadro 2- Perfil do (a)s Sindicalistas

Diretore(a)s	Sindicato	Est. Civil	filhos	Escolaridade
Antonio	SINDIÁLCOOL	Casado	02	Técnico
Valdecir	SEC	Casado	05	1 ° grau
Vicente	STIAC	Casado	03	1 ° grau
Gilberto	SINTCON	Solteiro	0	2 ° grau
Edmilson	SEEB	Casado	01	3 ° grau incompleto
Solange	APEOESP	Solteira	0	3 ° grau completo
Regina Célia	APEOESP	Separada	02	3 ° grau completo
Genilda	SSM	Separada	01	3 ° grau completo
Matilde	SSM	Solteira	0	3 ° grau completo
Sonia	SSM	Casada	03	3 ° grau completo
Roseli	SEEB	Casada	0	2 ° grau
Zenaide	SEEB	Casada	01	3 ° grau completo
Regina	SIEMACO	Desquitada	03	1 ° grau
M. Isabel	SIEMACO	Casada	04	1 ° grau
Regina P.	APEOESP	Casada	02	Superior completo
Marta	CUT	Solteira	0	Superior Completo

Fonte: Pesquisa de Campo 2001.

⁴ A professora citada já foi da coordenação da Apeoesp-subsede de Presidente Prudente, vereadora pelo PT na gestão 1997/2000 e da executiva da CUT em Presidente Prudente/SP, no momento está lecionando e cursando o Mestrado em Educação da FCT/UNESP de Presidente Prudente.

As entrevistas com dirigentes homens (5) e mulheres (9), foram no sentido de abordarmos questões políticas mais gerais e também mais específicas sobre gênero, no sentido de apreender o nível de interação entre sindicato e os trabalhadores da base e assim o próprio funcionamento e estruturação do sindicato, considerando como função precípua de nosso eixo interpretativo, a integração da classe e os conflitos expressos na configuração territorial estabelecida.

Analisamos também, a situação do sindicalismo de Presidente Prudente, já que no município concentram-se vários sindicatos, muitos como sedes de sindicatos de expressão estadual, além da presença de sedes da Central Única dos Trabalhadores.

O objetivo das entrevistas com os homens e mulheres sindicalistas deveu-se à preocupação de simultaneamente, avaliarmos o discurso favorável, ou não, ao ingresso da mulher trabalhadora no meio político. E também analisar a postura política sobre a questão de gênero nos sindicatos, tendo na composição da diretoria um parâmetro, assim como a função exercida por elas nos sindicatos.

As entrevistas nos permitiram, avaliar de forma geral, as posições políticas adotadas pela maioria dos sindicatos nas questões chamadas secundárias ou terciárias, termo utilizado quando não se referem às questões salariais ou de luta por empregos. Além dos dados obtidos a respeito da estrutura orgânica do sindicato como o número de trabalhadores, o número de sindicalizados e as empresas em que trabalham, para no momento posterior entrarmos em contato com as trabalhadoras da base.

Através das entrevistas às trabalhadoras da base, pudemos saber qual perspectiva que as mesmas têm em relação ao sindicato, de questões políticas gerais e de questões que envolvem seu cotidiano de dupla jornada de trabalho. E no caso dos questionários pudemos coletar dados mais quantitativos, no sentido de estimar a proporção de mulheres filiadas ao sindicato e da relação estabelecida entre diretoria e base. Além de dados mais objetivos, voltados ao seu perfil pessoal, social e profissional. O sentido da aplicação dos questionários, foi a percepção da inserção da mulher no mercado de trabalho, renda recebida, percepção política das mulheres de forma geral e em relação ao seu sindicato, além de questões voltadas ao seu perfil social e o uso que as mesmas fazem do seu tempo livre.

Nessa etapa da pesquisa de abordagem ao objeto de estudo, tivemos a ajuda de uma Professora de Estatística⁵, onde fomos orientados, tendo em vista o amplo leque de questões a serem abordadas e tendo em vista o grande número de mulheres na base, como na

⁵ Trata da Prof. Dr. Aparecida Donisete do curso de Estatística da FCT/UNESP/Presidente Prudente, a quem rendemos nossos agradecimentos.

APEOESP, no SIEMACO e nos Servidores Municipais, de que caberia a aplicação de questionários fechados⁶ e apenas algumas entrevistas qualitativas⁷.

Quando iniciamos nossa abordagem junto às trabalhadoras pudemos perceber que em alguns casos, a aplicação dos questionários, causava certo incômodo para elas, já que temiam se comprometer com algumas declarações, além disso, muitas vezes os gerentes ou proprietários não consentiam com a nossa presença no local de trabalho⁸.

Sendo preciso em alguns locais, (como no Hipermercado Carrefour) apresentarmos um pedido oficial assinado pelo orientador, para realizarmos a aplicação dos questionários. Houve o caso do Banco Bradesco que não nos permitiu a aplicação dos questionários junto às trabalhadoras e em contato com o presidente do SEEB, o mesmo nos orientou a realizar essa tarefa nos Bancos públicos, pois do contrário sentiríamos realmente grande dificuldade de acesso às trabalhadoras.

Devido a essa dificuldade apresentada do contato com as trabalhadoras, ora devido à recusa patronal, ora pelo receio próprio das mulheres em nos conceder informações, as entrevistas com as trabalhadoras, a respeito de sua história de vida e a percepção da dupla jornada de trabalho, além da avaliação do papel do sindicato nessa questão, só foram realizadas em algumas categorias. E essa falta de receptividade encontrada em alguns lugares, pode demonstrar que a mulher, assim como a maioria dos trabalhadores é coagida a omitir informações a respeito da sua própria condição de trabalho.

Nesse sentido, tivemos a preocupação de no momento da elaboração do questionário, que o mesmo fosse de fácil aplicação, com perguntas rápidas, já que teríamos que aplicá-lo no período anterior, à entrada no local de trabalho das mulheres, durante o período de almoço ou então no final do expediente das trabalhadoras. Levando em conta que, a maioria das mulheres, desenvolve a dupla jornada de trabalho e muitas vezes esse intervalo (antes ou depois do expediente), é utilizado por elas para resolverem seus compromissos, sejam domésticos, do marido, dos filhos ou até mesmo de saúde, etc.

Seguindo a indicação da professora Aparecida, obtivemos os dados do número total de trabalhadores residentes em Presidente Prudente, junto aos sindicatos, para a partir disso, chegarmos ao número de mulheres trabalhadoras em cada categoria. Lembrando que esses números não são muito fidedignos, pois os sindicatos, de uma forma geral, não têm

⁶ Anexo 5.

⁷ Anexo 2.

⁸ Sendo assim, com a ajuda de dois estudantes do curso de Graduação em Geografia da FCT/UNESP, nos deslocamos ao local de trabalho, previamente comunicado ao responsável e aplicamos o questionário, antes das atividades, no horário de almoço ou no fim do expediente das mulheres.

tradição de organizarem e sistematizarem suas informações, assim como de arquivarem os documentos que registram a história de lutas do movimento sindical.

O sindicato também não tem a tradição de contabilizar os trabalhadores segundo o sexo, então calculamos o número de mulheres na base por meio da porcentagem indicada pelos presidentes (Quadro 3). Ou seja, a base de cada sindicato varia, pois muitos deles têm sua sede em Presidente Prudente, porém com extensão de base em outras cidades da região, portanto o número de trabalhadores de toda a base inclui os trabalhadores das cidades vizinhas.

Assim, aplicamos o mesmo percentual de mulheres na base para estabelecermos o número de mulheres especificamente no município de Presidente Prudente, conforme Quadro 3. Pois já havíamos decidido, juntamente com o orientador, que nossa análise se circunscreveria no município de Presidente Prudente, uma vez que teríamos que nos deslocar para outras cidades, o que dificultaria nosso trabalho de coleta de informações.

Quadro 3- Número de Trabalhadores por Categoria

Sindicato	Trab. Base	Trab. Pres. Prudente	Mulheres na base %	Mulheres em Pres. Prudente	Nº de questionários aplicados*
SINDIÁLCOOL	1200	289	5	14 (20 Usina Alto Alegre)	2
APEOESP ⁹	3300	1174	90	1056	20
SEEB	1290	850	43	365	7
SEC	6500	3250	50	1625	25
SINTCON	6000	1500	0,5 a 1	15	1
STIAC	1800	500	2,5	12	1
SSM	3700	3700	70	2590	49
SIEMACO	3000	2000	70	1400	30
TOTAL	26790	13263		7063	135

Fonte: Pesquisa de Campo, 2001

* O número de questionários aplicado às trabalhadoras, foi definido segundo os cálculos da Prof. Aparecida.

Além disso, em conversa com os presidentes dos sindicatos onde a base se estende a outros municípios, percebemos que havia pouco contato entre trabalhadores e o sindicato, uma vez que as assembleias eram realizadas na maioria das vezes em Presidente

⁹ Conseguimos através da diretoria central em São Paulo, o número exato das trabalhadoras no município de Presidente Prudente.

Prudente. Sendo assim optamos para o desenvolvimento de nossa pesquisa, abordar somente as trabalhadoras residentes na cidade.

Percebemos que, o contato do sindicato com as trabalhadoras da base é um elemento importante a ser avaliado em nossa pesquisa. E é uma característica do sindicalismo, realizar o contato com a base, através de assembléias de “porta de fábrica”, pois do contrário, as mulheres juntamente com os homens, não se deslocariam de uma cidade à outra¹⁰ para participarem de assembléias.

Do Quadro 3, percebemos a presença maciça das mulheres em algumas categorias como a de professoras, funcionárias públicas municipais e de limpeza urbana.

Tendo em vista o contato realizado com as sindicalistas, tentamos qualificar ao longo do trabalho a participação das mulheres nos sindicatos, analisando como se desenvolve a relação de gênero no âmbito sindical de Presidente Prudente¹¹, através de questionamentos sobre questões conjunturais que se voltam ao meio sindical, como a política de cotas e a dupla e tripla jornada de trabalho.

Objetivamos apreender como os principais fatos que ocorrem no meio sindical são vistos segundo a condição de gênero. Nossa intenção também foi a de buscar, através da relação existente no meio sindical entre homens e mulheres, algum contraponto ou divergência entre os sexos sobre determinado assunto em particular, no que toca ao funcionamento do sindicato como um todo.

A intenção proposta de que, mesmo no caso em que o sindicato fosse presidido por homens, haveria a realização de entrevistas com as diretoras dos mesmos, para assim compararmos o discurso do presidente e da diretoria do seu sindicato.

Por meio das entrevistas ficamos sabendo da existência do afastamento de poucas sindicalistas nos sindicatos presididos por homens, sendo maior nos sindicatos presididos por mulheres, com exceção do SIEMACO, onde somente a presidente é afastada, juntamente com mais um diretor.

No caso das conselheiras da APEOESP, elas possuem apenas algumas horas por dia para se dedicarem ao sindicato, não sendo considerado, segundo elas, como afastamento.

¹⁰ Segundo alguns sindicalistas, mesmo as diretoras que moram em outras cidades não têm comparecido às reuniões.

¹¹ CARVALHAL (2000a), objetivou em seu trabalho detectar através das falas dos sindicalistas e da análise da estrutura sindical de cada sindicato, a ligação destes com os trabalhadores e através do jornal do sindicato, revelar o caráter de comunicação (ou não) entre a base e a diretoria sindical. Também realizamos uma pesquisa nestes sindicatos, como bolsista substituta e obtivemos muitas informações sobre os sindicatos, o que está nos permitindo montar um banco de dados, em que pretendemos, juntamente com outros colegas, ampliá-lo com a pretensão de elaborar um projeto de pesquisa do grupo de Pesquisa “Centro de Estudos de Geografia do Trabalho” (CEGeT), denominada Indicadores Sindicais, sob a coordenação do Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior.

Observamos que o Sindicato dos Bancários juntamente com os Comerciários são os dois sindicatos presididos por homens que possuem diretoras afastadas, apesar de ambos apresentarem na diretoria o índice menor aos 30% de mulheres estipulados pela CUT¹². Mas somente no caso dos Bancários conseguimos ter contato com as diretoras e obter informações em todas as vezes que precisamos, sendo que o mesmo não ocorreu com os Comerciários, pois além do presidente demonstrar-se desconfiado em fornecer informações, o mesmo tem se negado sistematicamente a nos receber, o que tem dificultado sobremaneira o desenvolvimento das entrevistas junto às mulheres sindicalistas e da pesquisa junto aquele sindicato.

Tendo em vista a forma como abordamos o objeto de pesquisa, apresentamos a seguir o desenvolvimento do trabalho, que foi dividido em três capítulos.

No Capítulo 1, discutimos o conceito de gênero em sua multifacetação, que traz consigo uma carga ideológica acumulada pelas relações sócio-culturais e que influenciam as militantes, os pesquisadores e os próprios trabalhadores de forma geral. São essas mesmas relações que impõem a divisão sexual do trabalho na sociedade, onde à mulher cabe o espaço privado e cuidado do lar, dos filhos e marido, ao homem é destinada a função de prover financeiramente a família, função exercida no espaço público.

Nesse espaço, quando a mulher se insere como assalariada, sentirá o peso da divisão sexual das funções, já que mesmo inserida em outro trabalho, o trabalho no âmbito privado permanecerá como sendo exclusivamente seu, caracterizando então, a dupla jornada de trabalho. Nesse sentido investigamos como a mulher trabalhadora realiza suas funções domésticas, tendo em vista, essa dupla jornada de trabalho, recebendo geralmente baixos salários pelas funções exercidas.

Veremos que no mercado de trabalho, há uma reprodução da divisão sexual das funções, onde as mulheres acabam exercendo funções precarizadas, que são também aquelas mal remuneradas. Nesse capítulo, também apresentamos alguns dados obtidos junto às trabalhadoras da base, tais como: nível de escolaridade, estado civil, bem como a participação política, como a filiação partidária e associação ao sindicato.

Também tentamos apontar a importância dos estudos de gênero na Geografia mediado pelo trabalho, pois conforme alguns autores, a mediação do homem com o meio sempre ocorreu através do trabalho, porém a Geografia nunca exaltou isso. Suas

¹² Este é um parâmetro em nossa pesquisa para avaliar a participação quantitativa das mulheres nos sindicatos, sem que com isso pretendamos toma-lo como referencial absoluto, mas que acaba incorporando uma série de discussões que ocorreram no âmbito da CUT.

investigações sempre foram no sentido de naturalização do fato, ou seja, a mediação do homem com o meio, se dava somente para a reprodução da vida.

Verificamos já no Capítulo 2, que diante da ofensiva do capital na produção, através da reestruturação produtiva, são criadas novas formas de trabalho precarizadas. Diante disso, os trabalhadores inseridos nessas novas funções, não são representados pelos sindicatos, desencadeando um processo de crise dos sindicatos.

Apontamos ainda os problemas internos que o sindicalismo brasileiro têm passado desde a imposição do modelo neoliberal na política e na economia, enquanto a história do sindicato é marcada pelos constantes recuos, quando entram em jogo os processos de negociações entre capital e trabalho.

O sindicalismo tem dificuldades também em estabelecer políticas de gênero, seja pela própria dificuldade de organização das mulheres, pois na maioria das vezes, elas se concentram em trabalhos informais, seja pela resistência do sindicalismo em repensar algumas posturas políticas e incorporar a mulher no meio sindical. Mas por outro lado, temos as iniciativas por parte da CUT, em inserir nas políticas permanentes de discussões a questão de gênero, além da própria criação da CNMT (Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora) e posteriormente da criação da política de cotas da CUT.

Associado à isso, os sindicatos tentam agora por meio de associações com o Governo Federal, como o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), sair da crise de representatividade e financeira principalmente, organizando cursos de qualificação e requalificação profissional.

Apresentamos também dados obtidos junto aos sindicalistas e às sindicalistas, tanto no aspecto pessoal quanto em algumas questões voltadas ao objetivo do trabalho, que seria investigar como se dá a questão de gênero nos sindicatos pesquisados.

É no terceiro capítulo, que procuramos pensar nas questões colocadas nos capítulos anteriores, em relação ao espaço que deve ser ocupado pelas mulheres, ou qual o espaço a ser construído que incorpore a questão de gênero. Pensando também em qual lugar, na ordem capitalista, a mulher deve ocupar, tendo em vista que o salto escalar da questão de gênero deve partir do lugar, ou seja, tendo o lugar como referência, a questão de gênero deve servir como mediação das relações estabelecidas no espaço geográfico.

Uma vez que na sociedade capitalista o espaço é fruto das relações sociais, políticas e econômicas determinadas pela classe hegemônica, que impõe a classe trabalhadora a condição de alienação desse espaço, por meio da realização do trabalho.

Porém apostamos que por meio dessa dupla subjugação, é que se criam perspectivas de uma vida dotada de sentidos, a partir do momento em que a subjugação se torna direta com o capitalista, podendo despertar a busca de melhores condições para a mulher trabalhadora.

CAPÍTULO 1

GÊNERO, CLASSE E TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

*Devo uma canção ao impossível
à mulher, à estrela, ao sonho que nos lança
Devo uma canção indescritível
como uma vela inflamada de esperança...
Silvio Rodriguez*

Por meio dessa pesquisa buscamos ressaltar a importância de se estudar a questão de gênero, permeada pela relação de classe, sob a perspectiva geográfica. Para isso delimitamos o espaço do sindicato como forma de demonstrar o embate das relações de classes, mas também das relações de poder entre os sexos. O que no caso específico se territorializa nas composições das diretorias, onde as mulheres tendem a ocupar cargos secundários, haja vista que o sindicato assim como o espaço político e público portanto, tem sido diluído na sociedade capitalista como ocupado primordialmente pelos homens. Enquanto que, apesar das mudanças ocorridas nesse sentido, tem estado inerente as próprias mulheres que o espaço privado do lar, deve ser de sua única responsabilidade.

Observa-se, então, uma falta de “interesse” por questões políticas, por parte da mulher trabalhadora, além do que, ela tende a dividir seu tempo na execução do trabalho assalariado, no funcionamento do lar e no provimento de filhos, maridos e no seu próprio provimento.

Veremos que associado à isso, a construção social de gênero nessa sociedade, tem delegado a mulher a total responsabilidade com o lar, cujas atenções devem ser voltadas para seu funcionamento, mesmo que essa venha se inserir no mercado de trabalho, além da concepção criada de que as questões políticas e voltadas para o âmbito público, devem ser de dedicação exclusiva dos homens.

E que, quando as mulheres passam a ocupar o espaço do sindicato como presidentes, logo percebemos que assim como a diretoria, a base trabalhadora é

majoritariamente feminina. E vemos também nesses sindicatos, que os esforços da diretoria sindical, têm sido efetivamente os mesmos que o da maioria, ou seja, com o empenho pela garantia de salários e manutenção do emprego, sem se voltar para a questão de gênero. Uma vez que a título de universo relacional, abordamos os sindicatos presididos por homens onde não havia mulheres na diretoria, os sindicatos com mulheres na diretoria, presidido por homem e os sindicatos dirigidos e presididos pelas mulheres também.

Nesse sentido, longe de estabelecermos um perfil comparativo de atuação entre os sexos na direção sindical, o que fica claro é que, apesar das mulheres possuírem características que as fazem subjugadas de forma diferenciada na relação capital/trabalho, onde seu trabalho permite a reprodução de sua família, sem custo adicional para o capital, esse fato não tem sido trazido à tona como um mecanismo de embate pelo sindicalismo, mesmo naqueles hegemonicamente femininos. Essa questão não tem sido considerada relevante para discussão no interior da diretoria, como na relação com a base, mesmo com a tentativa de organização de um Coletivo de Mulheres Sindicais¹³ ter sido propagado há algum tempo, porém sem sua efetiva estruturação.

Dessa forma, em contato com a base de trabalhadoras das categorias pesquisadas, pudemos perceber através de questionários, bem como por meio de entrevistas, um distanciamento entre a base e a direção, muitas vezes motivadas pelas contingências do processo global da reestruturação produtiva, onde a inserção no mercado de trabalho informal tem dado a pauta, ou seja, diminuindo o número de trabalhadoras ligadas ao sindicato e de potenciais quadros políticos. Como também por conta da própria política adotada, de manutenção das conquistas obtidas ao longo dos anos e de sustentação da estrutura sindical. Esse processo se agrava com o fato das trabalhadoras não conseguirem identificar o sindicato a que pertencem, bem como uma certa aversão por questões políticas e que envolvem seu próprio cotidiano.

Mas apesar da configuração territorial que se apresenta por um lado, com as trabalhadoras alienadas enquanto trabalhadoras com dupla jornada de trabalho, poderíamos ver com outros olhos essa mesma configuração. Ou seja, apesar de um objeto poder ser observado e analisado sob diversos ângulos, o fato é que, talvez pela nossa

¹³ Na realização da Monografia de Bacharelado concluída em 1999, havíamos entrevistado algumas sindicalistas e as mesmas se mostraram dispostas a organizar tal grupo de mulheres.

herança cartesiana, olhamos dada realidade sob um aspecto apenas, onde vemos o mundo com olhar voltado para aquilo que queremos ver e que preenche as nossas expectativas, um olhar linear e sem contradições. Nesse sentido podemos ver com “outros olhos” a atuação da mulher no mercado de trabalho, no sindicato e na sociedade de forma geral, como atuantes e construindo seu espaço, não apenas como agentes passivas, mas como sujeitos. Uma vez que, podemos pensar que a Geografia tem o papel de desvendar as máscaras sociais e não somente isso, mas a de tentar reverter essa realidade.

Podemos pensar então, qual a contribuição dos estudos das mulheres e da questão de gênero para a Geografia e ousamos pensar se a Geografia pode se tornar uma referência nos estudos de gênero a ponto de intervir nessa realidade? Se é que há a possibilidade de uma intervenção que traga mais benefícios para seu objeto de estudo, pois segundo LACOSTE (1997), a ciência também pode contribuir para intervir negativamente em dada realidade.

Apesar de nossas leituras terem suscitado muitas dúvidas e incertezas, vamos tentar expor nossas reflexões e esperamos que com esse exercício possamos dar mais um passo na busca da compreensão deste desafio colocado no âmbito da Geografia, assim como no nível individual.

O que irá mediar nossas reflexões, é o fato de que a questão de gênero abordada é permeada pela questão de classe. Portanto será a mulher trabalhadora, com suas especificidades de dupla e tripla jornada de trabalho, quando inserida na militância sindical, que será analisada, como forma de contribuirmos com os estudos de Geografia do Trabalho. Embora essa mediação entre a questão de gênero e os estudos de Geografia do Trabalho, deve por meio de nossa pesquisa, levantar as primeiras bases de construção de um referencial¹⁴, já que as grandes contribuições para esse estudo, partiram de outras áreas da ciência, especialmente da Sociologia e da História. Da mesma forma, os estudos na área do trabalho têm sido agora direcionados em algumas pesquisas geográficas¹⁵, portanto o

¹⁴ Juntamente conosco, outras duas pesquisas na área da Geografia, estão sendo desenvolvidas, uma como Iniciação Científica de autoria de VALENCIANO. R. C. e outra como Dissertação de Mestrado, de autoria de FRANCO, M., ambas voltadas para a Questão de Gênero nos Assentamento Rurais.

¹⁵ Pois a temática do trabalho tem sido pouco versada no âmbito da Geografia, sendo que participamos de um Grupo de Pesquisa o CEGeT (Centro de Estudos de Geografia do Trabalho) que se dedica diretamente a essa temática.

horizonte apresenta-se com duplo desafio: o de relacionar a questão de gênero do ponto de vista de classes com a Geografia do trabalho.

Segundo THOMAZ JR. (2002b), o trabalho sempre mediou as atividades dos homens, porém as abordagens feitas pela Geografia baseadas nas relações homem-meio, eram fetichizadas pelo positivismo, onde somente se identificava o processo de trabalho.

A geografia nasceu como um saber oficializado, segundo MOREIRA (1994), onde escamoteava o caráter concreto do trabalho sob o capitalismo e assim propiciava a idéia de que a relação homem-meio sempre existiu, sem no entanto, demonstrar que o trabalho sob o capitalismo subordinava-se ao capital. Tornado um saber escolar, passou a expressar as relações da sociedade pela sua aparência, sem as contradições entre as classes sociais, sem falar dos homens concretos.

A idéia seria, tornar o trabalhador alienado de sua condição para que assim ele aceitasse essa situação de subordinação, por meio do ensinamento de uma geografia da paisagem, sem a análise das relações estabelecidas no espaço. Pois as relações que se dão no espaço geográfico, são bem outras do que a geografia oficial, a serviço do capital tem buscado mostrar, pois o capitalismo nas suas diversas fases, tem diferentemente assumido posições em que consegue sempre despojar os trabalhadores dos seus meios de produção e alienando-os da natureza e dos outros homens, portanto do saber e do poder.

O capital cresce subvertendo o modo de vida dos homens, à base da dissolução de antigas relações e cria outras dependentes do mundo mercantil e o homem alienado, as reproduz ao ritmo da reprodução do capital. A individualização aumenta com a divisão do trabalho e o espaço geográfico dimensiona a alienação do trabalho e do homem numa escala planetária. (MOREIRA, 1994).

1.1- O Perfil das Trabalhadoras de Presidente Prudente

Sendo o espaço geográfico produzido pelo trabalho e a um só tempo agente e resultado do desenvolvimento da história dos homens, nos propomos a reforçar por meio de nossa pesquisa os estudos sobre o trabalho, justamente por verificar a importância

de decifrar as relações estabelecidas na sociedade, quando da intervenção do homem ao meio ambiente, pois essas relações são envolvidas por muitas contradições de classes, e tem por isso repercutido diferenciadamente no território, segundo as classes sociais, a raça, o sexo, a etnia, etc.

Pois:

....a Geografia do trabalho deve chamar para si a tarefa de apreender o mundo do trabalho através do espaço geográfico, entendido, pois, como uma das características do fenômeno, e da rede de relações categoriais/teóricas/escalares, ou seja, a paisagem, o território e o lugar de existência dos fenômenos, num vai e vem de múltiplas determinações. (THOMAZ Jr., 2002b, p.5)

Por meio dessa pesquisa procuramos estudar a Geografia da questão de gênero, entendendo que as mulheres assim como outros grupos sociais, como os indígenas, a parcela negra, etc, têm sido ao longo da história subjugados em relação ao homem branco e a condição se agrava quando situamos tais questões numa sociedade de classes como a capitalista.

Porém, as mulheres têm uma especificidade de que, independentemente da classe social, têm sido as responsáveis pelo cuidado com os filhos e na manutenção da casa e provimento de filhos e maridos.

Segundo SAFFIOTI (1987) há um processo de naturalização dos processos socioculturais, pois essas funções foram criadas socialmente quando a família se estruturou dessa forma, com a mulher exercendo “naturalmente” sua função de mãe e no cuidado com o lar. Enquanto que ao homem, quando do surgimento da divisão social do trabalho, com a geração do excedente, separando o espaço da produção e o da reprodução, coube o exercício dos afazeres fora do âmbito privado do lar. A partir daí a identidade social, segundo a autora foi socialmente construída.

É de extrema importância compreender como a naturalização dos processos socioculturais de discriminação contra a mulher e outras categorias sociais constitui o caminho mais fácil e curto para legitimar a “superioridade” dos homens, assim como a dos brancos, a dos heterossexuais, a dos ricos. (SAFFIOTI, 1987, p.11)

Nesse sentido, nos propomos a entender como a mulher tem convivido com essa situação e como tem se dado sua inserção no mercado de trabalho, haja vista que, como vimos, as mulheres são as únicas responsáveis pela manutenção da reprodução da família. Importante frisar que a inserção no mercado de trabalho pode trazer de certa forma

a autonomia financeira, sendo que, muitas mulheres têm sido as principais responsáveis pelo sustento da casa, seja pelo falecimento do marido ou pela sua própria opção pessoal. A inserção no mercado de trabalho tem trazido novas experiências para as mulheres, acostumadas a terem seus horizontes restritos a manutenção da família.

Sendo que a própria configuração da família, tem estado tendencialmente em mudança, com o surgimento da família monoparental, onde somente um dos cônjuges vive no domicílio, surgindo o que CASTELLS (1999) denomina de crise da família patriarcal, na medida em que o comando da casa deixa de ser função exclusivamente do homem.

Segundo uma pesquisa feita por GOIS (2001) baseada nos primeiros dados obtidos com o censo 2000, a mulher atualmente é a responsável por um em cada quatro domicílios no Brasil, com cerca de 11,1 milhões de mulheres (ou 24,9% do total) e essa presença é maior no Nordeste, onde, por conta da migração dos maridos, acaba ficando para a esposa a responsabilidade da casa e dos filhos. Os maiores índices são nas cidades de Maceió em Alagoas com 47,9% e em Teodoro Sampaio no Estado da Bahia com 42,7% dos domicílios sendo comandados pelas mulheres. Em Sucupira, no Estado de Tocantins, temos o maior percentual de crianças que vivem em domicílios chefiados somente por mulheres (42,1%).

Segundo GOIS (2001), metade das mulheres que são responsáveis pelo domicílio, recebem de meio a um salário mínimo, com o agravante de que a mulher tem tido mais crianças sob suas responsabilidades, um aumento de 35%, em comparação ao ano de 1991, passando de 10,5% para 14,4% em 2001.

Em coadunação com isso, segundo nosso levantamento de campo, as mulheres continuam ganhando menos do que os homens. Em Presidente Prudente temos, de acordo com o Gráfico 6, uma média de 56,2% das trabalhadoras que ganham até três salários mínimos, com destaque para a categoria do SIEMACO onde as trabalhadoras pesquisadas recebem de um a dois salários mínimos e é nessa mesma categoria que se encontram também as trabalhadoras menos escolarizadas, onde a maioria (ou 63,3%) não possui o ensino fundamental completo. Na categoria do SEC se encontram 19 trabalhadoras e no SSM temos 21 trabalhadoras que recebem até três salários mínimos.

Observamos também, que a inserção da mulher no mercado de trabalho, tem trazido novas configurações para a população mundial, com reduções da taxa de fecundidade, adiamento do nascimento dos filhos e redução do número de filhos. Assim, muitas famílias se apresentam com um membro apenas sendo responsável por elas, com o surgimento de lares de mães ou pais solteiros, além de muitos casais sem filhos¹⁶.

Concomitante a isso, a partir dos anos 70 houve uma queda na taxa de fecundidade, que de 6,28 filhos na década de 60 passou para 2,3 em 1999, segundo o IBGE *apud* Almanaque Abril (2002). Isso tendo em vista os fatores que ajudaram a diminuir o número de filhos: como a inserção da mulher no mercado de trabalho, o uso de métodos anticoncepcionais e o aumento da escolarização das mulheres. O resultado é que a pirâmide populacional tende a se inverter até chegar em 2020, com uma crescente participação de idosos na população, com diminuição do número de crianças e de adolescentes¹⁷.

Novos padrões de comportamento também têm surgido, com a inserção no mercado de trabalho de mulheres cada vez mais escolarizadas.

Segundo uma pesquisa feita por TOLEDO (2002) as mulheres têm levado vantagem em relação ao nível de escolaridade, já que os homens ingressam no mercado de trabalho a partir dos 13 anos e a mulher por volta dos 14,4 anos. Isso é explicado pelo fato de que, existe uma pressão maior da sociedade para que o homem se insira no mercado de trabalho para ajudar no orçamento doméstico, enquanto as mulheres ficam em casa para ajudarem nas funções domésticas. Segundo essa mesma pesquisa, cerca de 18% dos homens entraram no mercado de trabalho antes dos 9 anos de idade enquanto que 13% das mulheres tiveram o mesmo caminho e cerca de 53% dos homens e 43% das mulheres entraram no mercado de trabalho, na faixa etária dos 10 aos 15 anos. Porém a boa perspectiva apresentada pela pesquisa é que, apesar de lenta, há uma tendência de adiamento do ingresso da população no mercado de trabalho.

Em consonância com a pesquisa citada, de acordo com o Gráfico 1, vemos que das mulheres pesquisadas, a maioria (101 mulheres) está entre o ensino médio e o ensino superior e encontram assim distribuídas: 39 delas tem o ensino médio completo e

¹⁶ Para mais detalhes ver: CASTELLS, 1999.

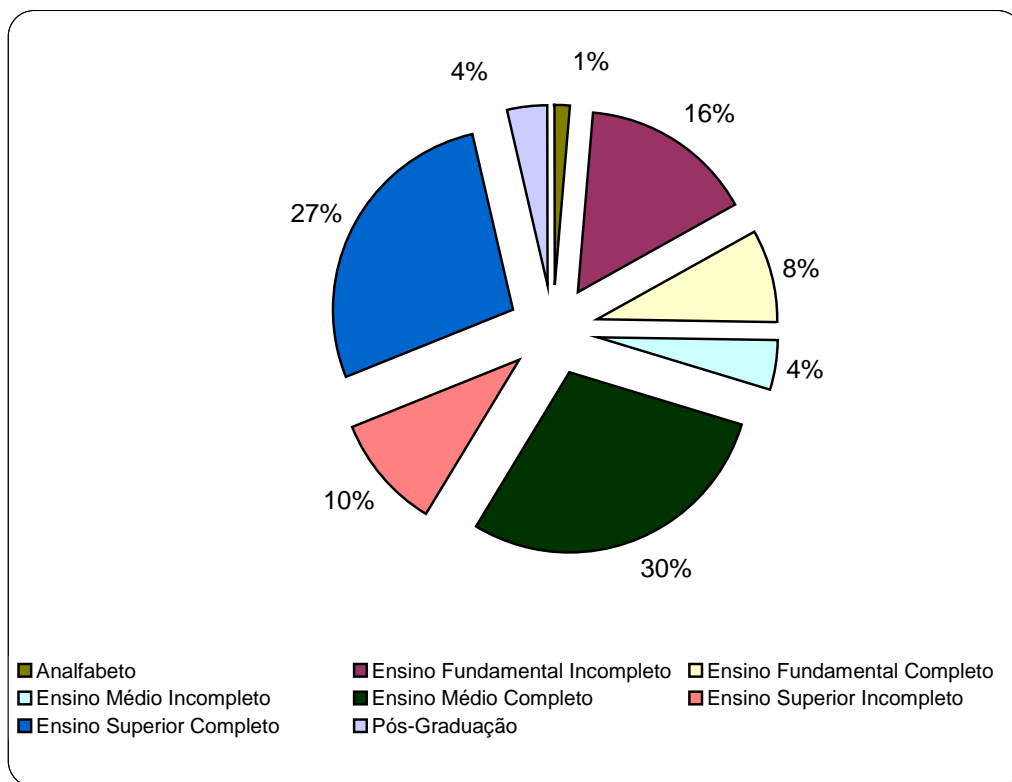
¹⁷ Estimativa expressa no Almanaque Abril 2002 - Brasil

estão localizadas nas categorias referentes ao SEC e SSM, 37 delas possuem o ensino superior e estão localizados principalmente nas categorias da APEOESP (20) e SSM (13), 14 possuem o nível superior incompleto e estão no SEC (6) e SSM (5) e as outras 5 que possuem pós-graduação sendo que 4 delas estão localizadas no SSM. Apenas 6 trabalhadoras possuem o ensino médio incompleto e as demais 34 trabalhadoras que estão abaixo da faixa do nível médio de ensino estão assim distribuídas: 2 analfabetas e localizadas no SIEMACO, além de 21 delas que não possuem o ensino fundamental completo e que na sua grande maioria (19) também estão no SIEMACO, das 11 mulheres que possuem o ensino fundamental completo, 6 delas também estão no SIEMACO.

Percebemos por meio desses dados e também pelas entrevistas que as mulheres menos escolarizadas atuam em profissões onde o salário é baixo, girando em torno de menos de um, até dois Salários Mínimos.

De nossa pesquisa de campo, realizada por meio de entrevistas, também apreendemos que a profissão escolhida pelas trabalhadoras em sua maioria, está ligada a área de Ensino. Em relação as sindicalistas entrevistadas, 5 delas que cursaram o ensino superior, fizeram licenciatura. Isso também se observou em uma das militantes entrevistadas, além de uma das duas trabalhadoras entrevistadas que cursaram o ensino superior.

Gráfico 1- Nível de Escolaridade das Mulheres Trabalhadoras



Fonte: Pesquisa de Campo, 2002

Tendo em vista o Gráfico 1 vemos que, de forma geral há uma maior proporção de mulheres escolarizadas, sendo que apenas 1% delas são analfabetas. Em contrapartida a esse quadro de escolaridade alta das mulheres encontrado em Presidente Prudente, não se parece com os dados apontados pelo Boletim Quinzena¹⁸ n° 255. Neste boletim, são apresentados alguns dados da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que coloca que dos quase 1 bilhão de analfabetos adultos de todo o mundo, dois terços são mulheres, representando na opinião da organização que a discriminação no ensino é uma das causas principais da pobreza e do subemprego da mulher. O boletim ainda aponta que nos países em desenvolvimento da África, 90% das mulheres com 25 anos ou mais são

¹⁸ Quinzena, publicação do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro, que apresenta um conjunto de artigos provenientes dos veículos da grande imprensa.

analfabetas e dos 100 milhões de menores que não tem acesso ao ensino primário em todo o mundo, 60% são meninas. Segundo o artigo, apesar das meninas em países pobres, terem maiores probabilidades do que os meninos, de abandonarem os estudos, para a realização de tarefas domésticas, tem-se observado que a cada ano a entrada de mulheres na escola cresce 15%, enquanto que a taxa entre os homens é de 11%. Nesse caso também não coincide com os dados apresentados em relação ao Brasil, já que conforme vimos, os meninos é que abandonam a escola em função no ingresso no mercado de trabalho.

Segundo a OIT *apud* DIEESE, mais de 45% da população feminina entre 15 e 64 anos é economicamente ativa atualmente e nos países industrializados esse percentual chega a 50% das mulheres e na América Latina passou de 22% a 34%. Para a organização, não basta aumentar a oferta de emprego, mas criar ações que melhore as condições desse emprego, já que as mulheres se inserem demasiadamente nos empregos informais, onde geralmente o salário é menor.

Além do que as atividades realizadas, acabam sendo aquelas “tipicamente femininas”, isso porque segundo a OIT *apud* DIEESE, quando as mulheres conseguem ter acesso a educação, as instituições continuam oferecendo às meninas qualificações como datilografia, enfermagem, costura, restauração e hotelaria, limitando a oferta de conhecimentos científicos e técnicos.

Assim, contraditoriamente, a busca pela maior independência financeira e menor subjugação ao homem, têm colocado para as mulheres novas situações de dominação e subjugação. Ou seja, além da subordinação direta ao capital, ao se assalariar, outra forma bem comum de dominação a que muitas mulheres têm se submetido, por conta da própria confusão da idéia de independência conquistada e pelo alto valor recebido, muitas mulheres acabam expondo seu corpo em revistas, filmes, etc.

Isso tem sido para muitas mulheres uma forma de conseguir autonomia, mas pode por outro lado, reafirmar sua subordinação, na medida em que ela continua a fazer o jogo da sociedade patriarcalista e machista. Pois segundo essa concepção, as mulheres seriam incapazes de realizarem tarefas que exigem muito esforço de seu intelecto, sendo assim, suas atividades devem estar sob o comando do homem, cabendo à mulher lhe servir e isso inclui se submeter também aos seus desejos físicos.

As mulheres da sociedade capitalista são estigmatizadas na figura de *Maria* ou *Eva*, a primeira como sendo Maria, a santa mãe dos homens e por isso deve servir ao homem nos afazeres domésticos ou então se não seguem esse ordenamento devem então dar prazer aos homens, tomando o papel de Eva. Sendo que em ambas as situações, a função da mulher é a de sempre servir ao homem.

SAFFIOTI (1987) coloca que para o homem, foi destinado segundo a ideologia dominante, o poder de macho e caçador e por isso, sempre em busca de sua presa e a mulher deveria por outro lado, estar sempre disposta a lhe servir, seja marido ou pai.

Nesse sentido, com todas essas determinantes permeando a questão da mulher na sociedade, nos propomos a investigar como isso se reflete no órgão representante da classe trabalhadora, ou seja, como ocorrem essas relações de gênero no meio sindical, seja na elaboração de propostas para melhorar a condição da mulher na sociedade, devido a sua crescente inserção no mercado de trabalho, seja na avaliação de propostas de inserção no próprio sindicato. Pois temos como pressuposto que, como representante da classe trabalhadora, o sindicato deve estar sintonizado com as necessidades e anseios dos trabalhadores de maneira geral.

Dessa forma, através da relação de gênero, permeada pela relação de classe, nos colocamos a entender a configuração das mulheres trabalhadoras em Presidente Prudente, internamente ao sindicato, com o objetivo de desvendarmos como se dá esse processo de incorporação da mulher na luta por melhores condições de vida, pois enquanto mulher-mãe-trabalhadora, lhe é reservada as responsabilidades das tarefas domésticas e cuidados com os filhos. Ou seja, como trabalhadora a mulher é duplamente subjugada pelo capital, na esfera da produção de mercadorias e na esfera da reprodução, como provedora de força-de-trabalho, com precárias condições, de forma geral, pois não há o que garanta auxílio à reprodução, como creches e escolas infantis.

Sendo assim, com essa tripla jornada de trabalho da mulher militante, nos esforçamos para entender por meio das entrevistas realizadas, qual o nível de entendimento das mulheres nessa questão e o que tem sido feito no sentido de aliviar esse “fardo” das trabalhadoras de forma geral, além da própria consciência política dessa condição da mulher militante e sindicalista.

Lembrando que a condição da mulher, existe graças à divisão sexual do trabalho que define as funções segundo o sexo e que na sociedade patriarcalista e monogâmica, designa à mulher o espaço privado do lar e ao homem o espaço público. Para ENGELS (1991), a monogamia passou a surgir como uma escravização da mulher em relação ao homem. Isso porque, a monogamia passou a vigorar com o intuito de preservar a herança da família e para isso era necessário que a mulher tivesse um único parceiro, indo contra a antiga liberdade de relações sexuais.

... o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o aparecimento do antagonismo entre a mulher e o homem na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo sexo masculino. (ENGELS, 1991, p.70)

Assim, pelo viés da Geografia temos tentado desvendar as máscaras configuradas no espaço, representadas pelas relações estabelecidas no sindicato, ou seja, nos propomos entender a atuação da mulher no sindicato e com as atenções voltadas para o ponto de vista dos sindicalistas, como também das trabalhadoras da base e através das próprias sindicalistas.

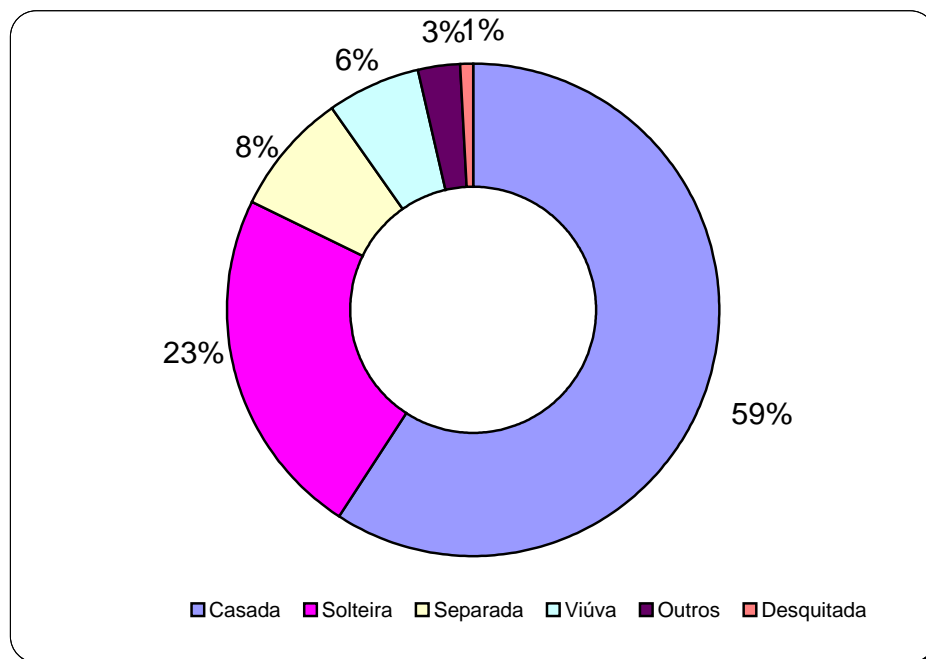
Percebemos que a forma de inserção nesse espaço do sindicato, majoritariamente masculino, tendo em vista as relações estabelecidas, não somente por ser um reduto masculino, mas pelas relações patriarcalistas criadas na sociedade, faz com que a inserção nesse meio político, torna-se mais oneroso para a mulher.

Lembrando que quando falamos em relação de gênero, é no sentido das conotações criadas pela sociedade para designar o homem e a mulher, sendo que a condição do homem é aquela apoiada nos estereótipos onde cabe a ele, a função de provedor da casa e por isso detentor do poder econômico do lar, enquanto que a mulher deve obediência e arcar com as funções domésticas e cuidado com os filhos.

Através de questionários aplicados junto às trabalhadoras dos oito sindicatos pesquisados, pudemos dimensionar a condição vivenciada pela mulher-mãe-trabalhadora, bem como a percepção sobre sua condição de dupla jornada de trabalho e como resolvem essa questão para atuarem no mercado de trabalho. Já que do total de 135 questionários aplicados, temos um percentual de 59,2% das mulheres casadas, conforme Gráfico 2, sendo que somente 28,1% delas não possuem filhos. Assim além das casadas,

existem as separadas, as viúvas, as desquitadas e as solteiras que possuem filhos e exercem a dupla jornada de trabalho.

Gráfico 2- Estado Civil das Mulheres Trabalhadoras



Fonte: Pesquisa de Campo, 2002.

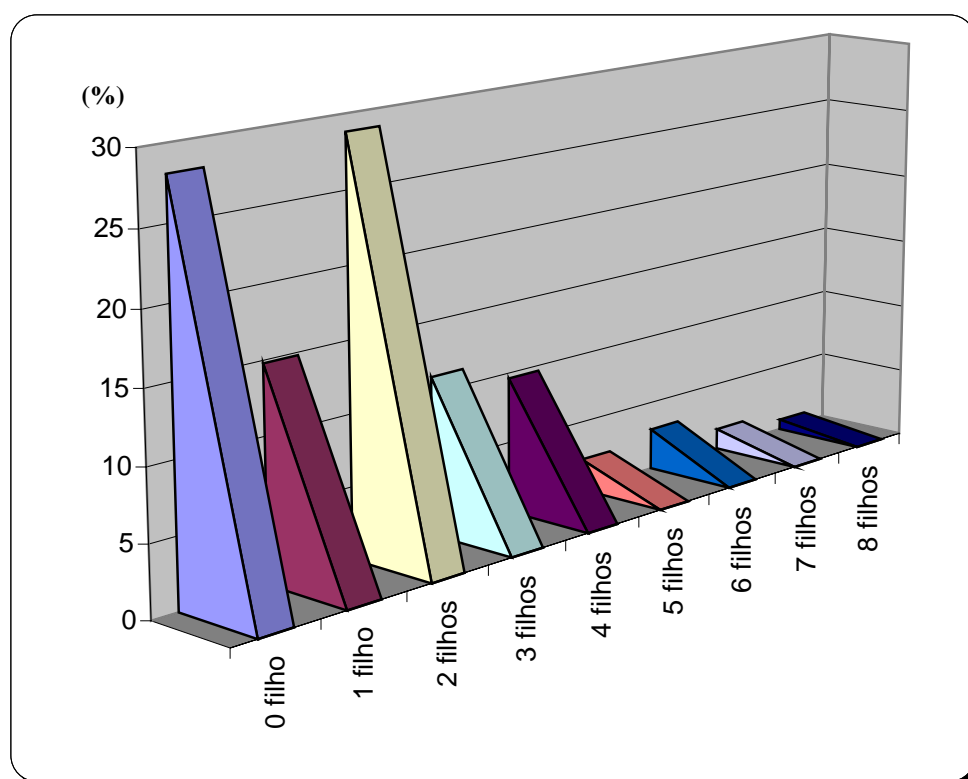
Do total de 9 sindicalistas, 4 são casadas e as outras 5 dividem-se em 2 solteiras, 2 separadas e uma delas desquitada, sendo que apenas 3 delas não possuem filhos. Das militantes, uma é casada e a outra solteira, sendo que a casada possui filhos. Das trabalhadoras entrevistadas, temos 4 casadas, 5 solteiras e uma separada, com apenas 3 delas que não possuem filhos.

Observamos ainda, de acordo com o Gráfico 2 e com os dados obtidos com as entrevistas às sindicalistas, trabalhadoras e militantes que, do total de mulheres abordadas, a maioria é casada e com filhos e há um grande número de mulheres, cujo estado civil, está entre as solteiras e “sem-maridos”, que possuem filhos.

Já de acordo com o Gráfico 3, percebemos que do conjunto de mulheres que responderam aos questionários, observamos que a maior parte, ou seja, 71,8% dessas

mulheres têm filhos, sendo que cerca de 28,8% delas optaram em ter dois filhos, enquanto 28,1% optaram em não ter filhos. Na somatória geral de mulheres abordadas (sindicalistas, trabalhadoras e militantes) a média de filhos é em torno de 2 filhos por mulher trabalhadora (272 filhos para 156 mulheres pesquisadas), número de acordo com o da média nacional, que está em torno de 2,3 filhos por mulher.

Gráfico 3 - Número de Filhos por Mulher Trabalhadora



Pesquisa de Campo, 2002.

Constatamos que no caso específico da mulher, tem havido ao longo da história formas de lapidação da sociedade, no sentido de que as mesmas se tornassem subjugadas ao homem e do ponto de vista da classe, ao capitalista também, especialmente quando passa a vender sua força-de-trabalho. Além de formas camufladas, onde as atenções das mulheres se voltam para o espaço privado do lar, com o cuidado dos filhos, do marido e da casa, ou seja algumas características inerentes à mulher, foram capitalizadas, já que as

mulheres continuam tendo seus filhos, cuidando da casa sem qualquer custo para o capitalista.

1.2 – A Questão de Gênero e a Relação de Classe

A história da humanidade foi escrita sempre enfocada nas atitudes dos homens, nas frentes de batalhas e nas expedições, enquanto que a mulher era colocada como um ornamento à paisagem, uma peça essencial à beleza da casa, havendo pois, a omissão em relação ao fruto de seu trabalho, porém essenciais para que esses desbravadores pudessem realizar seu trabalho. Além de que, a história das mulheres foi distorcida por médicos, que ao desconhecerem as anomalias do corpo da mulher, acusavam-nas de histéricas e de serem castigadas pelos pecados cometidos no passado, como por exemplo, a sedução provocada por Eva, tese fortemente defendida pela igreja Católica¹⁹.

Todas as anomalias ocorridas com a mulher acabavam se resumindo a essa explicação, já que a medicina era ainda incipiente e tratava o desconhecido como coisas do “além”. O poder centrado na igreja impedia os avanços na medicina e, conforme DEL PRIORE (2000a), houve até um período em que a medicina portuguesa ficou no obscurantismo, porque foi proibida pela Igreja de avançar nas experiências e descobertas científicas enquanto em outros lugares essa condição já havia começado a mudar. Nesse ínterim, os problemas das mulheres eram muitas vezes resolvidos com as curandeiras, também condenadas pela Igreja, onde muitas delas foram queimadas pela Santa Inquisição, já que se mostravam contrárias às determinações da sabedoria cristã. A condenação se dava primeiro, porque as curandeiras eram mulheres e em segundo lugar, porque sabiam tratar das doenças muitas vezes melhor do que os médicos.

A Igreja, então, ao manifestar a misoginia em relação à mulher, tem demonstrado contribuir para a criação de estigmas e tabus em relação às atitudes das mulheres na sociedade e muitas delas estão presentes até hoje, como a cobrança pela virgindade antes do casamento e a negação de exercerem a profissão de padres.

¹⁹ Mais detalhes ver DEL PRIORE (2000a e 2000b.)

Isso certamente ajudou a construir a idéia de que o trabalho era associado à demonstração de força e saber, e estes eram realizados no espaço público, enquanto que as mulheres se confinavam no ambiente privado do lar, com as tarefas mais monótonas de cuidar de filhos, costurar, cozer, etc.

ENGELS *apud* GUTERRES (2001) coloca que, a opressão feminina surgiu com a família monogâmica e com a apropriação do excedente, pois nas sociedades pré-capitalistas o trabalho produtivo era realizado pelas mulheres de forma relevante. Segundo a autora, na Antiguidade as mulheres desempenhavam funções juntamente com os homens e na Idade Média participavam da confecção de vários artigos sem serem mestres de ofício. Para GUTERRES (2001) a opressão surge com a sociedade de classes e a apropriação do excedente produzido, o que acaba gerando a divisão social do trabalho.

A separação entre o local de produção e reprodução, por outro lado acaba gerando a divisão sexual do trabalho e é nesse momento que a mulher se torna subjugada, pois o poder passa a ser identificado pela pessoa responsável pelo sustento da família, já que o trabalho doméstico se torna um trabalho invisível e inexpressivo.

A família monogâmica passou a servir como uma forma de preservar a riqueza gerada pelo excedente, no sentido de que era necessário saber quem eram seus herdeiros, pois diferentemente das sociedades primitivas onde não era importante saber o paradeiro do pai, aqui o parentesco se torna o referencial para a preservação da riqueza. As relações estabelecidas com a família monogâmica se associaram ao patriarcalismo, cuja característica era identificada na figura do homem, como sendo o chefe da família o que acabou reproduzindo dessa forma, relações de dominação e de poder econômico. Esses fatores segundo GUTERREZ (2001) fizeram com que se estabelecesse na família relações de dominação e de poder por parte do homem sobre a mulher, pois:

O patriarcalismo é a apropriação masculina das condições de trabalho, dos meios de produção e de subsistência do trabalhador. A mulher permanece enclausurada no âmbito doméstico enquanto o homem esgota-se no trabalho na fábrica, no comércio, etc. Assim estruturada, a sociedade não se dá conta de que a divisão sexual do trabalho permite que determinados membros da família trabalhem para que outros possam investir o tempo poupado em casa, no trabalho produtivo, "fora de casa". O tempo de trabalho doméstico poupado é alocado à produção capitalista. O núcleo familiar patriarcal reproduz as relações internas de dominação entre homens e mulheres. O homem aparece como dominador e a mulher como a dominada. (GUTERREZ: 200, p.24)

Em contrapartida disso, as mulheres quando ingressam no trabalho assalariado, pela necessidade de contribuir com o orçamento familiar, não há, conforme visto, uma redistribuição das funções domésticas, tornando, então para a mulher muito mais oneroso seu ingresso no mercado de trabalho. Porém essa inserção, pode revelar não só a busca de mudanças a essa condição, mas pode revelar a construção de uma nova identidade da mulher, ao resistir as condições enquanto trabalhadora.

LÊNIN (1980) coloca que, o trabalho na fábrica, pode ampliar os horizontes da operária, pois pode transformá-la numa pessoa instruída e mais independente e que pode se libertar das travas da família patriarcal. Para ele, o desenvolvimento da grande indústria criaria a base para a plena emancipação da mulher.

Nesse sentido, podemos refletir se apesar do duplo sofrimento das mulheres ao se assalariar, em decorrência da dupla jornada de trabalho, essa experiência pode acarretar a adoção de uma forma diferenciada de ver o mundo? Ou seja, a realização da dupla jornada de trabalho seria uma forma de resistência das trabalhadoras? E estariam pela inserção no mercado de trabalho, transformando aos poucos a ordenação da sociedade com a formação de famílias monoparentais, expressando nessas atitudes o poder de transformar sua realidade?

Assim, as diversas formas de inserção das mulheres nos diversos meios, antes impensáveis para ela, como o mercado de trabalho, com cargos de chefias, nas direções de sindicatos e nos partidos políticos, pode estar sendo uma tendência que pode viabilizar mudanças para si e para o gênero.

Podemos perceber a seguir como algumas mulheres, juntamente com o feminismo tem contribuído para a construção de novas identidades ou de referenciais, ao lutarem por causas que em cada momento teve sua importância, no sentido de que as lutas foram sempre em busca de conquista de novos espaços e esses espaços foram sempre conquistados a duras penas. Mas a busca pelos direitos de cidadãs, as mulheres marcaram a história.

1.3 - Algumas Histórias de Lutas e Resistências

Muitos autores defendem as contribuições das feministas e do movimento de mulheres nas discussões a respeito da mulher, nas questões específicas, como sexualidade, corpo, opressão, etc. Isso porque concomitante à crescente atuação da mulher no mercado de trabalho, houve a inserção de mulheres nos mais diversos movimentos sociais, seja em movimentos pelo fim da carestia implantada no país em decorrência de planos econômicos, nos movimentos pela anistia política de maridos e filhos, desencadeado pelo regime militar, além de outros diversos movimentos de pequena amplitude, mas espalhados pelo resto do país.

As mulheres quando ingressaram no mercado de trabalho, passaram a realizar funções “ditas femininas”, recebendo baixos salários em relação aos homens mesmo realizando funções similares. Associado a isso, a função remunerada pressupôs a existência da dupla jornada de trabalho e ao conflito interno por deixar casa e filhos em busca do trabalho remunerado e de sua profissionalização. E no processo de inserção no meio sindical, há o surgimento da terceira jornada de trabalho, com a inserção das mulheres na política sindical.

Porém, apesar da dupla jornada ser um fator de opressão da mulher, é por meio do trabalho assalariado, realizado na maioria das vezes em âmbito público, que há a convivência com pessoas com as mais variadas posições diante do mundo, o que pode levar, conforme visto, à descoberta de um mundo mais politizado onde podem passar a descobrirem seus direitos como trabalhadora e como mulher. A vivência no ambiente assalariado traz melhorias para a auto-estima e a vontade de profissionalizar seus conhecimentos, o que acaba por mudar a forma de pensar seu universo apenas como mãe e dona-de-casa, mas como pessoa dotada de capacidades.

Isso se confirma pelas entrevistas realizadas a 10 trabalhadoras da base, onde 7 delas responderam que nunca largariam o trabalho assalariado para ficar em casa, porque além de melhorarem sua auto-estima, as mulheres precisam ter perspectivas para estarem bem, “se a mulher ficar em casa ela se sente parada no tempo, tem que exercitar a mente senão ela para”.

No caso das 2 mulheres que disseram que deixariam o serviço para ficarem em casa, seria pela necessidade de cuidar dos filhos, que acabam ficando com outras pessoas. Uma terceira mulher apontou que deixaria o serviço caso “ganhasse na loto”, porque a mulher sofre muito no mercado de trabalho pelos preconceitos e por falta de melhores oportunidades, pois do contrário, as mulheres teriam melhor desempenho e “se dariam bem na vida”.

Percebemos também que, apesar de algumas mulheres apontarem que não abandonariam o trabalho assalariado em função da casa e filhos, as mulheres que têm filhos, geralmente vivem em um conflito, porque ao saírem para o trabalho, geralmente deixam os filhos aos cuidados de outras pessoas, ou em creches, maternais, etc. E ainda há o fato de que, por mais que os filhos são importantes, no período em que se retraem em casa para exercerem a maternidade, muitas mulheres acabam se sentindo “excluídas”, vazias e inúteis, por não exercerem algum trabalho remunerado. Isso porque o trabalho se torna importante e enaltecido na sociedade somente quando o mesmo é remunerado.

Dessa forma, as mulheres têm deixado essa função maternal para outra fase da vida, retardando o nascimento dos filhos, tendo em vista o fato de ter que deixar o bebê recém-nascido, sob os cuidados de outras pessoas, ou evitam até o final de sua idade reprodutiva, o nascimento de filhos. Mas por outro lado, existem aquelas ainda que acabam deixando o trabalho assalariado e a profissão em função da maternidade.

Na perspectiva de uma trabalhadora, o trabalho assalariado serve também para dar sentido a sua vida, pois segundo ela: “o emprego não é apenas para ganhar dinheiro, mas é um impulso à vida, para passar o tempo, senão enlouqueceríamos.”

1.3.1- A Contribuição das Feministas para a Questão de Gênero

O feminismo surge, segundo GOLDEMBERG e TOSCANO (1992) enquanto organização na Europa a partir do XVIII, “de caráter coletivo que visa mudar a situação da mulher na sociedade, eliminando as discriminações que ela está sujeita”, apesar de que em vários períodos terem sido encontrados homens e mulheres que tiveram atitudes e comportamentos, identificados hoje como feminismo.

Nas palavras de CASTELLS (1999, p.211) “existe, portanto uma essência comum subjacente à diversidade do feminismo: o esforço histórico, individual ou coletivo, formal ou informal, no sentido de redefinir o gênero feminino em oposição direta ao patriarcalismo”

O que deu a entonação ao surgimento do movimento, de acordo com GOLDENBERG e TOSCANO (1992), foi um conjunto de fatores, como a Revolução Francesa e seu paradigma político, juntamente com a corrida industrial.

Em 1791, Olympe de Gouges, propôs a aprovação da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã e apesar de ter sido guilhotinada em 1793, suas atitudes desencadearam a criação de várias associações de mulheres revolucionárias. Além do apoio conseguido entre vários intelectuais, o movimento feminista atingiu as mulheres de várias camadas sociais que iam se conscientizando de sua condição. Para GOLDENBERG e TOSCANO(1992), o movimento foi se estruturando ao longo do século XIX, na medida em que as diferenças de tratamento entre homens e mulheres foram se tornando mais declaradas no mercado de trabalho. O feminismo na França estava marcado pelas doutrinas socialistas na medida em que os socialistas utópicos e os marxistas, foram os primeiros a assumir a defesa da mulher, porém foi um dos últimos países a declarar o direito ao voto feminino, num movimento que se iniciou a partir de 1920.

O feminismo se inicia no Brasil por influência das feministas que passaram algum tempo no exterior, a partir do final do século XIX e devido a um período de mudanças sócio-econômicas e ideológicas e de contestação ao sistema (LEITE, 1982). Por influência dessas mulheres que traziam ideais comunistas, as mulheres da classe média, desencadearam um movimento reivindicatório que desembocou na criação de vários artigos na Constituição de 1934, que se referiam à questão da mulher e de outros que regulamentavam o trabalho feminino. Para GOLDENBERG e TOSCANO (1992), o movimento feminista organizado aparece na segunda década do século XX, com a reivindicação pelo direito ao voto levantada por várias mulheres de idéias mais avançadas como Nisia Floresta e Bertha Lutz que, em 1922 funda a Liga pela Emancipação Feminina.

Em virtude do aumento do número de grupos de mulheres, LEITE, (1982) aponta que houve a necessidade da criação da Federação das Mulheres no Brasil (FMB), que reunia grupos de mulheres da classe média e do proletariado e que em 1947 contava

com 47 associações femininas. Para LEITE, (1982) existia uma diferença na organização do movimento da década de 30 e do movimento da década de 40, onde o primeiro dava maior importância à questão da cidadania e não percebia que a subordinação das mulheres estava vinculada a sociedade de classes, enquanto que o segundo, apesar de ser sensível à questão da divisão em classes e reivindicar igualdade na política e no trabalho, não questionava o papel social da mulher.

Da mesma forma que ocorreu no Brasil, ALAMBERT (1986), coloca que em 1966 nos EUA, surge a National Organization of the Woman (NOW), que reivindicava direito ao emprego, igualdade de salários e abolição da publicidade sexista.

ALAMBERT (1986) aponta que as feministas passaram a reivindicar mudanças no domínio da vida privada sugerindo novas formas de casamento, no campo da cultura, sugerindo uma cultura anti-sexista e no campo da luta contra a violência e direito ao aborto. Fazem duras críticas ao examinarem o conjunto de ciências humanas e sociais, porque para elas, nestas ciências estavam colocadas expressões de jargão pseudo-científico, com o intuito de veicular os preconceitos em relação às mulheres. Surge então uma literatura feminista e nesse sentido, Simone de Beauvoir revolucionou a análise sobre a questão da mulher, propondo soluções radicais para o conflito entre os sexos, pois ao apelar para a dignidade das mulheres, incentivava a não aceitação à subordinação que sofriam e nem esperar que um casamento fosse resolver seus problemas de integração social. (ALAMBERT, 1986)

As feministas assinalaram, segundo SCOTT (1990), que o estudo das mulheres iria impor um reexame crítico dos critérios dos trabalhos científicos. Essa nova história se faria com analogia do gênero com a classe e raça. Para a autora, o conceito de gênero indica “uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”, e insiste sobre o caráter social das distinções fundadas sobre o sexo. Para SCOTT (1990) o termo serve para introduzir uma noção relacional das definições de feminino, que se centravam eminentemente na mulher, sem relações com o seu entorno e as relações estabelecidas por ela na sociedade.

Outra crítica apontada pelas feministas segundo ALAMBERT (1986) é de que, haveria uma discussão no interior do movimento feminista de que os marxistas ou o próprio Marx, além de Lênin e seus discípulos, não terem dado atenção teórica à questão de

gênero. Mas para a autora, essa afirmação é equivocada, já que os marxistas não resolveram todas as questões, além de ter dado, na sua opinião, uma interpretação científica ao tema mulher, quando colocaram que a questão feminina é uma questão social. A autora coloca ainda que os marxistas modernos é que devem ser responsabilizados pelo uso incorreto da questão da mulher, pois para ela o marxismo do passado teve o

... “mérito de haver delineado a estratégia de luta libertadora da mulher - a abolição da propriedade privada e a extinção da sociedade classista - proporcionando as bases materiais para transferir à sociedade em seu conjunto toda a responsabilidade oriunda de sua condição biológica” (ALAMBERT, 1986, p.113).

O fato é que as feministas passaram a recorrer ao termo gênero para referirem à organização social da relação entre os sexos.

Segundo SCOTT (1990) “o gênero era um termo proposto por aquelas que sustentavam que a pesquisa sobre as mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas no interior de cada disciplina” (p.6). A autora ainda aponta que no campo da historiografia, as feministas estão em posição de teorizar suas práticas e de desenvolver o gênero como categoria de análise, ao mesmo tempo em que podem reivindicar um terreno de definição, já que não há ainda na opinião das feministas, uma teoria que explicasse as desigualdades entre homens e mulheres.

No Brasil ressurge a partir da ascensão do movimento popular operário um movimento de trabalhadoras em busca de seus direitos e os sindicatos decidem em 1978 realizar o 1º Congresso da Operária Metalúrgica em São Bernardo do Campo¹⁹. Nesse congresso, segundo COSTA (1995) é aprovada uma Declaração de Princípios, que sintetiza as principais reivindicações das trabalhadoras e é manifestada a disposição de lutar pelo reconhecimento de seus direitos, como mulheres, trabalhadoras e cidadãs.

A partir daí, o movimento sindical passou a introduzir nos congressos anuais realizados pelas centrais sindicais, discussões sobre os problemas da mulher e encontros esparsos direcionados a mulher trabalhadora.

¹⁹ Esse congresso ocorreu entre os dias 17 a 19 de janeiro de 1986, promovido pela CONCLAT, que reuniu 4126 delegadas de 714 entidades. O evento ocorre no cerne de um movimento que em março, criaria a Central Geral dos Trabalhadores (CGT).

Essa iniciativa desencadeou na criação de uma organização no interior da CUT, em 1986, voltada para discutir os problemas das mulheres trabalhadoras, a Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora, (CNQMT) e que mais tarde passou a ser chamada de Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora, (CNMT).

Nesse sentido, conforme veremos com mais detalhes no capítulo II, a CUT continuando sua política de apoio à mulher trabalhadora, em 1994 passa a implementar a política de cotas, onde se estipula que os sindicatos filiados a central tenha na sua diretoria a composição de 30% de mulheres, como forma de apoiar também a inserção da mulher no meio político.

Juntamente com essas questões, vieram as mudanças no campo da medicina com a criação do anticoncepcional que cria a possibilidade de controle da natalidade pelas próprias mulheres e portanto, da possibilidade de dedicarem-se ao trabalho remunerado.

LEITE (1982), aponta que o trabalho remunerado gera a possibilidade do convívio social e da visualização de uma vida melhor, além da percepção da contradição de uma vida social agitada em contraposição a uma vida privada tradicional.

Ao lado dessas questões, há outras que atingem a forma de ser das trabalhadoras, ou seja, as mulheres ao se inserirem no mercado de trabalho, enfrentam a dupla jornada de trabalho além das formas de trabalho precárias exercidas, para se manterem nesse âmbito público. Além disso, enfrentam a concorrência com os homens, com o desenvolvimento de maquinário, porém subjugada a estes pelos mais baixos salários mesmo exercendo as mesmas funções.

São as mulheres que em maior número, se inserem na realização de trabalhos precarizados. Segundo VENTURI e RECAMÁN (2002), 57% das mulheres se concentram nos trabalhos informais e autônomas, enquanto que menos da metade (42%) estava no mercado formal como assalariadas registradas e funcionárias públicas.

Ainda segundo os autores, baseados em dados de uma pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo²⁰, o fato de a mulher brasileira resistir a dupla jornada é

²⁰ Trata-se da Pesquisa realizada em outubro de 2001, pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo, com entrevistas realizadas por cerca de 300 pesquisadoras a 2502 mulheres com 15 anos ou mais, sobre os mais variados temas. A pesquisa buscou formar o retrato de como vivem e o que pensam 61,5 milhões de mulheres brasileiras e o artigo organizado pelos autores citados, trazem os principais resultados.

porque a mulher dona-de-casa não é conformada com sua dependência econômica e submissão ao marido. Isso se confirma tendo em vista o resultado da pesquisa realizada pela Fundação, onde 53% das mulheres optaram pela autonomia ao invés de se dedicarem a casa e aos filhos, enquanto que, a opção pelo papel tradicional foi observada, conforme aumenta a idade, onde a maioria está na faixa dos 60 anos ou mais, entre as aposentadas e entre aquelas que nunca freqüentaram a escola.

Dessa forma fica demonstrado que, mesmo diante da sobrecarga de funções com a inserção no mercado de trabalho, as mulheres ainda preferem essa condição como forma de conseguir a autonomia e independência econômica a se sujeitar exclusivamente ao trabalho de casa.

Outra questão apontada, pelos autores VENTURI e RECAMAN (2001), é que à medida que as mulheres alcançam maior escolaridade, aumenta também a percepção de sua condição de subalterna ao espaço doméstico e a percepção de que é com a inserção no trabalho remunerado que conseguirão obter maior independência e melhora da auto-estima, ficando clara a demonstração de resistência dessas mulheres. Fato observado, conforme visto, nas entrevistas realizadas com algumas trabalhadoras em Presidente Prudente.

Outro fato que poderia indicar uma forma de resistência das mulheres está relacionado ao não afastamento do trabalho assalariado no período de sua idade reprodutiva e também durante a fase de criação dos filhos.

Em São Paulo e outras capitais pesquisadas pelo DIEESE (2001), a taxa de mulheres na PEA gira em torno dos 70% na faixa etária dos 25 a 39 anos e 40% na faixa dos 40 anos ou mais. Esse fato pode indicar que tem havido adiamento da maternidade e o número de filhos, tem diminuído em vista do prosseguimento da carreira. Aliado à isso, a taxa de fecundidade, segundo GOIS (2002a), tem caído de 2,91 em 1991 para 2,35 em 2000, gerando fatores parecidos aos países desenvolvidos, onde a média de filhos é de 2,1 filhos por casal.

A mudança no comportamento das mulheres, segundo GOIS (2000a), também implica num outro processo, onde a partir dos 30 anos a mulher tende a viver cada vez mais só, pois até essa idade a porcentagem de mulheres que vivem algum tipo de união conjugal é superior que dos homens, elas casam mais cedo e com homens mais velhos,

sendo que a partir dessa idade a situação se inverte, isto é, os homens vivendo uma união conjugal, e culmina na faixa dos 70 anos. Isso pode ser explicado, por um lado, pela maior mortalidade dos homens e sua menor expectativa de vida e, por outro, porque a partir de uma certa idade, as mulheres têm dificuldade de se casarem, além da dificuldade de recasamento das mulheres divorciadas e das mulheres com filhos.

As mulheres, então, têm optado pela vivência individual, já que muitas vezes o casamento tem gerado muitos conflitos.

Uma outra situação que tem sido encontrada é a chefia feminina, onde segundo CARVALHO (1998), os domicílios são sustentados pelas mulheres, sejam casadas, separadas, viúvas. A autora coloca que estudos feitos em capitais brasileiras constataram que esse tipo de domicílio caracteriza-se por aqueles que não estão apenas entre os grupos mais pobres, mas são os mais pobres dentre estes grupos.

Mas CARVALHO (1998) aponta também que, as relações entre a pobreza e chefia domiciliar são muito complexas e que é preciso considerar que nem toda chefia domiciliar emerge da pobreza, ela pode aumentar como resultado de processos sociais que melhorem a posição relativa da mulher na sociedade, como decisão de viver sozinha, ou como resultado de uma migração familiar temporária. Em segundo lugar, a autora aponta ser discutível se os domicílios chefiados por homens conseguem uma vida melhor para seus moradores, pois segundo ela, o acesso aos recursos é mais democrático nos domicílios chefiados por mulheres. Além de que, houve um aumento de mulheres casadas na década de 80 que sustentam domicílios, antes com maior participação das solteiras, demonstrando que tem havido uma mobilização de todas as categorias para a contribuição no sustento familiar e esse número é maior, se levarmos em consideração, a inserção no mercado informal.

Assim os domicílios chefiados por homens, mas sustentados pelas mulheres pode estar se tornando uma tendência, segundo CARVALHO (1998), pois muitas pesquisas apontam que as mulheres quando estão desempregadas, assumem trabalhos temporários em detrimento dos homens que preferem permanecer desempregados até o retorno ao trabalho fixo. E o autor ainda aponta as vantagens dos domicílios chefiados por mulheres sozinhas, já que podem usufruir maior autonomia, enquanto que os domicílios mantidos por mulheres mas chefiados por homens, podem representar opressão em dobro,

já que as mulheres se incumbem da geração de renda, mantêm seu papel doméstico e ainda não possuem poder de decisão sobre o uso do orçamento doméstico.

Diante desses fatores apontados podemos pensar, como já vimos, em uma mudança no padrão familiar, levando à crise do patriarcalismo, cujo poder era baseado na relação autoridade/dominação exercida pelo homem, como o “cabeça” do casal.

Para CASTELLS (1999), existem várias situações que podem reafirmar a sua teoria de fim do patriarcalismo. Um primeiro fator é o fim dos casamentos, que leva muitas vezes à formação de lares solteiros, o segundo fator é a falta de legalização de uniões conjugais, o que enfraquece a autoridade patriarcal, diluindo o modelo familiar nuclear clássico. Por último, a instabilidade familiar e a crescente autonomia das mulheres com relação ao seu comportamento reprodutivo. Dessa forma a crise familiar patriarcal estende-se pela crise de reposição populacional, na qual as mulheres limitam o número de filhos, adiam o seu nascimento, ou então adotam uma criança, sendo a única responsável por ela.

Da mesma forma, GOIS (2002a) aponta que de 1991 para 2000, o percentual de uniões consensuais sem casamento no Brasil aumentou para 28,9% do total de uniões, beneficiando a própria independência da mulher que antes precisava oficializar sua relação para garantir direitos.

Ainda segundo GOIS (2002a), o último CENSO DEMOGRÁFICO do IBGE mostra que, de 1991 a 2000 o número de pais que cuidam de seus filhos nos domicílios brasileiros aumentou em 74,5%, porcentagem maior do que as mulheres solteiras, cujo aumento foi de 58,8%. Mas apesar do aumento de pais solteiros ter sido maior, ele corresponde por somente 15,5% do total de chefes de família sem cônjuge e com filhos. Segundo o autor, um dos motivos do aumento de pais solteiros é o fim precoce dos casamentos, além do fato do homem querer viver uma relação mais próxima com os filhos.

Do que foi exposto, podemos pensar que há uma tendência a mudanças na forma de constituição das famílias antes constituída de maneira nuclear. Isso causado por boa parte pelas iniciativas das mulheres, que têm buscado novas oportunidades de vivência por meio do trabalho assalariado.

Vemos também que a configuração espacial delineada pelas mulheres traz novos elementos para o debate dos estudos de gênero.

Porém é importante que se tenha como pressuposto de que ao se estudar gênero deve ser levado em conta o universo relacional, ou seja, que a questão de gênero está imbricada diretamente com a sociedade, com as relações de poder entre homem e mulher, capital e trabalho, trabalhador e patrão. Lembrando que, conforme ALAMBERT (1986), o poder masculino no mundo contemporâneo se baseia nas formas de produção e nas relações de produção e por isso se exercita e se reproduz na família e fora dela, no privado e no social.

E ao se estudar a questão de gênero permeada pela relação de classe, não devemos priorizar e nem relevar uma questão em detrimento da outra, cometendo os mesmos erros dos marxistas e das feministas.

Nesse sentido, ALAMBERT (1986) aponta que para o movimento feminista se livrar da acusação de enfraquecer o movimento operário, deve romper com a dicotomia no momento da análise e de reconhecer o “nexo dialético entre o social e privado, o econômico e o cultural, entre o material e o psicológico, entre as relações de produção e as relações interpessoais, entre a infra-estrutura e a superestrutura que dela deriva” (p. 121). Isso se quiser contribuir, realmente, do ponto de vista teórico, para resolver de modo global a questão feminina. E do ponto de vista prático, isso será importante também para que o próprio feminismo possa se estruturar como movimento social, privilegiado pela luta libertadora da mulher, porém onde o movimento da luta de classes não se oporá à luta pela libertação da mulher.

Dessa forma o desafio está colocado para as feministas como para os demais interessados na questão da mulher.

1.4 - A Inserção das Mulheres no Mercado de Trabalho

A construção social no modo de produção capitalista, referendada aos dois sexos, designa para o gênero feminino, conforme vimos, associado com a questão de classe, a dupla subordinação, sendo que no momento em que há o processo de assalariamento, a mulher se subordina ao proprietário dos meios de produção, enquanto que no ambiente doméstico há a sobrecarga de funções, em vista da divisão sexual do trabalho, que reserva à

mulher as tarefas do cuidado do lar, dos filhos e do marido, mesmo com sua inserção no mercado de trabalho.

SAFFIOTI (1987) coloca que a relação de gênero é uma construção social, pois não se é masculino e feminino, mas se torna masculino e feminino de acordo com as concepções de dada sociedade, pois a questão de gênero está na base de um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é determinado por este, tampouco determina as opções sexuais.

SCOTT *apud* SARTORI (2001) aponta que uma das mais importantes contribuições do conceito é a possibilidade de articular as relações historicamente determinadas, para além das diferenças de sexo.

A idéia de sexo frágil e por isso incapaz de pensar e realizar tarefas que exigem esforço do intelecto se infiltrou com o decorrer do tempo na cabeça de homens e mulheres. Se por um lado, existe a idéia de que a mulher deve ocupar o espaço do lar e com ele os atributos de mãe, gestora e criadora dos filhos, independente de exercer também uma função assalariada no âmbito público ou mesmo no espaço domiciliar, por outro lado, existem também os estereótipos voltados às posturas masculinas na sociedade.

SARTORI (2001) aponta dois tipos mais presentes na sociedade: a masculinidade subordinada, onde os homens são mais sensíveis e sentimentais e a masculinidade hegemônica, presenciada pela figura do homem machão, forte e capaz, que exerce poder sobre homens e mulheres. Porém esses atributos não são exclusivos de homens, pois ALMEIDA *apud* SARTORI (2001:224) reafirma que “a masculinidade e a feminilidade não são sobreponíveis respectivamente a homens e mulheres, mas são metáforas de poder e de capacidade de ação e, como tais, acessíveis a homens e mulheres”.

Em consonância com isso, das entrevistas realizadas junto aos sindicalistas e às sindicalistas, pudemos perceber que, em algumas situações, tanto os homens, como a maioria das mulheres, assumem uma postura excludente em relação à participação das mulheres nos sindicatos. Associado a isso, temos a postura de boa parte dos homens sindicalistas que acham que o meio político não é “lugar” de mulher.

Dessa forma, a idéia de poder e de capacidade permeia o comportamento da maioria de homens e mulheres sindicalistas entrevistados, ao adotar como discurso que deve partir da mulher, a iniciativa em querer atuar no âmbito político e que por essa decisão

deve arcar com as responsabilidades da sobrecarga das funções, a função doméstica e o cuidado com os filhos e a militância política.

Já nas entrevistas realizadas com as trabalhadoras da base, percebemos que as opiniões se dividiram naquelas que disseram que acham que a inserção da mulher na política, não tem mudado em termos qualitativos em relação à atuação do homem. Constatamos isso, tendo em vista a fala de uma trabalhadora da base que disse que: “é a mesma coisa, não fizeram nada de bom, veja a Marta Suplicy”. E por outro lado, outras trabalhadoras disseram que, quando as mulheres se inserem na política, a tendência é de haver uma mudança, pois a mulher se preocupa mais com as coisas que diz respeito ao seu gênero, no sentido de saber das suas necessidades: “Ela pode trazer benefícios que só ela sabe, a mesma coisa são os deficientes”.

Houve ainda a opinião de algumas que procuraram supervalorizar as qualidades das mulheres, “...elas vão com o espírito emotivo, os homens são mais materialistas, elas não vão apenas pelo financeiro, elas vão proteger não somente as mulheres, mas os homens”. Outra ainda coloca que “ela é fundamental, é mais maleável, ela está conquistando seus espaços, ela tem capacidade, mas é introvertida pela própria história de vida dela”. Dessa última fala, conseguimos interpretar, tendo em vista o que a trabalhadora afirmou em outras respostas, que por conta da história da mulher na sociedade, de subordinação ao homem, associado ao machismo presente na sociedade, foram fatores que fizeram com que a mulher acreditasse em sua inferioridade e por isso tem dificuldade de acreditar na sua capacidade de ocupar espaços dentro da sociedade.

Outro fato que comprova que a relação de gênero é ideologicamente carregada da relação de poder, pode ser visualizada a partir da distribuição das funções no interior dos sindicatos. Isto é, as áreas de secretaria, geralmente são ocupadas pelas mulheres, enquanto que as atividades de palestras, cursos e a presidência estão na maioria das vezes, sob a responsabilidade dos homens, conforme Quadro 4. As mulheres ocupam a presidência, na maioria das vezes, quando a base é formada hegemonicamente por mulheres, caso contrário suas funções ficam restritas ao trabalho de organização interna dos sindicatos.

Da mesma forma, isso ocorre no mercado de trabalho, por ocasião das mulheres, juntamente com os velhos, ocuparem cada vez mais atividades precárias.

Os sindicatos, tendo em vista as transformações ocorridas no mundo do trabalho, juntamente com seus problemas estruturais, não tem atendido às demandas muito presentes como a inclusão do grande contingente de trabalhadores informais, onde a grande maioria é composta por mulheres.

Vemos que as últimas transformações no mundo do trabalho têm gerado um processo de desmonte das conquistas trabalhistas em vista da ofensiva do capital na política, através do neoliberalismo e na produção sob a regência da reestruturação produtiva. Ao mesmo tempo, vemos o movimento sindical em estado de inércia, ao não contrariar a imposição da classe dominante, apenas, em algumas circunstâncias, parcelas restritas dos dirigentes, ainda defendem algumas bandeiras do sindicalismo, como a luta por melhores condições de vida, sendo aí incluídas questões referentes à moradia, educação, lazer, além de apoio às minorias excluídas do mercado de trabalho e do mercado de consumo²¹.

As empresas que têm adotado novas formas de gestão do trabalho, consagradas com a reestruturação produtiva, tem tido como resultado, segundo RUAS *apud* RAMALHO (1997), uma grande mobilidade da mão-de-obra, crescimento do trabalho informal, redução dos salários reais na maioria dos setores, aumento do recurso à sub-contratação do trabalho, com a participação do trabalho em domicílio²².

Apesar dessas características atingirem de forma geral ambos os sexos, HIRATA (1998) aponta que a tendência é atingir mais as mulheres, pois o índice de crescimento no mercado de trabalho das mulheres é freqüentemente superior ao masculino, mesmo nos períodos de crise econômica.

Isso pode ser confirmado também por OLIVEIRA (1997), quando assevera que as mulheres são as que mais ingressam no mercado de trabalho não-assalariado, atividades por conta própria, trabalho domiciliar e trabalho de tempo parcial ou *part-time*, justificando o crescimento do número de mulheres que tem ingressado no mercado de trabalho.

Em contrapartida a isso, tem havido um processo de mudança nos anseios dos trabalhadores e vigentes na seara do sindicalismo brasileiro, que lutam pela

²¹ Cf. ALVES (2000), SANTOS (2001); ANTUNES (1999), THOMAZ JR (2000) e (2002).

²² A esse respeito, vale destacar o trabalho da autora: OLIVEIRA, Martha Tathy. “**Trabalhar em casa – na era do fim do emprego**”. São Paulo: Olho D’água, 2001.

permanência no emprego, seja ele com carteira assinada ou não, colocando em risco as conquistas sociais e trabalhistas, desencadeando um processo de agir nas *beiradas*, ou seja, dentro do limite imposto²³.

O movimento dos trabalhadores representado pelos sindicatos tem agido na legalidade. As greves, as manifestações e os enfrentamentos têm sido colocados como não apropriados para o atual momento. O processo de cooptação em nível das idéias tem colocado para o movimento sindical, que a luta agora é pela permanência no emprego, mesmo que para isso haja perdas de salários e de direitos. Nos dizeres de MATTOS (1998): “entregando a mão para não perder os dedos”. Assim o sindicalismo caminha para o abandono de ideais, como a luta pela construção de alternativas para a sociedade.

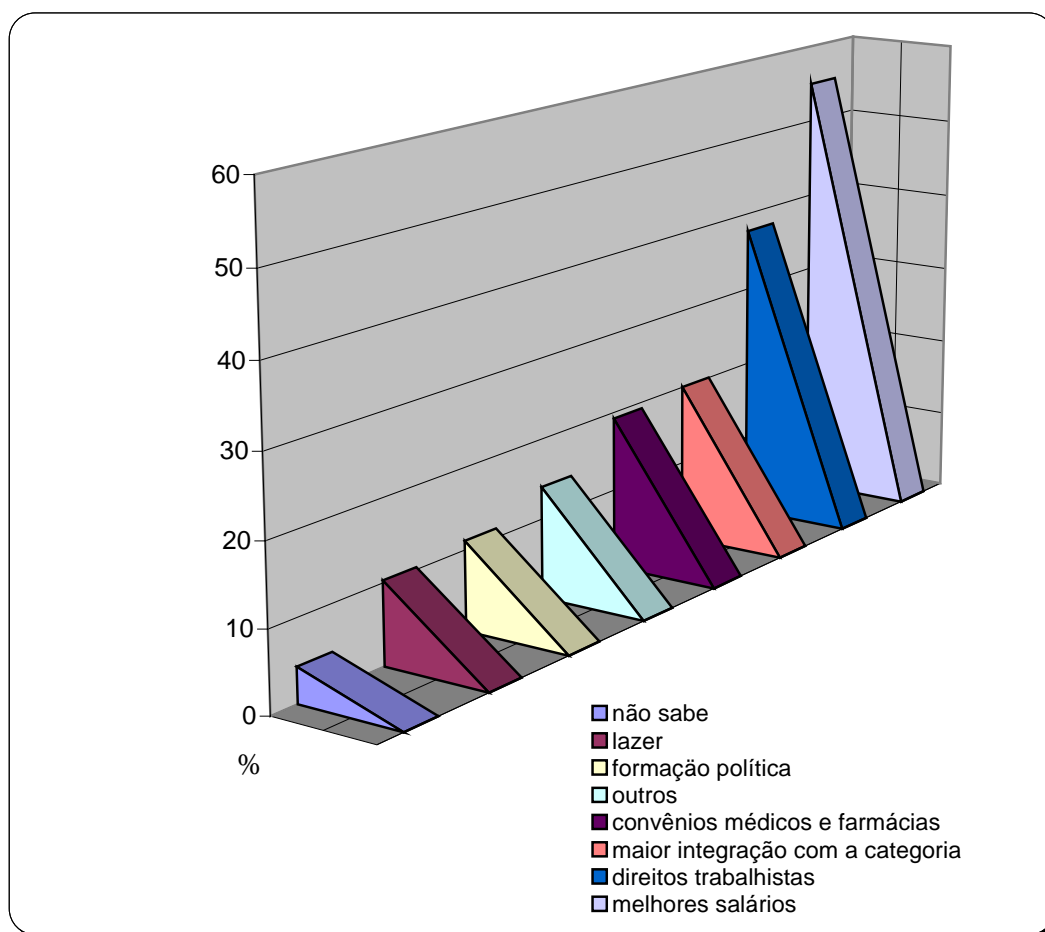
Verificamos com mais detalhes que a questão de gênero, que tentava se firmar como política permanente de discussão no interior do movimento sindical, desde 1994 através da política de cotas como alternativa de incentivar a participação feminina, tem cada vez mais se fortalecido como uma política secundária, já que a prioridade é a manutenção dos empregos. Ou seja, a busca é pela inserção no mercado de trabalho, seja de que forma for, com a subjugação crescente ao capital, através do trabalho informal, parcial, temporário. Enquanto questões mais específicas, porém de essencial importância para a própria organização dos trabalhadores, como classe subordinada e que necessita da unificação dos trabalhadores de ambos os sexos, para o embate conjunto com o capital, acaba não sendo tratada com seriedade pelo sindicalismo.

Além do surgimento de trabalhos precarizados e sem assistência previdenciária, tem estado muito presente, a questão do desemprego estrutural, acirrado pelo *canto da sereia* por parte dos empresários, em sugerir aos seus funcionários, que se voltem à proposta das demissões voluntárias.

Na pesquisa realizada junto às trabalhadoras de Presidente Prudente, pudemos perceber que segundo elas, o empenho dos sindicatos, deve ser muito mais direcionado à luta por melhores salários, seguido dos direitos trabalhistas, em terceiro lugar, mais convênios médicos e em quarto lugar o sindicato deve buscar, mais integração com a categoria, conforme Gráfico 4.

²³ Ver: SANTOS, 2001.

Gráfico 4- O que o Sindicato Deveria Oferecer aos Trabalhadores



Fonte: Pesquisa de Campo, 2002.

O que está em pauta, portanto, é a questão da sobrevivência dos trabalhadores, refletindo os próprios interesses do sindicalismo que tem, conforme já tratado, apostado nas atitudes assistencialistas como forma de manter os trabalhadores sob sua representatividade. Os sindicatos apostam no suprimento das condições imediatas dos trabalhadores e administrando o “negócio” que se tornou o sindicato, haja vista o tempo de permanência de muitos sindicalistas na direção do sindicato, no caso de Presidente Prudente, dos sindicatos pesquisados, há sindicatos presididos pela mesma diretoria há 16 anos como o SEEB, sendo que alguns deles desde a fundação, como é o caso do SIEMACO, desde 1996.

Dessa forma as atenções dos trabalhadores que não estão oficialmente empregados, ou desempregados são desviadas, haja vista que é a partir da contribuição sindical proveniente de uma diária por ano, descontada em folha, no mês de março, que o sindicato sobrevive.

Assim não interessa ao sindicato sair em defesa daqueles que não contribuem com sua existência, pois o trabalhador, no final das contas é quem mantém a estrutura sindical, com o aval do Estado, por sua vez, o trabalhador informal, não tem direito a ser representado, ficando à margem dessa condição. Mas temos que nos ater para o fato de que essa marginalidade acaba se tornando uma condição essencial ao sistema, pois apesar de estarem excluídos do mercado de trabalho, os trabalhadores informais são necessários para a permanência de pressão junto aos trabalhadores que possuem empregos formalizados, para o rebaixamento dos salários e para a troca de condições para a situação da despossessão, no limite, o desemprego²⁴.

O fato é que, o sindicalista mesmo sem querer trabalhar, consegue manter a instituição do sindicato funcionando com os descontos do holerite realizados involuntariamente de todos os trabalhadores formalizados.

Então qual a necessidade de buscar a representatividade destes trabalhadores informais se somente com os formalizados, conseguem manter a superestrutura sindical, apoiado fortemente pelo Estado?

Poderemos com mais detalhes, a seguir que, é justamente nesses setores informais onde se localizam predominantemente as mulheres, assim como veremos também que a forma de inserção da mulher no mercado de trabalho, tem sido em diversos setores, aumentando de tamanho a População Economicamente Ativa (PEA) de forma geral, assim como o índice de desemprego que tem afetado aos trabalhadores e em específico as mulheres.

²⁴ Ver: THOMAZ Jr, 2000a.

1.4.1- A Atuação da Mulher no Mercado de Trabalho

Nesse contexto de transformações no mundo do trabalho e de mudanças na materialidade e na subjetividade da classe trabalhadora, intentamos compreender o papel desempenhado pela mulher na sua inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, na luta de classes.

Vemos que as atividades desempenhadas no lar, conforme apontado no início do texto, não são em decorrência de processos naturais, mas foram moldadas ao longo da vida das mulheres, para o cuidado com os filhos e com a casa, enfim isso faz parte do processo social que historicamente delegou as mulheres essas responsabilidades.

Para SAFFIOTI (1987) o espaço privado do lar reduz as potencialidades da mulher. Além do mais, ao se inserir no trabalho assalariado, a mulher acaba exercendo determinadas atividades, ditas femininas e são também menos remuneradas.

FARIA e NOBRE (1998) ainda colocam que grande parte da identidade de gênero é adquirida na família, onde se fazem os primeiros aprendizados para a divisão sexual do trabalho. Para as autoras o lar serve mesmo é para baratear os custos de reprodução e na escola é que se reforça essa desigualdade entre homens e mulheres.

Essa idéia é reafirmada por ANTUNES (1999) e HIRATA (1998), quando colocam que há uma construção social sexuada no mundo produtivo e reprodutivo, onde os homens e mulheres são desde a escola e a família qualificados diferentemente para o mercado de trabalho e o capitalismo tem sabido se apropriar disso.

A dominação de classe pressupõe a dominação do gênero, este segue sendo estigmatizado ao longo do tempo e tanto homens como mulheres são explorados. Porém no caso da mulher, há uma diferencialidade, pois além da especificidade de prover a sociedade de força-de-trabalho, existe a divisão sexual do trabalho, que impõe a ela somente, a administração da casa. Há também a perpetuação na sociedade, de que ela é o *sexo frágil*, por isso não possui capacidade de exercer funções até então exclusivas aos homens, como as de chefes e os cargos políticos.

As mulheres que avançam no espaço público, é por conta de outras que fazem as tarefas domésticas por ela, e dessa forma ocorre outro problema apontado por SAFFIOTI (1987), que aponta que, como à mulher cabe a socialização dos filhos, essa

função somente deve ser delegada à outra pessoa, se houver legitimidade. Ou seja, quando for necessária a mãe ganhar seu sustento, porém nos segmentos sociais mais aquinhoados a mulher não precisa dessa legitimação. Assim, não existe apenas o problema da dupla jornada que a impede de participar das atividades políticas, mas uma cobrança para que a mulher não deixe o ambiente culturalmente destinado a ela, pois, como vimos, deve existir uma *boa causa* para que a mulher destine suas funções a outra pessoa.

Outro problema decorre do fato de que, as mulheres que conseguem se sobressair no meio político necessitam da subordinação de outra para que isso ocorra, ou seja, enquanto uma mulher geralmente de uma categoria melhor remunerada, consegue se livrar da dupla jornada de trabalho e atuar na vida política, na tripla jornada de trabalho, uma outra mulher fica no seu lugar, sendo não somente subordinada, mas alienada da sua condição, pois esta não terá, quem faça os serviços domésticos por ela.

MENDONÇA (1998) coloca que, a questão da responsabilidade do lar para a mulher é tão inculcado que, quando esta sai a público acaba interiorizando a culpa por deixar muitos de seus afazeres em função do trabalho assalariado.

Essa idéia de incapacidade e fragilidade da mulher perpassa a sociedade, porém é essencial entendermos que a estrutura social fundamentada na divisão sexual e social do trabalho e em classes sociais, portanto, segue as delimitações de uma classe hegemônica, que está no poder, com o aval do Estado.

Portanto, a hegemonia enquanto dominação se infiltrou no pensamento e na forma de ser de homens e mulheres. Estas por “aceitarem” comportamentos exigidos e o estabelecimento das funções sexualizadas e aqueles pelo sentimento de superioridade, que faz com que exijam da mulher respeito e submissão. Porém, ambos são fruto de uma sociedade, ancorada nos princípios moralistas defendidos pela Igreja Católica e apropriados pela classe hegemônica, criando obstáculos para a identidade de classe.

O sindicato tem perpetuado isso por meio da divisão em categorias, além da estanquização por município, por meio da unicidade sindical, o que reforça o trabalhador a não se enxergar um no outro como trabalhadores. Do ponto de vista da sua organização a classe hegemônica se coloca em vantagem, facilitada como já visto, pelo seu poder territorial de transnacionalização.

Conforme CARVALHAL:

... a direção política do movimento sindical apresenta-se variada e só compreendendo a hegemonia burguesa, enquanto capacidade de constituir-se num bloco histórico, ou seja, de manter unida a estrutura e superestrutura sob a direção que lhe é conveniente, é que podemos, enfim compreender que a despeito de se encontrarem no movimento sindical, indícios de insatisfação com a classe dominante, ainda não se forjou a constituição de um novo bloco histórico hegemônico pelo proletariado, pois grosso modo, a grande maioria das lideranças sindicais encontram-se submetidas à ideologia burguesa. (CARVALHAL 2000a, p.29)

Enquanto os trabalhadores não conseguem vislumbrar em sua territorialização a própria dominação, pois segundo GRUPPI *apud* CARVALHAL (2000a, p.33), o principal papel exercido pelas classes hegemônicas - ou o papel da hegemonia - é a capacidade de unificar através de um bloco social o que não é homogêneo, de não permitir que as diferenças e contrastes entre as diferentes forças sejam expostas, provocando uma crise na ideologia dominante.

A não-identidade da classe também é reforçada pela própria divisão sexual do trabalho, pois esta reforça a divisão não somente das funções, mas dentro da própria classe trabalhadora. Essa mesma divisão sexual das funções, reproduzida no trabalho assalariado, impõe a mulher à realização de tarefas como veremos, minuciosas, que exigem muita atenção e destreza, porém muitas vezes, tarefas que a isolam do convívio com outros trabalhadores.

Porém concomitante a alienação que o trabalho assalariado realizado pelas mulheres, também tem proporcionado a valorização enquanto pessoa, que pode e tem capacidade de realizar funções exercidas também por homens ou que já foram realizada por estes, e isso tem um peso muito forte para elas.

1.4.2- As Formas de Trabalho Segundo o Sexo

ROY (1999), aponta que a inserção da mulher no mercado de trabalho passa pela divisão sexual do trabalho e as inovações tecnológicas não ocorrem do mesmo modo entre homens e mulheres, pois também levam em conta a idade, raça, sexo. Há uma acentuação dessa divisão no mercado de trabalho, pois ocorre uma segregação vertical onde as mulheres ocupam cargos baixos, enquanto os altos cargos ficam por conta dos homens.

Por sua vez SOUZA-LOBO (1991) aponta que o trabalho feminino na indústria de São Paulo possui algumas características específicas como: a) salários

femininos mais baixos que os masculinos, se acentuando com a idade, b) as mulheres se concentram em atividades não qualificadas ou semi-qualificadas, c) as tarefas são monótonas e repetitivas d) as atividades requerem destreza e habilidade.

Ao se assalariar, as relações estabelecidas no âmbito privado do lar, passam a serem reproduzidas no âmbito público e assim o gênero feminino submisso no âmbito privado, pelo marido ou pai, passa agora a ser submetido às condições do capitalista e este a subjuga não somente como classe, mas como gênero, provedora da força-de-trabalho.

FARIA e NOBRE (1997) colocam que a mulher ao se inserir no mercado de trabalho, realiza atividades tipicamente femininas, como professoras, enfermeiras, secretárias, assistentes sociais, etc. Fato confirmado pela análise que procedemos nos sindicatos, onde as mulheres se concentravam em funções de professora, funcionária pública municipal, limpeza de ruas e limpeza de bancos, além das trabalhadoras do setor do comércio, que atuam como vendedoras.

Apesar do número de mulheres no mercado de trabalho estar aumentando, juntamente com o aumento da escolaridade, poderiam indicar uma maior qualificação e maior estabilidade do setor produtivo, porém o que ocorreu foi o contrário, ou seja, o aumento do número de posto de trabalho tendo a frente às mulheres se dá às custas da ausência de registro e à base de rendimentos menores do que os percebidos pelos homens.

Segundo OLIVEIRA (1997b), a tendência de aumento da participação da mulher no mercado de trabalho nas últimas décadas vem acompanhada de duas características interessantes:

Primero la permanencia de la segregación entre trabajo doméstico y extradoméstico impide la igualdad de condiciones en el acceso al trabajo remunerado y refuerza la situación de desventaja social de las mujeres en ambos espacios. Segundo, es necesario evaluar la calidad del trabajo extradoméstico que las mujeres están desempeñando para tener una idea del tipo de inclusión social que éste les propicia. (OLIVEIRA, 1997b, p. 188).

Para ROY (1999), a qualificação está baseada na construção histórica de homens e mulheres trabalhadoras, pois ambos não são capacitados de forma igual na família e na escola, para o mercado de trabalho.

Esse processo acaba desqualificando a mulher, pois mesmo com a qualificação real, ou seja, o conhecimento adquirido, quando analisado seu dados

curriculares, esse saber não constará oficialmente. Seria o mesmo que dizer que a desqualificação do posto de trabalho vem ao encontro à sua própria desqualificação²⁵.

A questão da qualificação com a implantação dos programas de Qualidade Total (QT) e Círculo de Controle de Qualidade (CCQ), passou a ser implantado, com a retomada do crescimento econômico, que entrou numa nova fase a partir da década de 70, no Brasil. Essa fase se dividiu em 3 momentos diferenciados: o primeiro momento ocorreu com a difusão do CCQ, no início da década de 70, o segundo momento em 84, com a Inovação Tecnológica e Organizacional e a terceira fase no início dos anos 90, com a reestruturação produtiva e a implantação por muitas empresas, do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP).

Ou seja, as transformações no mundo do trabalho trouxeram a exigência da qualificação profissional, para saber manipular e operar os equipamentos, porém a exigência da formação não condiz com as funções e o salário. Não é a alfabetização que determina o salário, pois este tem sido tendencialmente achatado e deflacionado e no caso da mulher trabalhadora, ela sofre duplamente com a discriminação, pois na mesma função e muitas vezes mais qualificada que o homem, a mulher recebe menor remuneração.²⁶

O fato é que, se a tecnologia possibilita que uma pessoa execute várias tarefas, por outro lado, existe a inutilidade de se qualificarem tantas pessoas para dado trabalho, pois certas funções na fábrica são extintas com o emprego da tecnologia.

É sabido que o CCQ objetivou disciplinar a iniciativa operária, principalmente os trabalhadores mais qualificados e assim desviar o ímpeto participativo para formas que contassem com o controle gerencial, haja vista que no final dos anos 70 houve uma retomada do movimento sindical. Assim, a implantação da QT foi também uma meta para atingir a produção e assim dominar a força-de-trabalho. Ou seja, essas novas formas de organização do trabalho, trouxeram uma característica nova aos trabalhadores, que é a sensação de comando da situação na produção, pois em sintonia com os demais componentes do grupo, podem se organizar e conseguirem atingir patamares mais elevados

²⁵ Cf. ROY (1999)

²⁶ Para mais detalhes ver: SOUZA-LOBO (1991), ROY (1999).

de produtividade, ficando a responsabilidade e sustentação da firma nas mãos dos funcionários.

No caso da mulher, essa questão é mais firmemente ideologizada, com sua inserção nos programas de QT, apesar dela não ocupar os cargos de comando, essa inserção traz não só a sensação de participante, mas faz com que sinta mulher-trabalhadora-responsável na produção, assim como é socialmente reconhecida como mulher-mãe-responsável-na esfera-doméstica. (ROY, 1999)

Porém o que está colocado para os trabalhadores de forma geral, apoiado nesses programas de controle de qualidade, é a busca da produtividade pela intensidade e sem o conhecimento do processo completo de trabalho. A inovação trouxe a substituição do homem pela máquina, o conhecimento passou a se fragmentar e a realização de toda a etapa da produção, antes realizada por uma única pessoa se fragmentou, com a implantação da divisão técnica do trabalho.

O capitalismo, com a “ajuda” da ciência, substituiu o saber artesanal de todo o processo produtivo das mãos do trabalhador, para a fragmentação das etapas, pela utilização da máquina, assim distanciou o trabalhador cada vez mais do produto de seu trabalho.

As inovações na estrutura organizacional do trabalho e as inovações tecnológicas trouxeram também uma tendência a precarização do trabalho com perdas salariais, dos direitos trabalhistas, enfim da fragilização do trabalhador, que acaba se submetendo a essas condições. O maior desdobramento dessa renovação no mundo do trabalho, portanto, são as formas de trabalho precárias que foram criadas sem qualquer preocupação com a seguridade social, como os trabalhos de tempo parcial, o trabalho informal, o trabalho domiciliar e o trabalho de tempo temporário. É como assevera ANTUNES que “A sociedade do capital e sua lei do valor necessitam cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial ou part-time, terceirizada...” (1999, 119).

OLIVEIRA (1997b) nos coloca que, com as inovações tecnológicas e as novas formas de organização e gestão do trabalho, percebe-se que novas oportunidades são criadas às mulheres. Funções até então ocupadas somente por homens, agora estão sendo

ocupados por mulheres, como nas indústrias metalúrgicas e químicas, mudando o perfil das funções “ditas femininas”.

Nesse sentido HIRATA (1998) afirma que as novas oportunidades criadas para as mulheres, com as inovações tecnológicas e organizacionais, na verdade foram acompanhadas da manutenção de uma hierarquia social e técnica, com a supremacia masculina, com as mulheres permanecendo controladas por formas e procedimentos tayloristas, além de não haver aumento na qualificação.

Ou seja, nas indústrias, de acordo com SOUZA-LOBO (1991), existe o pretexto de que determinadas funções são específicas às mulheres, pois somente elas possuem aptidão à realização de tarefas monótonas e repetitivas, e que são também as menos qualificadas e de salários menores. Enquanto que aos homens, devido à força física, são destinadas funções que exigem destreza, que são as mais qualificadas e os salários condizentes, mesmo que este não tenha formação adequada. O que não acontece de forma linear com a mulher, que exercendo a mesma função que os homens, seu serviço não é reconhecido socialmente e economicamente, apesar de tal fato ocorrer em casos raros, já que as funções são pré-determinadas, sendo as femininas às de alta rotatividade, que não visam a construção de carreira.

Dessa forma:

Desqualificação, baixos salários, ausência de carreira se articulam compondo o círculo vicioso: as mulheres ganham menos porque não são qualificadas porque não fazem cursos técnicos, pois não vêem perspectiva de carreira. (Debate Sindical, 1989, nº 10, p. 35)

Assim a possibilidade de se fazer carreira é consubstanciado na política de salários, pois segundo a lógica da divisão sexual do trabalho, o gênero é que define a função e o salário, e a possibilidade de formalizar seus conhecimentos, depende, portanto de quanto se ganha.

A fragilização é uma tendência que tem atingido ambos os sexos, porém são as mulheres as mais prejudicadas, pois o índice de mulheres que ingressam no mercado de trabalho tem sido superior ao índice de ingresso masculino, mesmo no período de crises econômicas. HIRATA (1998)

Isso significa dizer que, as mulheres são as que mais se submetem a qualquer tipo de serviço, seja devido à necessidade de se tornarem mais autônomas e

independentes (do lar, do marido ou do pai) ou da necessidade de aumentarem o orçamento familiar e assim alimentarem a prole.

Em consonância com essa questão, OLIVEIRA (1997b) disserta que, são as mulheres as que mais ingressam no trabalho não assalariado, atividades por conta própria e o trabalho de tempo parcial ou *part-time*, apesar deste se expandir de forma generalizada a toda força de trabalho, são as mulheres que permanecem há mais tempo nessa atividade. Essa “escolha”, segundo a autora, esconde a conveniência deste tipo de emprego, pois a mulher tem as tarefas domésticas e com ela a dupla jornada de trabalho, assim ao ingressar no mercado de trabalho, realizando essas tarefas em que horário do trabalho é mais flexível, ela consegue organizar seu tempo com o serviço doméstico e dedicação de mais tempo aos filhos. Dessa forma, segundo a autora:

...las mujeres por cuenta própria no sólo están segregadas en actividades más precarias sino que incluso al interior de estas actividades ellas se ubican en una peor posición relativa respecto de los varones (OLIVEIRA, 1997b, p. 190)

Devido à segregação entre trabalho doméstico e extradoméstico, há uma repercussão nos níveis de inserção da força-de-trabalho feminina e masculina no mercado de trabalho, com uma tendência da taxa de atividade feminina ser inserida em setores inferiores, ocasionando a exclusão social. Além da segmentação ocasionada pelo surgimento de um novo modelo de emprego precário feminino, generalizado a toda força de trabalho que é o trabalho de tempo parcial.

As mulheres também se inserem no trabalho domiciliar, nessa situação, “o trabalho se confunde com a dinâmica familiar” (TELES *apud* RAMALHO, 1997, p. 88). Pela ausência de direitos sociais, pela pouca definição da relação de trabalho assalariado, além do fato de ser transferida os custos sociais para essas trabalhadoras.

... essa situação reforça a ideologia da domesticidade, pois a falta de possibilidade de carreira ou promoção, ignoradas pelos sindicatos e sem benefícios sociais, faz com que as mulheres trabalhadoras tenham grande dificuldade para diferenciar a sua atividade profissional daquela de mãe e esposa. (ABREU & SORJ *apud* RAMALHO, 1997, p. 89).

O gênero feminino sofre além da exploração da classe, a opressão do gênero, “A exploração de classe se articula intrinsecamente com a opressão de raça, assim como ocorre com a opressão de gênero” (BALCÃO, 1993, p. 14).

O esforço da mulher duplica com a inserção no trabalho assalariado, onde mesmo com a execução da dupla jornada de trabalho, somente um trabalho é pago e

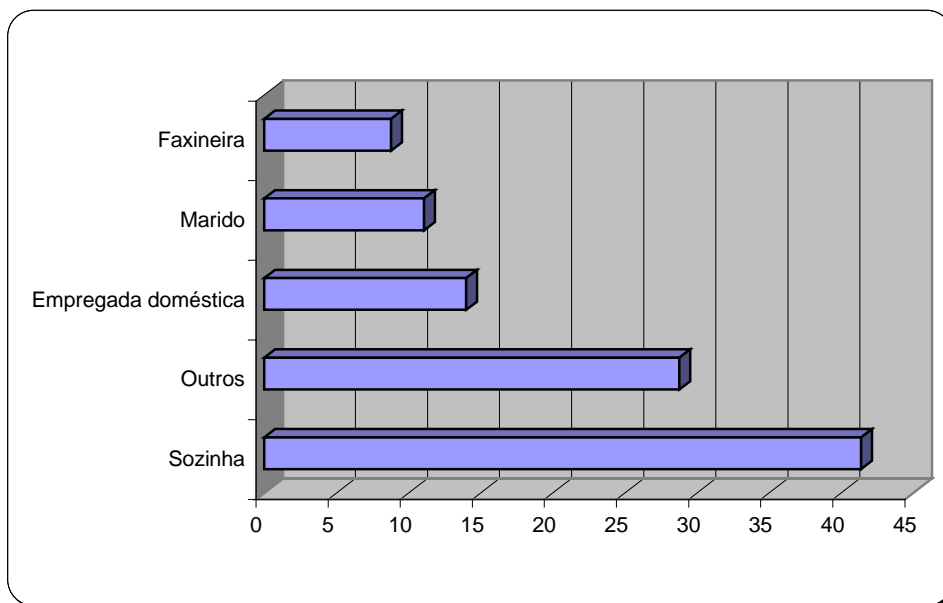
reconhecido, já que o trabalho doméstico faz parte da condição de mulher e o emprego faz parte da condição de mulher pobre, mas ambos não são fruto de uma escolha.

Dessa forma, a história de subjugação de uns sobre outros aqui tem essa particularidade, dos homens subjugarem as mulheres. E estas muitas vezes tendo em vista a sua inserção no mercado de trabalho, tem percorrido o mesmo caminho de subjugarem outras pessoas. Ou seja, muitas vezes a mulher, na tentativa de se livrar ou então amenizar sua dupla jornada usa da estratégia de empregar uma outra mulher para realizar suas funções domésticas, enquanto trabalham, ou então há um desdobramento das mulheres para elas mesmas realizarem essas tarefas domésticas.

Das categorias de trabalhadoras pesquisadas, podemos observar que 41,4% das trabalhadoras realizam as tarefas domésticas sozinhas e aquelas que contratam alguém para ajuda-las nessas tarefas são aquelas situadas nas categorias melhor remuneradas, somando 22,9%, conforme Gráfico 5. No caso das trabalhadoras entrevistadas, notamos que somente uma delas possui empregada doméstica, as demais realizam sozinhas, com duas delas que podem contar com a ajuda da mãe e outra com a ajuda da filha.

Podemos também verificar que, as tarefas domésticas ainda continuam sendo consideradas tarefas exclusivamente femininas, já que mesmo na alternativa de “outros”, são as mulheres que realizam, (a mãe ou irmã), enquanto que os maridos são ainda um dos que menos contribuem com seu trabalho na realização dessas tarefas.

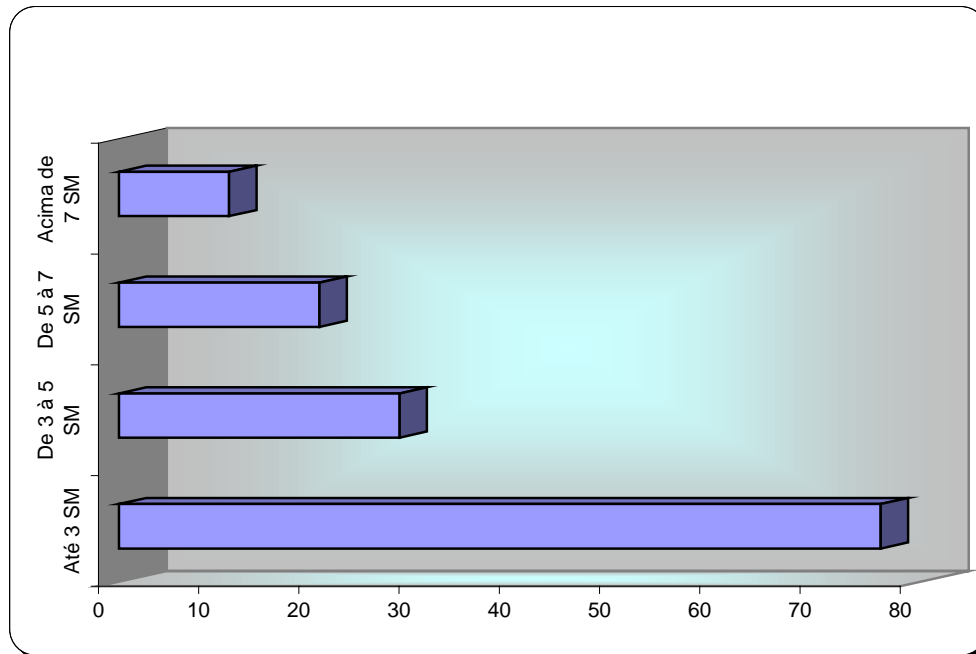
Gráfico 5- Realização das Funções Domésticas (%)



Fonte: Pesquisa de Campo, 2002.

A inserção no mercado de trabalho assalariado para as mulheres, faz com que acumulem suas funções e se sobrecarreguem realizando-as *full time*. Aquelas que são melhores remuneradas, são as que passam a subordinar uma outra mulher, para que realize as funções onerosas do ambiente doméstico para elas, que são as Bancárias, algumas Comerciais, cuja faixa salarial estão, conforme Gráfico 6, está acima de 3 salários mínimos, ou em média quinhentos e quarenta reais (R\$ 540,00). Podemos pensar qual vai ser a renda recebida pela trabalhadora que fará os serviços domésticos para essa outra trabalhadora, enquanto esta trabalha no âmbito público. Além da subjugação sofrida pela trabalhadora que realiza as funções domésticas, por se submeter a baixos salários, ela se enclausura no âmbito privado do lar alheio, e depois disso tem que realizar suas próprias tarefas domésticas.

Gráfico 6- Renda Mensal das Mulheres Trabalhadoras (%)



Fonte: Pesquisa de Campo, 2002.

Importante colocar o quanto a função de provedora se torna imprescindível para o capital, porque o fato de gerar filhos, potenciais força-de-trabalho e administrando seus custos e viabilizando sua existência através do exercício de seu trabalho assalariado, sem que para isso possa contar com uma estrutura de apoio a mãe-trabalhadora, tem sido fato concreto. Assim a mulher ao mesmo tempo em que gerencia o funcionamento do lar e garante com isso a reprodução dos demais integrantes da família, garante também a reprodução de si própria.

Para GUTERREZ (2001),

O trabalho reprodutivo não gera mais valia diretamente, porém quando este trabalho tem a tarefa de proporcionar a manutenção da força-de-trabalho para que o capitalista o utilize para a produção de mais-valia, pode-se afirmar que o trabalho reprodutivo é parte do processo de produção, importando para os donos dos meios de produção que não tenha que ser pago. (GUTERRES: 2001, p. 26)

A autora coloca que somente é pago esse serviço doméstico, quando a família contrata uma pessoa para realizá-lo e mesmo assim não é valorizado, pois não é

considerado produtivo além de conter um conjunto de ideologias que indica que cabe somente a mulher realizá-lo no âmbito do lar sob a dominação masculina.

Devido a essa situação extremamente alienante para a mulher que tem suas funções restritas ao ambiente privado do lar, é que se aposta que a vivência no cotidiano do ambiente público, com o exercício das funções assalariadas, mesmo que com isso acarrete dupla jornada ou que traga a subjugação de outras mulheres na realização do trabalho doméstico, o importante é que com isso traga modos de pensar diferente a vida.

Além disso, há o contato que o ambiente assalariado proporciona como órgão de representação dos trabalhadores, o sindicato. Talvez possa ser esse o mecanismo que as mulheres possam encontrar respaldo na luta por melhores condições de vida. Porém por se tratar de um ambiente que se consolidou com uma maioria formada pelos homens, as mulheres têm tido além das dificuldades normais de interpretação da dinâmica interna dos sindicatos, como a importância de sua representatividade perante o patronato, não se vêem e não se sentem como integrantes de uma categoria, cujos direitos são defendidos pelo sindicato.

Isso mesmo com o crescimento do número de mulheres sindicalizadas a partir da década de 60, sendo que no período de 1970 a 1978, segundo ARAÚJO (2000), o número de sindicalizadas cresceu 176% enquanto o número de mulheres no mercado de trabalho aumentou 123%, enquanto que o número de sindicalizados obteve um crescimento de 87% e o crescimento de homens no mercado de trabalho foi de 67%.

Ou seja, mesmo com o crescimento das mulheres no ambiente sindical, pudemos observar na aplicação dos questionários junto às trabalhadoras de Presidente Prudente, que algumas mulheres que inicialmente consentiam em responder as perguntas, resistiam em responder quando as questões se voltavam sobre filiação sindical, partido político ou participação nas assembleias dos sindicatos. Ocorreram muitos casos em que quando questionamos sobre a política interna do seu sindicato ou mesmo quando questionadas sobre sua posição partidária, muitas delas se negaram a respondê-las, demonstrando a falta de interesse na política de forma geral.

Da mesma forma ocorreu quando nas entrevistas, perguntamos se as mulheres trabalhadoras se interessam por política, a reação majoritária foi de negarem o gosto pela política. Metade delas se manifestaram dizendo que, não gostam dos políticos e

de que só votam por obrigação. O argumento é de que, “tem muita mentira, aproveitam dos mais humildes” e ainda “tem muita falsidade e a gente acaba desacreditando na política”. Duas delas colocaram que gostam “mais ou menos” da política, e ainda outra colocou que apesar de não gostar, “com a idade a gente acaba achando importante se inteirar”.

Podemos concluir inicialmente que o meio político partidário e sindical ainda tem sido visto pelas mulheres trabalhadoras como sendo “coisa” de homem, já que a maioria das diretorias sindicais é formada por homens e que por isso não devem se interar com o sindicato, ou então adotam a expressão de que “não gostam de política”.

Nesse sentido, apesar das mudanças na forma de vida da mulher moderna, com autonomia financeira, pelo ingresso no mercado de trabalho e em muitos casos com alto nível de escolaridade, notamos que muitas coisas ainda permanecem ideologicamente impregnadas quanto a sua condição na sociedade.

Segundo GUTERRES (2001) em 1990, 27,3% possuíam até 11 anos de estudo e 11% com 12 anos de estudo, enquanto 7% dos homens ocupados possuíam 12 anos de estudo. Em Presidente Prudente, conforme vimos, das mulheres pesquisadas, 70% estão compreendidas acima de 11 anos de estudo.

Porém esse período de dedicação ao estudo, associado ao aumento de mulheres sindicalizadas, não foram suficientes para a quebra de alguns tabus relacionados à inserção da mulher no âmbito político. As normas e condutas vivenciadas na sociedade capitalista, reforçam as desigualdades entre as classes e entre gênero e etnias.

As atitudes das trabalhadoras são, portanto, muito parecidas com as posições de algumas sindicalistas entrevistadas. Das perguntas feitas às diretoras e presidentes dos sindicatos analisados, obtivemos muitas respostas relacionadas à participação da mulher no sindicato que se voltavam à noção individual de participação política nos sindicatos. Já que muitas delas apontavam que a dupla jornada de trabalho não deve ser encarada como empecilho à atuação nas diretorias e que a mulher quando se interessa pela militância política deve estar preparada para se desdobrar, pois é uma atividade que exige muito da pessoa, principalmente no caso da mulher.

Percebemos que as posições dos homens e de algumas mulheres sindicalistas são muito parecidas ao colocarem que as mulheres devem participar, porém com a ressalva da falta de vontade e iniciativa das próprias mulheres em participar. E se

parecem também na dificuldade de perceberem se existem então problemas que impedem a maior inserção das mulheres nos sindicatos. E no caso das diretoras, acabam simplificando o fato das mulheres não atuarem em maior número, porque o problema se resume ao fato “de que a mulher deve se impor em casa e depois se impor lá fora”. E reafirmam isso quando é colocado que as mulheres, apesar de “não estarem habituadas, precisam se enxergar como trabalhadoras e que tem que participar de seu sindicato”.

No caso das duas militantes, as falas foram no sentido de não perceber grandes dificuldades, no fato da mulher se tornar sindicalista, tendo em vista o cenário de Presidente Prudente, que segundo elas é muito interessante porque nos poucos sindicatos presididos por mulheres, todos são muito ativos e sempre tiveram muitas mulheres nas diretorias. No caso da Apeoesp, a realidade sempre foi de muita mulher na direção, diferente de outras subsedes, segundo Regina.

Somente duas diretoras do SSM colocaram a importância de se criar um coletivo das mulheres nos sindicatos, tendo em vista que “as mulheres são marginalizadas”, e de que “o sindicato não tem nenhuma forma de incentivo à maior participação da mulher no sindicato”.

Importante colocar que a divisão de classes já existia antes da sociedade burguesa que, além de não romper com esses antagonismos, estabeleceu novas condições de opressão, ou seja, a divisão de classes se acentuou, conforme visto, no sentido de que, a sociedade se dividiu, de um lado naqueles que detinham os meios de produção, a burguesia e por outro naqueles que possuíam apenas a força de trabalho - o proletariado. Foi através dessa sociedade que se impôs à divisão de trabalho dentro da oficina e suplantou os mestres das corporações e a divisão do trabalho entre eles. “É aí que aparece em primeiro lugar a divisão da população em duas classes, divisão essa que repousa diretamente na divisão do trabalhador e nos instrumentos de produção” (MARX, 1991: 62).

A mulher como mão-de-obra assalariada, também figura no processo da divisão do trabalho, faz parte do embate capital/trabalho, sofre a exploração como vendedora da força-de-trabalho para a acumulação do capital e sua subordinação decorre da condição de genitora dessa força-de-trabalho.

De todo modo é bom lembrar que, a dupla exploração tem seu ponto inicial na divisão sexual das tarefas domésticas que está articulada à divisão social do

trabalho, ou seja, foi no ambiente familiar que se criou essa prerrogativa de se dividir as tarefas, decorrente da ideologia pregada pela sociedade burguesa e patriarcal que afirma a não equidade de gênero e conseqüente divisão de sexos e correspondentes funções.

Portanto, a argumentação “natural” da divisão sexual do trabalho traz embutida uma diferenciação que está na formação de homens e mulheres e nas representações, nas imagens que se fazem do que é masculino e feminino, ou seja, a imagem do feminino está ligada ao trabalho delicado, sem formação, enquanto que aos homens são destinadas funções mais qualificadas e salários condizentes, mesmo que este não tenha formação adequada.

A divisão sexual e social, de acordo OLIVEIRA (1997) é um mecanismo de exclusão social e econômica das mulheres, porque serve para conformar as desigualdades de gênero nos diversos âmbitos sociais, entre eles a oposição entre trabalho doméstico e extradoméstico.

Apesar da discriminação das mulheres sob o aspecto salarial, segundo BANDEIRA (1997) as alterações na divisão social do trabalho, na organização da produção e na estrutura das oportunidades ocupacionais alimentam um processo de mudança na estrutura das relações familiares, conforme vimos anteriormente.

Ou seja, com o assalariamento a mulher passa a ter maior independência e isso pode desencadear num processo de rompimento dos laços familiares, preservadores da subordinação e da divisão sexual do trabalho. Ao mesmo tempo a mulher terá seus horizontes abertos e maior poder de visualizar sua independência da sociedade que a subordina, seja através da entrada e atuação nos sindicatos ou em outra forma de luta.

1.5 – As Desigualdades no Mercado de Trabalho

Como já dito, existe uma idéia, propagada por boa parte do empresariado, de que as funções exercidas pelas mulheres devem ser aquelas que exigem habilidade nos dedos e mãos, pois são mais pacientes e atenciosas.

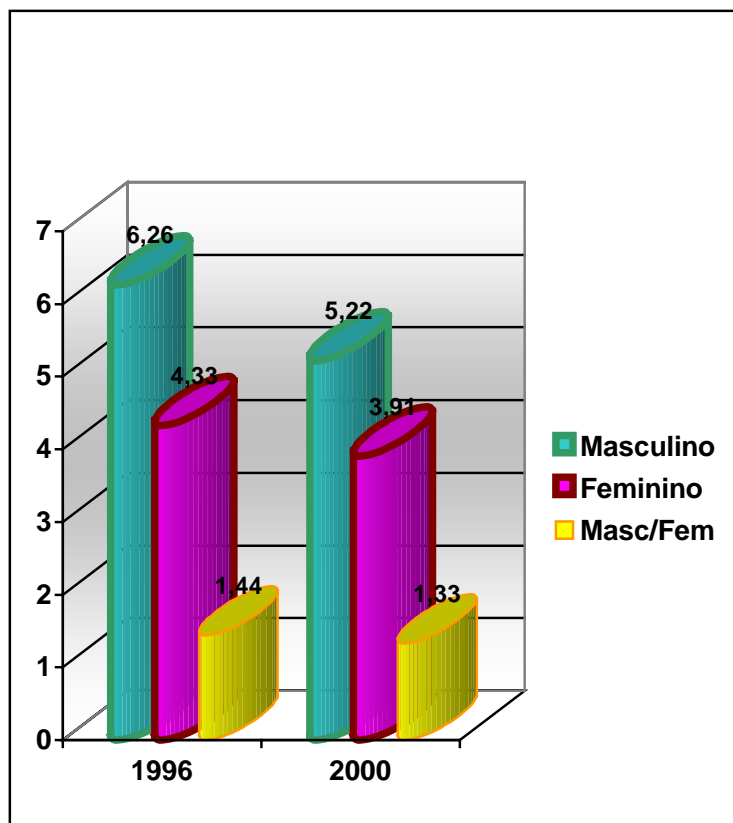
HIRATA *apud* ANTUNES (1999), aponta que através de um estudo feito no Japão, na França e no Brasil, os trabalhos manuais e repetitivos são atribuídos às mulheres e aqueles que requerem conhecimento científico são atribuídos aos homens. A

autora aponta que “não há a universalização da especialização flexível ou a emergência de um novo paradigma produtivo alternativo, quando se fala de gênero”.

Além disso, SOUZA-LOBO (1991) reforça a idéia de que existe na indústria o pretexto de que as mulheres são mais dóceis para trabalhar, o que a autora contra-argumenta, pois há um controle maior sobre elas, passando das revistas diárias até o controle contraceptivo. As mulheres também se submetem a serviços mais exigentes, por vários motivos, seja pela manutenção de seus filhos ou pela sensação de liberdade financeira que ela tem em relação ao marido. Isso então, de certa forma, explica a docilidade, a aceitação de desigualdade salarial, da não promoção e da desqualificação, configurando a subordinação das mulheres no conjunto da sociedade. O fato é que as mulheres acabam trabalhando em profissões em que possam conciliar sua dupla jornada de trabalho, sendo que normalmente essas ocupações são as mais mal remuneradas e precárias.

Quando analisamos do ponto de vista salarial o rendimento médio das mulheres no mercado de trabalho formal, verificamos que em média, elas recebem cerca de 25% menos do que os trabalhadores homens, isto na região metropolitana de São Paulo. Apesar de não dispormos de dados para o país, segundo o OIT *apud* QUINZENA nº 255, essa diferença no mundo todo varia de 50% a 80% em relação ao salário recebido pelos homens e servem de indicativo da inferioridade salarial das mulheres, conforme demonstrado no Gráfico 7. Vemos também que a diferença de salários entre os homens e mulheres diminuiu entre 1996 e 2000, isso decorreu da queda maior do salário masculino em relação ao salário feminino que, também diminuiu. A queda ficou em 16,6% no caso dos homens e de 9,7% no caso das mulheres.

Gráfico 7- Rendimento Médio Anual por Hora, RMSP. (%)



Fonte: PED-Convênio SEADE-DIEESE, 2001

Tendo em vista esse apontamento FARIA e NOBRE (1998) colocam que segundo a ONU, as mulheres executam 2/3 do trabalho da humanidade e recebem 1/3 dos salários e são proprietárias de 1% dos imóveis.

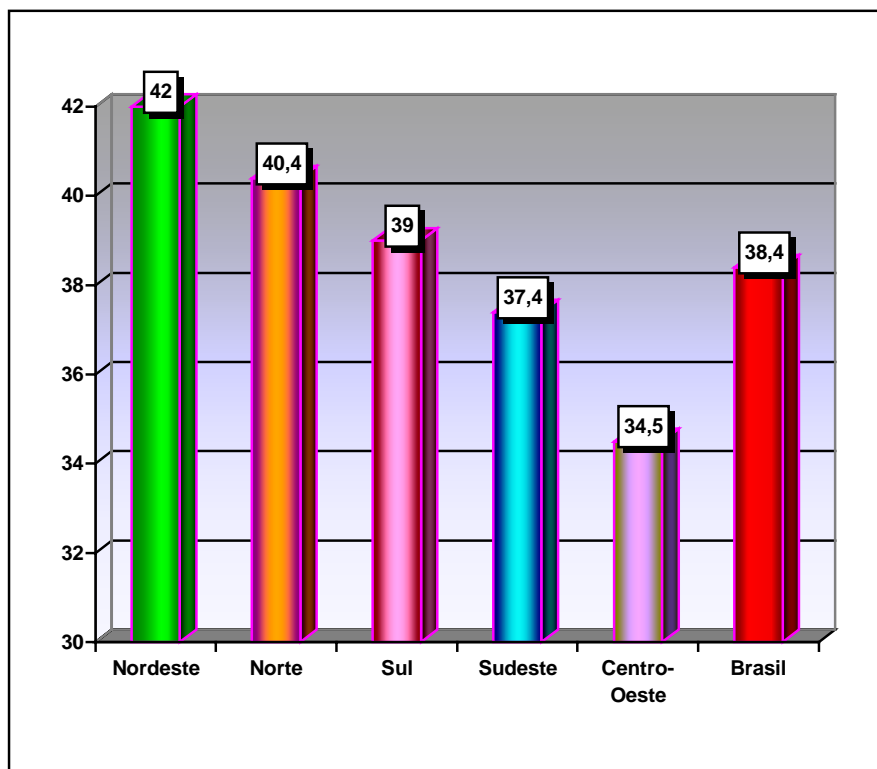
As mulheres, apesar de representarem cerca de 40% da PEA no mundo, no final do século XX, segundo ANTUNES (1999) isso não significa que recebam bons salários, tampouco direitos e condição de trabalho, pois como são absorvidas em grande parte dos casos, pelo trabalho precarizado, *part time* e desregulamentado, o seu percentual salarial é menor do que o masculino.

No Brasil, segundo dados da publicação MULHER E TRABALHO da Fundação SEADE (2001), entre 1999 e 2000 a taxa de participação feminina passou de 52,0% para 52,7% na força de trabalho e a dos homens permaneceu estável em 73,4%.

O nível ocupacional das mulheres em 2000, na indústria, segundo a publicação (2001) aumentou 5,7%, um pouco mais do que os homens, cujo percentual ficou em 5,4%, mas pela sua predominância, os homens aumentaram seu contingente nesse setor. No comércio foi mais favorável para os homens, porém entre as mulheres o aumento ocorreu para as trabalhadoras sem carteira assinada (3,2%), sobretudo, para trabalhadoras autônomas (4,7%). No setor de serviços o percentual de crescimento para homens e mulheres foi de 4,5% e 4,4% respectivamente, mas o aumento para as mulheres ocorreu também naquelas ocupações mais frágeis: sem carteira assinada no setor privado (15,1%) e como autônomas (12,3%), sendo que para os homens o percentual foi de 13,6% e 4,4% respectivamente.

De acordo com o Gráfico 8, a média das mulheres com emprego formal no Brasil, gira em torno de 38%, sendo maior sua presença na região nordeste (42%) e menor na região centro-oeste (34,5%). Observando que estes percentuais correspondem à participação das mulheres no emprego formal, não havendo disponíveis dados confiáveis para o País em relação ao emprego informal.

Gráfico 8 – Participação do Emprego Formal Feminino por Regiões Geográficas (%)



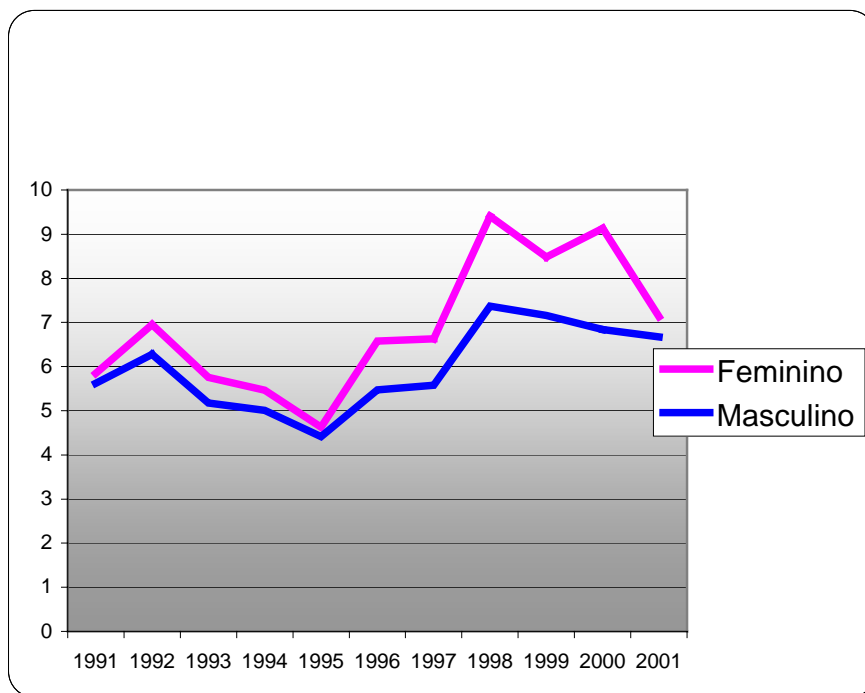
Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS, 1998

Paralelo a isso há um avanço no contingente de mulheres desempregadas no mundo, passando de 31,8% em 1980 para 48,3% em 1998 (DIEESE, 2001). O desemprego no Brasil cresceu assustadoramente nos anos 90 e o desemprego feminino que historicamente é maior que o masculino foi o mais atingido nesse período.

Por sua vez, segundo MULHER E TRABALHO (2001) a taxa de desemprego feminino decresceu em 3,7%, passando de 21,7% para 20,9%, entre 1999 e 2000 interrompendo a tendência do crescimento desse indicador na década de 90, sendo que para os homens a queda foi de 17,3% para 15,0%, na região metropolitana de São Paulo. Em ambos os casos o decréscimo do desemprego foi devido ao crescimento do nível de ocupação.

Verifica-se que a taxa de desemprego feminino assim como o percentual total é mais elevado entre as mulheres, atingindo seu ápice, de acordo com o Gráfico 9, tanto feminino como masculino, nos últimos 3 anos da década de 90.

Gráfico 9- Taxa de Desemprego Aberto - semana de Maio de cada ano



Fonte: PME- IBGE, 2001

Perante a esse quadro extremamente frágil para as mulheres, em que predomina a concentração nos setores em que não há carteira assinada e trabalhos autônomos, além da taxa de desemprego, que apesar de ter havido um certo decréscimo no último ano, a média tem sido muito maior do que a dos homens. Como inserí-las no meio sindical, se o sindicato é representativo somente dos trabalhadores com registro em carteira, exercendo o trabalho formal e com todas as garantias?

Esses trabalhadores são representados pelos sindicatos tendo em vista, que a taxa assistencial e a contribuição do imposto sindical, são descontados somente dos formalizados, mesmo sem o consentimento destes e sem serem sindicalizados. Ou seja, o

sindicato somente está ligado a esses trabalhadores porque consentiu com a investidora sindical, que desencadeia outros elementos de subordinação e de dependência ao Estado, no momento em que este garante o recolhimento do imposto dos trabalhadores e repassa ao sindicato. O sindicato não tem preocupação em relação à busca de sua sobrevivência já que o Estado, obriga legalmente os trabalhadores a sustentarem financeiramente o sindicato. Nesse sentido é que o sindicato depende muito mais do reconhecimento oficial do aparelho sindical do que dos trabalhadores. E apesar de romper com algumas limitações, ainda permanece atrelada a estrutura sindical. No momento em que o sindicato recebe a carta de reconhecimento, há um consentimento com a investidora sindical, elemento essencial de subordinação, sendo a contribuição sindical compulsória e unicidade sindical, complementares dessa subordinação.

Deve-se atentar para o fator apontado por BOITO (1991a), que as contribuições compulsórias existem nos sindicatos somente se estes se tornam sindicatos oficiais, porém segundo ele, podem existir sindicatos oficiais sem que necessariamente eles consentam e recebam a contribuição compulsória. Ou seja, uma coisa não é condição para a outra, pois o fato dos sindicatos se tornarem oficiais com o aval do Estado para funcionarem, não implique que este tenha que receber a contribuição compulsória, pois a contribuição foi instituída posteriormente à criação dos sindicatos oficiais. Essa decisão cabe então a cada sindicato e sua diretoria, o que abre para a compreensão das mediações vigentes no cenário sindical no que tange ao atrelamento ao peleguismo reinantes.

Porém CARVALHAL (2000a), pondera que a associação da contribuição sindical com a unicidade sindical implica na fragmentação territorial e categorial, já que a contribuição facilita conforme visto, a criação de muitos sindicatos por categoria e por municípios. E enquanto a fragmentação sindical esbarra no obstáculo político-administrativo o capital por outro lado, possui homogeneidade sobre o território.

Para o autor, o fim da contribuição sindical significa também a precariedade dos sindicatos, pois geralmente os sindicatos que dependem mais dessa arrecadação para se manterem são também os que apresentam baixa taxa de sindicalização. E aponta também que o fim da contribuição sindical em Presidente Prudente, também implicaria o fim da maioria dos sindicatos, pois 51% deles sobrevivem da contribuição sindical.

Assim, como inserir questões de gênero da discriminação, da subordinação das mulheres e dos homens ao jugo do capital, se os sindicatos sobrevivem independentemente da vontade dos trabalhadores. Independe também dos trabalhadores o pertencimento a dada categoria regrada pelo enquadramento sindical, além é claro da unicidade sindical, que impõe a existência de um representante categorial por município, impedindo o que BOITO (1991a) fala de rivalidade e de geração de uma dinâmica de difícil controle por parte do Estado.

Temos então, um quadro precário no qual as mulheres estão inseridas no mercado de trabalho, sem condições de sequer serem representadas por esses “aparelhos do Estado”, extremamente deficientes do ponto de vista não somente financeiro, mas político-ideológico, no momento em que consentem com a investidura sindical, abortam qualquer inspiração mais radical de sobrevivência. As mulheres então se vêm aquém do organismo oficial de representatividade do trabalhador, conforme Quadro 4, na medida não conseguem se inserir em grande número nas diretorias que não sejam dirigidos pelas mulheres.

Quadro 4- Participação da Mulher nos Sindicatos

Sindicato	Diretores	Diretoras	Porcentagem de mulheres na diretoria	Diretores afastados	Diretoras afastadas
SINDIALCOOL	11	0	0	4	0
APEOESP	31	19	61,2%	0	0
SEEB	58	12	20,6%	12	3
SEC	22	2	9%	9	2
SINTCON	24	0	0	7	0
STIAC	27	2	7,4%	1	0
SSM	38	24	63,1%	0	5
SIEMACO	20	16	80%	1	1

Fonte: Pesquisa de campo, 2001

Nesse íterim como achar que os 30% de mulheres na diretoria, poderão influir na ampliação de interlocução e preocupação por parte dos sindicalistas com a causa da mulher trabalhadora? Seria, então, interessante a inserção da mulher no sindicato, haja vista que tem sido ínfima se comparado à entrada da mulher no mercado de trabalho. E estando o sindicato calcado nessas bases extremamente cooptadas e fragilizadas, seria por essa via a alternativa de emancipação da mulher e da classe trabalhadora como um todo?

Mesmo nos sindicatos filiados a CUT, precursora da proposta da cota de 30%, vemos em Presidente Prudente, que as mulheres estão mais presentes em diretorias de sindicatos, cujas bases são em sua maioria formadas por mulheres. Poderíamos dizer que nesses sindicatos a cota dos 30% , confere aos homens.

O problema seria o da imposição da política de cotas para os sindicatos?

Analisando mais profundamente essa questão podemos perceber, a falta de diálogo e de esclarecimento para a ampla maioria dos sindicatos cutistas, sobre a proposta da política²⁷, ou seja, de que a política foi criada, no sentido de incentivar a inserção das mulheres nos sindicatos. Podemos pensar que os sindicatos poderiam então fazer várias interpretações da política, como por exemplo de preencheram a diretoria com a cota de mulheres, mesmo sem qualquer afinidade política, para passar somente a impressão de que sindicato está preocupado com as questões das mulheres.

Percebemos que a política pode ser considerada uma “faca de dois gumes”, na medida em que muitos sindicatos acabaram adotando a cota nos sindicatos de Presidente Prudente, como um mecanismo de atender a uma deliberação aprovada na instância maior. Até porque algumas mulheres acabaram se tornando beneficiadas com a política de cotas, no sentido de que quando questionadas sobre informações do sindicato, mesmo aquelas que já estavam há algum tempo na diretoria, não sabiam nos responder. Ou seja, podemos pensar que os sindicatos adotaram a política sem compromisso, indicando mulheres apenas para cumprirem a cota e algumas delas por outro lado, não aproveitaram a oportunidade para se fortalecerem politicamente no sindicato, através da interação com os acontecimentos da estrutura interna do sindicato.

1.6- Mulheres trabalhadoras: Submissão ou Resistência?

Do que foi exposto até então, podemos discutir algumas questões.

Retomando o objetivo proposto inicialmente, pretendíamos do ponto de vista das trabalhadoras, apreender, de um lado a “leitura” que as mesmas fazem delas como trabalhadoras, que fazem parte de dada categoria e que podem reivindicar direitos

²⁷ Para mais detalhes consultar as Teses e Resoluções da CUT.

relacionados a sua questão de gênero e de outro demonstrar a relação entre sindicato e a base por meio das trabalhadoras.

Do perfil apresentado das trabalhadoras, juntamente com dados mais gerais podemos fazer alguns apontamentos.

Temos que, com a inserção da mulher no mercado de trabalho, apesar das formas de trabalho serem extremamente precarizadas e com salários desiguais, tem havido uma mudança na forma de organização das famílias, antes majoritariamente nucleares, formada pelo pai e pela mãe. Essa inserção no mercado de trabalho tem trazido muitas perspectivas para as mulheres, no sentido de maior independência, além do sentimento de se sentirem úteis e responsáveis. O que de fato tem acontecido já que, conforme vimos, tem aumentado o número de domicílios chefiados pelas mulheres, que entre outros motivos, têm sido objeto de escolha pelas próprias mulheres.

Vimos que a maternidade acaba gerando alguns conflitos internos, por ter que deixar os filhos sob os cuidados de outras pessoas, mas a maioria das entrevistadas se mostram satisfeitas com a escolha de não deixar o trabalho em virtude do retorno ao lar e o cuidado com os filhos. Pela independência econômica já apontada e da perspectiva que se cria do ponto de vista profissional, pois muitas sonham em estudar e se formarem.

É pela inserção da mulher no mercado de trabalho, que há a percepção de que há uma desigualdade salarial, que falta mais oportunidades e de que se pudessem escolher, algumas delas não seriam mais mulheres.

E é também pela inserção no trabalho assalariado que as mulheres também passam a se reconhecerem e a identificarem suas qualidades, capacidades e habilidades.

No capítulo 2, discutiremos com mais clareza que, apesar da inserção no trabalho assalariado trazer algumas possibilidades de libertação da alienação que o ambiente privado do lar tem provocado ao longo do tempo para as mulheres, a alienação também se faz presente, quando submetidas ao trabalho forçado e degradante.

E se, por um lado, o sindicato tem propagado essa alienação, pela sua fragmentação em categorias e pela incorporação dos trabalhadores nessas categorias sem relação entre si, de acordo com os preceitos da unicidade sindical, por outro o capital exerce sua dominação sobre o território de forma homogenizadora, já que os limites territoriais (municipais) não estão colocados como identidade/obstáculos.

Também vemos que não existe uma maneira de identidade entre os próprios trabalhadores do ponto de vista da classe e do gênero.

E mesmo com os limites do movimento sindical ao obstruir a identidade entre os diversos segmentos de trabalhadores, apostamos na vivência da mulher com a terceira jornada de trabalho, pois a inserção nos sindicatos poderia servir como um processo de aprendizagem política, no qual as mulheres passariam, com a perspectiva de que as formas de luta e de resistência possam ultrapassar o campo do sindicato. Haja vista a atual configuração sindical, como já dito, cooptada, corporativista e de cariz propositiva. Características que podem impedir maiores “vôos”, se formos pensar do ponto de vista de gênero e classe social.

Vimos que em sua grande maioria, as mulheres quando ingressam no mercado de trabalho e nos sindicatos, exercem a dupla e tripla jornada de trabalho. Mas essa atuação da mulher, tem mostrado também que, esse acúmulo de funções, não tem impedido que as mulheres apresentem uma alta taxa de escolaridade, indicando a vontade de oficializar seus conhecimentos e a perspectiva de melhorias profissionais.

A própria inserção no trabalho assalariado, pode demonstrar a caminhada a uma nova configuração social, uma vez que estando nesse espaço não querem voltar ao espaço privado do lar, exercendo apenas a função de dona-de-casa.

Até mesmo porque a sociedade do trabalho, impõe a relação com o trabalho alienante, em tal condição, que as pessoas só se sentem mais úteis ao realizá-lo. E mesmo que as funções exercidas pelas mulheres tendem a ser as mais precarizadas, com salários menores do que dos homens, a possibilidade para sua emancipação enquanto gênero subordinado na sociedade tende a ser maior, portanto, com a saída do espaço privado do lar, privativo de suas potencialidades.

O fato é que as mulheres têm conquistado cada vez espaços, dentro do espaço de poder do homem e do capitalista, com a inserção no mundo mais politizado do sindicato e da militância política e nos diversos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra²⁸.

²⁸ Sobre esse assunto ver dois trabalhos que tratam sob a perspectiva do trabalho, a questão da Mulher na Luta pela Terra, também integrantes do grupo CEGeT. Trata-se de VALENCIANO (2001) e FRANCO (2002).

CAPÍTULO 2

A QUESTÃO DE GÊNERO NA ENCRUZILHADA SINDICAL

*Deve haver algum lugar
onde o mais forte não
consegue escravizar
quem não tem chance...
Legião Urbana - Fábrica*

*Não diga que a vitória está perdida
Se é de batalhas que se vive a vida
Raul Seixas - Tente Outra vez*

2.1-A Configuração Territorial dos Sindicatos

Objetivamos entender, por meio dessa pesquisa, como se territorializa as questões de gênero no interior dos sindicatos e qual o papel do sindicato nesse particular, tendo como pano de fundo, a estrutura sindical, que incentiva a cooptação e o corporativismo.

Além, é claro, buscamos entender as intermediações ocorridas com a inserção da mulher no mundo sindical, tentando vislumbrar uma potencial contra-territorialidade. Com as mulheres assumindo direções e se inserindo nas discussões sobre direitos trabalhistas e dando novo direcionamento a sua concepção de mundo e na concepção de sindicato.

Nesse sentido abordamos as trabalhadoras por meio de entrevistas com o intuito de captar sua subjetividade, ao se distribuírem nas mais variadas funções no mercado de trabalho, como nos sindicatos.

O entendimento das relações que permeiam a seara sindical, tendo os diretores e as diretoras convivendo no mesmo ambiente e compartilhando das mesmas discussões e direcionamentos, perpassa a noção de que, as posições dos dirigentes sindicais em relação a muitas decisões, são tomadas em conjunto com o restante da diretoria.

Também podemos apreender a convivência ou não entre os sexos no que toca às

questões direcionadas as mulheres. Nos sindicatos presididos por mulheres, realizamos a entrevista junto às suas presidentes e diretoras, a fim de investigarmos se as questões que dizem respeito à inserção das mulheres no meio sindical estão presentes em suas falas, pressupondo que como mulheres, são mais sensíveis a isso, já que a maioria das sindicalistas, convive com a tripla jornada de trabalho.

Nos sindicatos presididos e dirigidos apenas por homens, essa observação foi apreendida através de entrevista com o presidente, somente no SEEB é que entrevistamos duas diretoras, afastadas do emprego.

Essa metodologia visou apreender nas falas das mulheres e homens sindicalistas, a postura assumida em relação a maior participação da mulher no meio sindical, além da existência ou não de atitudes concretas voltadas para essa questão.

Inicialmente podemos apontar que o sindicato tem se voltado preferencialmente para as questões salariais, além das questões de cunho assistencialista como os convênios adotados com médicos e advogados, deixando as questões da participação da mulher nos sindicatos como questões secundárias.

E também apreendemos que a maioria das mulheres, bem como os homens sindicalistas, tendem a colocar a participação das mulheres, ligada primeiramente a sua própria iniciativa em querer participar dos sindicatos.

Dessa forma, a maioria dos sindicalistas não tem demonstrado sensibilidade perante a essa questão e então nos perguntamos porque dessa falta de sensibilidade demonstrada na questão da participação da mulher no mundo sindical? Ou seria a “negação do sexo”, no caso das mulheres, uma estratégia para se manter no meio político e masculino, havendo então essa cobrança das mulheres em relação às outras? Haja vista que em muitos lugares, o sindicato ainda é considerado um reduto masculino, as mulheres para se inserirem (ou serem inseridas) e permanecerem no sindicato acabam tendo que demonstrar eficiência, competência e não apontar que outros problemas, como filhos, casa, marido, podem atrapalhar sua atuação nos sindicatos.

Também podemos apontar a forte presença da competitividade, onde o desempenho e polivalência de um trabalhador, lhe garantem o posto de trabalho, haja vista que o exército industrial de reserva tem aumentado, com a nova imposição do metabolismo societário do capital. No caso da mulher, essa relação é levada no interior dos sindicatos, com a cobrança de eficiência, além do fato de que há a necessidade de demonstrar que também pode ocupar um

lugar no sindicato.

Esse processo está ligado a nova fase do processo do metabolismo do capital, que tem gerado um aumento do trabalho precarizado, concomitante a diminuição do trabalho formalizado e outras investidas contra o trabalho, denominado por alguns autores como reestruturação produtiva. Nesse sentido, os trabalhadores estão sendo cada vez mais alienados de sua classe e de si próprio, como trabalhadores, executores do trabalho alheio e alheio a sua produção, tendo acesso às migalhas dessa produção.

Observamos na escala do sindicato, uma configuração das mulheres ocupando pequenos espaços, com pouca presença nas diretorias. E a falta da inserção da discussão de gênero no âmbito da diretoria e com a base trabalhadora, tendo por outro lado as conseqüências de falta de percepção por parte das trabalhadoras da questão da dupla e tripla jornada de trabalho e da dupla subjugação ao capital, bem como as questões específicas de mulher-mãe-trabalhadora.

Dessa forma, como contornar essa situação de alienação enquanto trabalhadora e enquanto gênero? Se a percepção política não perpassa a consciência das mulheres, que tem estado ocupadas em resolverem seus problemas de sobrevivência e reprodução, enquanto as questões de ordem política e que dizem respeito a sua emancipação de gênero não são por elas percebidas e captadas?

Por outro lado, os sindicatos dirigidos pelas mulheres, pouco têm conseguido fazer nesse sentido, pois o sindicato tem atuado em lutas mais gerais, como a luta por empregos ou pela permanência nele. Pois tem sido, cada vez mais freqüente os acordos entre trabalhadores e patrões, onde se negocia quais serão os percentuais de queda de pessoal e até mesmo salarial.

Seriam os sindicatos, um *locus* de vitória pessoal das mulheres? Ou seja usam da possibilidade de exercerem a tripla jornada de trabalho, como uma realização pessoal, do que de politização alcançada? E em Presidente Prudente, as mulheres apesar das tentativas, não possuem nenhum mecanismo de discussão, com vistas a inserir mais mulheres na vida política, mesmo tendo um tempo de militância das sindicalistas pesquisadas, que varia 6 a 16 anos.

Podemos verificar que o ambiente dos sindicatos sempre foi ocupado pela maioria masculina e conforme alguns relatos das sindicalistas, a inserção de algumas diretoras foi marcada por algumas desavenças com os colegas homens, mas também por mulheres, que colocavam em questão, a atuação das mulheres no sindicato.

Muitos trabalhadores, segundo as sindicalistas, questionavam a verdadeira

intenção das mulheres ao se inserirem nos sindicatos, pois insinuavam que a intenção não estava relacionada as questões políticas, mas pessoais, uma vez que de forma geral, as sindicalistas são solteiras ou separadas. Dado que se confirma em Presidente Prudente, onde a maioria das sindicalistas, cujos sindicatos pesquisamos, são solteiras, separadas e desquitadas, conforme Quadro 2. sendo que a única diretora casada do SSM, nos relatou que enfrenta dificuldades em relação a sua inserção no sindicato até hoje, e em congressos que participa, sempre reforça o fato de ser casada, de ter filhos e ser uma pessoa normal. Isso, na tentativa de evitar maiores comentários sobre sua vida afetiva, pois segundo ela, muitas pessoas, insinuem que a intenção das mulheres sindicalistas em atuarem no sindicato é a busca por companhia, seja masculina ou feminina, já que também são acusadas de serem homossexuais.

Vemos então, a luta do sindicato de forma geral, formado por homens e mulheres, não tem sido pela busca de meios, que permitam às mulheres se firmarem na sociedade pelas suas capacidades intelectuais. Além de não haver no sindicato, ambientes de discussões de gênero, de mulher, de formação política para mulheres e homens, no sentido de direcionar o sindicato a uma nova configuração espacial.

A criação de políticas permanentes de luta, apoiadas em concepções próprias de emancipação é interessante até para evitar as constantes negociações de uma boa parte do sindicalismo com o governo na reforma da CLT. E de fazer o mesmo, que tem sido feito pelos partidos de esquerda nas alianças para as candidaturas das eleições do ano de 2002. Um bom exemplo, foi a realização na gestão passada do município, onde na cidade de Presidente Prudente, efetuou-se uma coligação partidária que reuniu o Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB) com o Partido dos Trabalhadores (PT), partidos que são rivais em nível nacional. Essas posições tomadas, por meio de alianças e coligações com partidos até então de oposição, tem repercutido negativamente na definição dos projetos políticos e na própria concepção que se tem em relação a dado partido. Conseqüentemente isso repercute na forma de entendimento dos trabalhadores das posições partidárias favoráveis a sua classe ou não.

Temos, então, por um lado mulheres e homens sindicalistas numa situação de representantes dos demais trabalhadores, porém alienados de sua condição de trabalhador, de pertencimento de uma dada categoria, e participantes da mesma classe social. E por outro lado temos as mulheres alienadas da sua condição de responsáveis pela manutenção da reprodução de mão-de-obra, no sentido biológico.

Dessa forma, vemos que as mulheres acabam se inserindo no sindicato, segundo SOUZA-LOBO (1991) para colaborarem com “a luta dos homens”, já que na maioria das vezes, não tem havido discussões de esclarecimento da questão de gênero em nível de diretorias e menos ainda com a base trabalhadora. Isso conforme observado nas entrevistas realizadas com as diretorias, com as trabalhadoras e na análise dos jornais organizados pelos sindicatos.

Na verificação nos dois anos de análise, dos 4 sindicatos que ainda mantêm jornais próprios²⁹, observamos que as poucas referências às mulheres, se direcionam a saúde, à discriminação da mulher no mercado de trabalho, às formas de violência sofrida com agressões dos maridos, etc. Sem no entanto, questionar a legitimidade disso pela sociedade e pelas próprias mulheres e sem reflexões de esclarecimento (do como, onde, porquê) dessa realidade.

Essa análise nos levou também a pensar na potencialidade de atuação dos sindicatos na defesa dos interesses dos trabalhadores e das trabalhadoras. Porque por um lado, a diretoria por conta do presidencialismo, tem tomado atitudes individuais e também que não levam em conta os anseios de uma boa parte dos trabalhadores. Até mesmo porque, nos sindicatos formados pela maioria de mulheres, não é visto nos jornais as dificuldades das mulheres, para se inserir no trabalho e nos órgãos políticos.

Nesse sentido, não se percebe no sindicato questões que se direcionam na defesa da questão de gênero, pois os problemas da opressão das mulheres não são discutidos e nem divulgados nos jornais dos sindicatos.

CARVALHAL (2000a) aponta que, a Imprensa Sindical serve como vitrine para os discursos dos dirigentes, pois é por esse meio que eles mostram sua visão de mundo. A configuração assumida pela Imprensa Sindical está em consonância com as posturas ideológicas destes líderes, assim como a ausência ou presença dela nos jornais dos sindicatos.

Dessa maneira, a própria existência ou não do jornal do sindicato, reflete a preocupação da interação da diretoria com sua base.

Os líderes sindicais, então, como parte da classe trabalhadora, são passíveis de inculcação ideológica da classe dominante. E para a Imprensa Sindical colocar-se como um

²⁹ Os sindicatos são: APEOESP, SSM, SINTCON e SEEB. Os demais sindicatos, no período analisado por nós, não estavam produzindo seus próprios jornais, como o SINDIÁLCOOL, SEC e STIAC. O SIEMACO não produz jornal próprio

mecanismo que garanta um canal de diálogo entre trabalhadores e dirigentes, depende muito da atuação dos responsáveis e de sua vontade e consciência política.

Dos jornais analisados, referentes ao SEEB, ao SINTCON e ao SSM, somente a APEOESP, possui a publicação conjunta com as demais subseções do estado.

O “João de Barro”, jornal do SINTCON, se manifestou uma única vez sobre as mulheres, em todo o período analisado, através de uma homenagem às mulheres pelo seu dia, em março de 2001, com a notícia que as mulheres são parte importante da PEA e assim “ajudam” no desenvolvimento do país.

No caso da APEOESP, observamos em mais de uma edição a chamada direcionada às mulheres, inclusive na chamada para a Marcha Mundial das Mulheres em conjunção com a CUT e CNTE, “pelo respeito aos direitos de Gênero”. Pois de acordo com o jornal os principais direitos ameaçados são os relativos a maternidade e a licença gestante de 120 dias. Em outra edição, o jornal também chama a atenção para o PANELAÇO NA PAULISTA, ocorrido com o movimento feminista, mulheres negras, sem-terra e APEOESP, que também reivindicou a permanência à licença gestante. O jornal ainda coloca como reivindicação a inclusão da questão de gênero nos currículos e nos projetos educacionais das escolas, além da retirada dos estereótipos sexistas e de caráter discriminatório contra a mulher dos materiais didáticos.

No SSM além das chamadas direcionadas a saúde da mulher, observamos uma chamada, referente aos procedimentos a serem tomados pelas mulheres, caso sofram algum tipo de violência física, recomendando ainda que a mulher não deve aceitar essa condição.

No SEEB, um número do jornal fala dos direitos sobre a igualdade salarial entre homens e mulheres. Outra edição chama atenção para a Marcha Mundial das Mulheres, com término em Washington em frente ao FMI, contando com 146 países. Além de questões direcionadas a saúde da mulher, de chamadas sobre o assédio sexual, além do assédio moral e das diferenças salariais. O jornal ainda aponta o lançamento da pesquisa: “Os rostos dos bancários”, um mapa do gênero, raça, etc, do setor bancário. E coloca para a mulher a necessidade de conquistar espaços, que merecem por competência, porém devem conviver com as desigualdades que vão desde a remuneração a oportunidades de ascensão.

Do que foi exposto, percebemos que o jornal da APEOESP foi o único que se referiu à escola como propagadora das diferenças entre homens e mulheres e na construção das

designações de gênero na sociedade capitalista. Esse jornal se mostrou mais preocupado com a questão da maior participação da mulher nos órgãos políticos, até mesmo porque conforme CARVALHAL (2000a), esse sindicato se mostrou combativo em outros assuntos do sindicato. Pois dos jornais analisados pelo autor³⁰, a APEOESP, o SSM e o SEC se caracterizaram pelo destaque dos problemas do sindicato, com a particularidade de que a APEOESP e o SSM frisam a questão da combatividade, do dirigente sindical e do trabalhador.

Mas em nossa análise, no caso do SSM, o mesmo não aconteceu na questão de gênero, onde a discussão se mostra sem muita fundamentação, como pudemos constatar através da indicação para as mulheres, dos procedimentos a serem seguidos nos casos de violência física por parte dos maridos, parecendo caracterizar o fato como sendo normal na sociedade.

No caso do SINTCON, CARVALHAL (2000a), coloca que o sindicato se comunica com a base com prioridade para o temário salarial, sendo considerado pelo autor como economicista. No caso da questão de gênero, talvez pela sua base ser eminentemente masculina, a visão dos dirigentes é de que o trabalho da mulher é de ajuda ao homem. O autor ainda expõe que o SEEB e o SINTCON expressam no jornal a forte participação nas negociações coletivas, também parecendo se comunicar com a base com a prioridade para o temário salarial. A APEOESP, o SEEB e o SSM, foram caracterizados como direcionado às atividades do sindicato. Porém na análise feita levando em consideração que a base da APEOESP e do SSM é majoritariamente feminina, esse resultado apontado não se aplica, já que a questão de gênero, tem sido ínfima se comparado aos assuntos referentes a salários e questões emergenciais, como a luta pelo emprego.

CARVALHAL (2000a) ainda observa que os sindicatos filiados a CUT mantêm uma secretaria de Imprensa com a incumbência de organizar os jornais como instrumento de ação sindical. De forma geral há ainda a observação de que, não há por parte dos sindicalistas, a preocupação a longo prazo, com a construção de projetos políticos que transcendam as necessidades imediatas dos trabalhadores. Por outro lado o autor aposta no fato de que a Imprensa Sindical pode vir a ser um meio de comunicação alternativo, que pode ser mediadora de ações que se situam no plano de contestação da hegemonia, um contra-espço.

Nesse sentido, poderíamos pensar que a mulher trabalhadora tem sofrido dupla

³⁰ Nessa pesquisa concluída em 2000, dos sindicatos pesquisados pelo autor, sete coincidem com os pesquisados por nós, exceto o SIEMACO, todos eles ainda publicam seus jornais próprios.

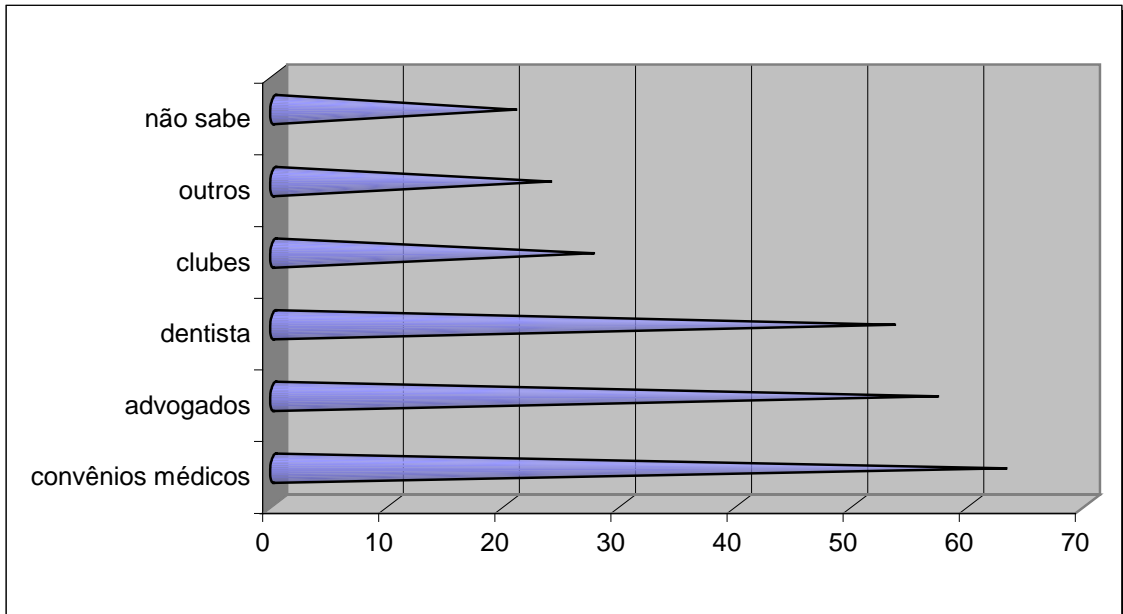
alienação, como trabalhadora e como reprodutora da força-de-trabalho e não tem tido condições por meio do sindicato de conseguir visualizar essa condição.

Se por um lado, temos o desempenho apresentado pelos três sindicatos presididos por mulheres em Presidente Prudente, no tocante a taxa de sindicalização, onde apresentaram uma média acima dos 60%, taxa obtida somente em um dos cinco sindicatos presididos por homens, conforme Quadro 5, podendo desencadear numa maior autonomia em termos financeiros, mediante a arrecadação com as mensalidades pagas voluntariamente pelos trabalhadores e por outro, isso poderia representar um indicativo de interação da diretoria e sua base. Mas a sindicalização, não implica segundo BOITO, em combatividade, até porque as preocupações dos dirigentes, ficaram expressas nos jornais citados, de não avançar em questões que fogem do temário imediato dos trabalhadores.

Vemos que a idéia de doação, de paternalismo ainda está inerente na cabeça das pessoas, acostumadas a verem no sindicato o “pai protetor”, isso graças à permanência da estrutura sindical, criada num governo marcado pelo caráter paternalista, assistencialista e populista, a era Vargas.

Isso se confirma, quando nos questionários aplicados às trabalhadoras da base, perguntamos em quais questões deveria o sindicato se empenhar. Percebemos então, qual a visão ou a "leitura" que as mulheres têm do papel do sindicato, ou seja, o sindicato para ser bom, precisa fornecer serviços médicos, odontológicos, conforme Gráfico 10. Ou seja, as trabalhadoras desejam ter no sindicato, como visto no Gráfico 4, aquilo que foram acostumadas a ter. E muitas vezes, essa função acaba se resumindo a diversas formas de assistencialismo, como mais convênios médicos, convênios com farmácias, dentista, etc, enquanto que as reivindicações sobre melhorias na sua condição de mulher trabalhadora, não perpassam a noção das mulheres trabalhadoras.

Gráfico 10 - O que o Sindicato Oferece aos Trabalhadores (%)



Fonte: Pesquisa de Campo, 2002.

2.2- Crise do Sindicato?

Diante das transformações no mundo do trabalho o movimento sindical tem demonstrado enormes fragilidades para responder às imposições dessa nova fase do capitalismo. As conseqüências são logo avistadas nas amplas formas de trabalho que tem dominado o cenário mundial, onde os principais atores são submetidos a longas jornadas de trabalho, com ampla e seguida queda do número de mulheres ao mercado formalizado e nos direitos e garantias trabalhistas. E que apesar das mulheres estarem inseridas cada vez em maior número no mercado de trabalho, elas estão exercendo funções precarizadas, o sindicato ainda não foi despertado por essa importância.

A atual fase do capitalismo tem desencadeado novos desafios para os trabalhadores, como o desemprego estrutural que tem atingido amplas camadas da População

Economicamente Ativa, além do trabalhador empregado, que tem sofrido com a perda de representatividade e de direitos com a inserção nos trabalhos informais e precários. Nesse ínterim tem havido um recuo do movimento sindical, face às novas investidas contra o trabalho/trabalhador.

As transformações na forma de ser da classe trabalhadora tiveram repercussões para as organizações sindicais em todo o mundo. Tem-se em curso uma tendência, conforme ANTUNES (1995), de dessindicalização em escala mundial e concomitante a isso um aumento do fosso entre os trabalhadores estáveis e os precarizados, reduzindo dessa forma o poder sindical.

As repercussões dessa transformação nas formas de ser do trabalho com a fragmentação, heterogeneização e complexificação, criaram obstáculos à sindicalização no momento em que as diferentes categorias criadas não possuem estabilidade no emprego. São os trabalhadores em pequenos estabelecimentos, trabalhadores parciais, os imigrantes, os empregados em tempo parcial ou por tempo determinado, os jovens e as mulheres. Estas por participarem por mais tempo do trabalho parcial, temporário e informal, associado ao fato de se sobrecarregarem com dupla jornada de trabalho, obtêm por isso o menor índice de sindicalização.

Paralelamente à esse processo de dessindicalização há um processo de sindicalização dos assalariados médios, intensificando o que ANTUNES (1995) aponta sobre a tendência neocorporativista, que procura preservar os interesses do operariado estável, vinculando-se os sindicatos contrariamente aos segmentos do subproletariado, que são os trabalhadores de tempo parcial, terceirizado, etc. Dessa forma, conforme BIHR *apud* ANTUNES (1995), dificultam-se as possibilidades de desenvolvimento de uma consciência de classe dos trabalhadores fundada em um sentimento de pertencimento de classe, podendo criar nichos corporativos ainda maiores no interior do próprio mundo do trabalho.

A reestruturação produtiva do capital no Brasil, juntamente com a flexibilização e a desregulamentação das relações de trabalho tiveram forte impulso no governo Collor. Mas foi no governo FHC que se retraíram as forças produtivas, ou seja, criaram-se várias modalidades do trabalhador precarizado, terceirizado, subempregado, além das políticas de direitos sociais que sempre foram desiguais e segmentadas, porém redefinindo-se sob o discurso oficial como privilégios. A implantação do neoliberalismo encontrou no Brasil terreno propício, ou seja, uma conjuntura de recessão e vigência da velha estrutura sindical, assim o tripé da

plataforma neoliberal, foi implantado, segundo OLIVEIRA (1994) através da seguinte composição: a) abertura da economia nacional ao capital estrangeiro, b) privatização de empresas estatais e, c) desregulamentação das relações de trabalho.

O processo de reestruturação produtiva do capital que começou a se propagar em escala mundial a partir dos anos 70, forçou o Brasil:

... a uma redefinição em relação a divisão internacional do trabalho bem como sua reinserção junto ao sistema produtivo global, numa fase em que o capital financeiro e improdutivo expande-se ao conjunto dos países capitalistas. Por certo, a conjugação destes experimentos mais universalizantes, aliados às condições econômicas, sociais e políticas que particularizam o Brasil, tem gerado fortes conseqüências no interior do seu movimento social, em particular junto aos movimentos operário e sindical. (ANTUNES,1998, p.97)

Essa nova realidade tornou mais defensivo até mesmo o novo sindicalismo e por sua vez a Central Única dos Trabalhadores (CUT), cada vez mais se aproxima do sindicalismo social-democrata europeu. Essa central, cujos fundamentos estatutários propõem-se à defesa dos interesses da classe trabalhadora, lutar por melhores condições de vida e de trabalho, além da proposta de engajamento rumo ao socialismo, vêm passando por um processo de perda de identidade, juntamente com todo o movimento sindical brasileiro.

A tendência hegemônica no interior da CUT, a Articulação Sindical, tem sido responsabilizada pelos maiores recuos da central, como podemos verificar em uma das decisões tomadas pela central em 1992. Inicialmente contrária aos princípios de não se filiar a nenhuma central sindical internacional, mas pela medição de forças, a Articulação venceu e a CUT filiou-se a CIOLS (Confederação Internacional de Organização Sindical Livre), uma organização social-democrata norte-americana que, entre outras coisas, condena o comunismo e sempre apoiou o boicote dos EUA contra Cuba. Enfim, inicialmente a Central não aceitava a filiação, pois a mesma impediria sua autonomia e independência, porém após a filiação, a CUT sofreu um processo de profundas mudanças políticas e ideológicas.

Além do caráter defensivo da CUT e até por isso, encontram-se abandonadas as concepções de caráter socialistas e anti-capitalistas e seguindo por uma linha inversa desde então, o que na visão de ANTUNES (1998) passa a ser uma linha de “acomodação dentro da ordem”. Nesse sentido, passam a adotar a estratégia de consentir com as políticas reformistas, de se tornar parceiro nas negociações com o patronato, das câmaras setoriais, enfim da participação entre capital e trabalho na “arrancada pelo crescimento do país”.

Isso tendo como contraponto a década de 80, onde o movimento sindical teve seu destaque no Brasil, do ponto de vista do histórico de lutas e conquistas sindicais e sociais. Esse movimento de conquistas porém, conforme vimos, desembocou numa crise de representação na década de 90, num processo similar aos países avançados, que vive isso na década de 80.

Porém o nascimento e desenvolvimento do movimento sindical no Brasil, que sempre se pautou pela autonomia e liberdade sindical oficial, ao mesmo tempo, consentiam com a investidura sindical, ou seja, com a representação sindical (oficial) outorgada pelo Estado, conforme veremos a seguir.

Dessa forma o movimento sindical brasileiro e em especial a CUT, se encontram em crise não só influenciados pela conjuntura política, mas também pela própria estrutura interna responsável pelas direções políticas adotadas, principalmente em relação à estrutura sindical.

Nesse ínterim os trabalhadores, não conseguem se ver como trabalhadores e sim como parte de uma categoria, dada a existência e aplicabilidade da unicidade sindical. Ou seja, a atitude adotada pelos sindicatos, repercute na forma de ser dos trabalhadores, que acompanham o “modo de vida” dos líderes sindicais, no sentido da fragmentação do pensamento em se sentirem trabalhadores e se verem trabalhadores daquela categoria, representados por dado sindicato. Ao mesmo tempo vemos que os sindicatos vêm perdendo sua função, já que começam a se tornar organizadores de cursos que qualifiquem desempregados para o mercado de trabalho, num engodo aplicado juntamente com o governo neoliberal de FHC. Dessa forma podemos apostar numa crise dos trabalhadores que está envolvida na própria crise que a sociedade vivencia.

Os trabalhadores para reverter esse quadro, teriam que se inspirar/adotar uma ideologia que os permitissem se mover em relação ao estado de inércia que se encontram para tentar colocar em prática uma organização pela base que estimule a união entre os trabalhadores. Para isso, os dirigentes sindicais teriam que viabilizar essa empreitada, haja vista que os sindicatos possuem infra-estrutura material e financeira. Mas a questão é que alguns sindicatos têm se transformado em administradores de investimento capitalista (vide o caso das contribuições sindicais recebidas mensalmente). No sentido de que, alguns sindicatos têm se perdido em seus objetivos de defesa dos interesses dos trabalhadores e passam a atuar apenas como gestores da entidade sindical ou administradores sindicais.

Isso reforça o corporativismo e a crise de identidade do trabalho, pois os sindicatos acostumaram a trabalhar com os trabalhadores separados em categorias e assim a luta em defesa desta ou daquela categoria, será de acordo com suas concepções, como o assistencialismo ou a prestação de serviços.

Trata-se de uma crise de objetivos: ou os sindicatos se transformam plenamente numa mera administração de investimentos capitalistas, fundos de pensão e outros serviços; ou os sindicatos pretendem continuar a desempenhar um papel nas lutas dos trabalhadores. (BERNARDO, 1997, p. 129).

2.3- Limites do Sindicalismo?

Se formos avaliar o movimento sindical sob o ângulo da representatividade, a própria existência do sindicato, poderia ser questionada, tendo em vista sua própria estrutura organizativa extremamente frágil à ofensiva neoliberal.

Porém o movimento sindical tem tido legitimidade junto aos trabalhadores, tanto pela história do movimento, como através das conquistas trabalhistas, como também o reconhecimento e legitimidade junto à sociedade e opinião pública.

E mesmo que haja questionamentos eles não serão estruturais, já que no processo de desenvolvimento e estruturação do sindicato de estado no Brasil³¹, cooptou-se também os próprios alicerces onde se ergue o sindicato e no nível mais profundo: o ideológico. A ideologia do sindicato de estado, tem levado entre outras coisas, ao não questionamento ao sistema capitalista, por parte dos sindicatos e seus dirigentes.

Assim sendo, as próprias posições assumidas pelas lideranças, colocam à prova essa forma de organização dos trabalhadores, sendo que umas das mais recentes demonstrações foram as ligações estabelecidas com o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O resultado desses cursos tem sido a informalidade cada vez maior entre os trabalhadores, pois os cursos oferecidos, incentivam o trabalho a domicílio sem qualquer segurança. O que é destacável nesses cursos é o fato do sindicato se envolver diretamente no processo de qualificação e requalificação, passando a idéia de que todos podem se tornar patrões de si mesmo, o famoso negócio próprio. Esse processo impõe ainda mais os trabalhadores na informalidade, tendo em vista a crescente monopolização da economia que não libera margem aos pequenos empresários, fato contrário ao

³¹ Cf. BOITO, 1991a.

que se tenta convencer com os programas transmitidos pelos meios de comunicação, como por exemplo, o programa “Pequenas Empresas, Grandes Negócios”, através da Rede Globo de Televisão.

Outro agravante para esses trabalhadores é que no futuro, não podem contar com uma aposentadoria segura.

Nesse sentido, cabe ressaltar a proposta de ANTUNES (1999) quando aponta que, não há necessidade de trabalho abstrato, mas a realização de tarefas que produza o suficiente para a manutenção de necessidades básicas. O tempo de trabalho seria despendido de acordo com a produção de coisas socialmente úteis, afinal como já dizia LAFARGUE (2000), a preguiça deve fazer parte da vida. Porém o lazer deve vir desacompanhado de caráter mercantilista, com o sábio uso do tempo para exercitar corpo e mente, através de passeios culturais a museus, bibliotecas, praças, clubes esportivos, dedicando boa parte do tempo da vida para preenchê-la de sentido.

Nesse sentido nos perguntamos qual o papel dos sindicatos, no sentido da interação com a base e tendo como pano de fundo a estrutura sindical, com suas deficiências, em relação ao atrelamento ao Estado, que impõe ao sindicato como este deve funcionar, ou seja, separados em categorias e por município, ou seja, uma divisão categorial e territorial? Ao consentir com isso, outras conseqüências podem ser vistas nos sindicatos, pois deixa margem a atitudes, como adoção da unicidade sindical e as contribuições sindicais.

BOITO (1991a) aponta que, apesar da investidura sindical ser o elemento essencial de subordinação do sindicato a cúpula do estado, ele necessita de mais dois elementos, que são a unicidade sindical e as contribuições sindicais, para a extrema dependência ao Estado.

A unicidade sindical não significa apenas a existência de um sindicato representante de um segmento de trabalhadores, mas o sindicato único, com monopólio de representação. A unicidade passa a se constituir como um privilégio que inibe a formação de associações sindicais rivais, que poderiam gerar, então, uma dinâmica de difícil controle. Dessa forma, a unicidade é incompatível com o pluralismo sindical, pois a unicidade pressupõe a forte presença do Estado controlando o seu funcionamento e sem autonomia, os sindicatos não conseguem se organizar. (BOITO, 1991a),

Outro elemento que permite o atrelamento do sindicato ao Estado, fruto da investidura sindical, são as contribuições sindicais. Estendida a todos os segmentos de trabalhadores, se divide em taxa assistencial e imposto sindical. O imposto é arrecadado

anualmente pelo Ministério do Trabalho, enquanto que a taxa é arrecadada pelo próprio sindicato estabelecido em acordos coletivos. Dessa forma a dependência primeira é da norma jurídica que obriga o trabalhador a contribuir com o sindicato e de outra, do ramo do estado que viabiliza essa arrecadação.

Em Presidente Prudente, grande parte dos sindicatos sobrevive, tendo maior parte de seus recursos vindos das contribuições garantidas pelo Estado, porém os sindicatos dos setores públicos apresentam a característica de em sua maioria, se manterem com recursos próprios e contribuições voluntárias³².

Apesar da maioria dos sindicatos sobreviverem principalmente dessas contribuições, há a possibilidade dos sindicatos oficiais não receberem as contribuições sindicais e mesmo assim não serem extintos. Porém, o que tem impedido o movimento sindical de se firmar como organismo autônomo dos trabalhadores é o consentimento por parte deles mesmos, da investidura sindical e dos elementos subjacentes a ela, pois “o sindicato não é subordinado ao Estado já que o aparelho sindical faz parte do Estado” (BOITO 1991a).

Vemos então que o sindicato nascido sob a mão protetora do Estado, permanece ainda sob seus auspícios, pela própria permanência da estrutura sindical. Sendo que a única proposta de colocar fim a estrutura sindical, segundo BOITO (1999), se deu no Governo Collor, porém a mesma foi abandonada, uma vez que o próprio governo não estava empenhado nessa empreitada e, por outro lado, os sindicalistas não foram a favor de tal proposta, pois para eles essa cartada seria extremamente complicada para a existência dos sindicatos, uma vez que se findaria os meios financeiros, fortemente utilizados pelos próprios sindicalistas.

No caso do governo, ainda segundo o autor, seria uma boa oportunidade para sua intervenção, pois do ponto de vista do discurso neoliberal, a estrutura sindical abarca o monopólio, o estatismo, a corrupção e os privilégios, porém ao contrário disso, o governo tem até mesmo reforçado essas características dentro dos sindicatos oficiais. Conforme já visto, uma dessas características é a atuação por parte dos sindicatos na política de qualificação e requalificação profissional dos trabalhadores desempregados do país, numa clara desorientação das condutas sindicais.

Diante desse impasse do movimento sindical, no que diz respeito às lutas pelas conquistas trabalhistas, pois a luta tem sido pela manutenção delas, a questão de gênero, sob esse

³² Cf. CARVALHAL (2000a)

prisma, fica aquém das reivindicações e lutas, predominando no calendário sindical de mobilizações, as questões referentes a salário, cestas básicas, atendimento médico, judiciário e odontológico, etc.

A mulher tem sido lembrada, nos sindicatos estudados, no dia oito de março, quando em que são parabenizadas pelo seu dia, o que acaba reforçando publicamente a divisão sexual do trabalho. Ou seja, o fato de homenagearem as mulheres trabalhadoras por serem mães, donas-de-casa e ainda trabalharem fora do lar, pode implicar na maior aceitação de sua situação de subordinada duplamente, ao lar e ao patrão e, portanto ao sistema capitalista. Pois essa dupla subordinação se torna eficiente ao auferir da mulher o trabalho realizado em casa, necessário para a reprodução dela, filhos e marido, sem que lhe seja remunerado.

Nesse sentido, a permanência da estrutura sindical, estaria impedindo maiores avanços em discussões que envolvem não somente o cotidiano de cada categoria, como também as questões salariais. Não havendo uma inter-relação com outras categorias, também não haverá a inserção de discussões sobre questões em comum e que afligem a várias categorias, assim como a questão da inserção da mulher no sindicato?

CARVALHAL (2000a), ao analisar o movimento sindical de Presidente Prudente, aponta que o mesmo não tem apresentado de forma geral, uma preocupação a longo prazo com a construção de projetos políticos que transcendam as necessidades imediatas dos trabalhadores.

Dessa forma a própria estrutura sindical cooptada e sem autonomia, reproduz um círculo vicioso de agir institucionalmente sem discussão com a base e, portanto sem tempo para inserir políticas de conscientização sobre as questões secundárias (ou mesmo questões terciárias), como a questão de gênero.

A própria comunicação sindical, transfigurada no jornal do sindicato, explicita isso, no momento em que, segundo CARVALHAL (2000a), não auxilia como eixo integrador entre as diferentes categorias de trabalhadores, ao deixar ausente em suas pautas assuntos que envolvem também outras categorias.

Ao não discutir questões em comum, a visualização de soluções comuns a muitas categorias também fica prejudicada.

E é pelo consentimento da investidura sindical que o sindicato se torna subordinado aos desígnios do Estado, sendo nesse ponto, que se fortalece a sua subserviência,

desencadeando na contribuição compulsória e na unicidade sindical.

Diante do exposto, ANTUNES (1998) coloca que o maior desafio do movimento sindical e da CUT, é rearticular suas concepções anti-capitalistas, compatível com os desafios dos anos 90, dotando o novo sindicalismo de novos elementos que possam impedir a imposição do capital, revestida de cunho neoliberal e, do outro lado, resistir à acomodação social-democrata, que vem aumentando seus laços políticos e ideológicos ao movimento sindical brasileiro. A falta de perspectiva política e ideológica faz com que esse tipo de sindicalismo se aproxime ainda mais da agenda neoliberal.

Enfim, o sindicalismo se depara com problemas organizacionais e para sobreviver teria que resgatar/recriar algumas concepções que dêem sentido aos trabalhadores, agora multifacetados em várias formas de trabalho exercidas.

BERNARDO (1997), por sua vez nos coloca que os sindicatos funcionam como um fator de privilégios e de divisão entre os trabalhadores, porque a sindicalização acompanha frequentemente a estabilidade do emprego e se mostram relutantes em defender aqueles trabalhadores que realizam uma atividade incerta e assim permanecem sem filiação sindical. Para o autor, os sindicatos não acompanharam os novos quadros de lutas, pois a classe trabalhadora tem integrado novas categorias, marcado pela precarização do trabalho, onde é muito expressiva participação feminina.

Assim seria importante que:

A nova coesão da classe explorada só poderá atingir-se através de lutas multimodais, que serão em boa parte travadas no interior dela mesma. E o movimento contra as discriminações raciais e sexuais é um aspecto fundamental deste processo. Por isso, e contrariamente ao que é comum afirmar-se, esses movimentos não são exteriores à classe trabalhadora. Tem repercussões profundas na construção de uma nova solidariedade de classe e, portanto, na contestação ao capitalismo. (BERNARDO, 1997, p. 137)

Apesar de às vezes os sindicatos funcionarem como meros difusores da ideologia burguesa, quando não lutam por um bom contrato coletivo de trabalho, permanecendo assim “enquadrados na estrutura do modo de produção capitalista”, o sindicato pode ainda, segundo (BOITO 2001):

....ao manter a classe operária minimamente organizada e principalmente quando se vincula a um movimento e a partidos socialistas, permitir a acumulação de forças, a formação de lideranças e a educação das massas. Ele pode funcionar, na feliz expressão de Lênin, como uma “escola de guerra”. Ele pode também, em segundo lugar, participar, como movimento auxiliar, da própria “guerra”. Através de sua ação em momentos de crise revolucionária, o

movimento sindical pode articular-se, de maneiras distintas, à luta pela tomada de poder. (BOITO, 2001, p.102).

Ou seja, apesar das dificuldades do sindicalismo em enfrentar os recentes ataques do capital e as novas demandas que o mercado de trabalho tem imposto, com as novas formas de trabalho, associadas à postura neocorporativista de caráter propositivo, onde a negociação está fazendo parte cada vez mais da agenda sindical, o autor ainda acredita no sindicato enquanto instrumento de luta dos trabalhadores. Pois o sindicato, foi a primeira organização que conseguiu organizar os trabalhadores livres, já que anterior a isso os trabalhadores escravos nunca tiveram representatividade. Sendo um forte indício de que, cabe ao sindicato a função de colaborar na organização de um movimento capaz de realizar a tomada de poder. BOITO (2001),

O sindicato, para isso precisaria retomar o ímpeto organizativo e mobilizador que demonstrou ter no início dos anos 80, com o movimento do novo sindicalismo, que propunha instalar o processo de redemocratização no país.

E apesar das greves da década de 80 terem sido caracterizadas como obreiristas, voltadas para as práticas econômico-reivindicativas, foi com essa prática, segundo ALVES (2000), que a CUT num período hiperinflacionário, lutou contra as perdas do padrão de vida dos trabalhadores e conseguiu juntamente com o PT, criar uma consciência de classe, transubstanciada na figura de Lula e da Frente Brasil Popular e ao segundo turno das eleições presidenciais do Brasil em 1989.

Para BOITO (2001), seria interessante se os sindicatos colocassem em prática o processo de democratização da gestão sindical, finalizando com isso o corporativismo e a divisão dos sindicatos por categorias, possíveis pela existência da unicidade sindical.

Diante disso, podemos pensar se ainda há uma potencialidade de organização e de rupturas com o *status quo*, do movimento sindical? Na medida que apesar da existência da divisão em categorias, o número de trabalhadores que se encontram reunidos sob a mesma base categorial e territorial de um sindicato ainda é muito expressiva.

A caminhada rumo à um movimento alternativo e independente do Estado, seria a saída para o reencontro dos sindicatos com sua base? Onde os trabalhadores assumiriam as regras de funcionamento do sindicato, o que daria fim aos sindicatos pelegos, assistencialistas, etc?

2.4 – A Autonomia Sindical em Questão

Foi na década de 80 que surgiu o novo sindicalismo, acompanhando o movimento de revitalização de todo o movimento sindical no país.

Esse movimento se caracterizou, segundo OLIVEIRA (1994) por:

... um enorme contingente de trabalhadores jovens, na sua maioria incorporados aos setores mais modernos de nossa economia, integrados a um esforço mobilizatório de amplitude nacional e preocupados em forjar uma nova prática sindical.

Ainda segundo o mesmo autor, os conflitos trabalhistas começaram a vir à tona com a crise do “milagre econômico” e as novas lideranças não desprezando os canais institucionais, romperam com os limites legais ao fazerem da greve sua forma de atuação, intensificada na década de 80. Porém na década de 90 as greves entraram em declínio, devido principalmente ao acirramento da crise econômica e social, decorrentes da adoção de políticas de cunho neoliberal.

O projeto neoliberal que tem como base a crença no poder regulatório do mercado, forçou que países capitalistas engendrassem suas economias de acordo com a base na qual podiam combinar esses elementos do neoliberalismo. No Brasil essas novas formas de trabalho tiveram forte impulso com o Governo Collor, mas foi no Governo FHC, que as forças produtivas se retraíram e juntamente com as políticas de direitos sociais, se tornaram sob o discurso oficial, privilégios.

O processo de redemocratização instalado no movimento sindical, a partir do final da década de 1970, se impôs através das greves, mobilizações, do encontro dos sindicatos com suas bases e do seu papel como representante dos trabalhadores. Porém, esse processo de revitalização dos sindicatos, fortalecido com a constituição de 1988, foi marcado pelo surgimento de novas organizações concomitantes à fragmentação dos sindicatos já existentes. Essas novas organizações tiveram como característica o sindicato de porta de fábrica, o sindicato de carimbo, refletindo a permanência da relação ainda muito aquém, entre o sindicato e a base, e dessa forma, pagando o preço por apostar no aparelho sindical, enquanto possibilidade de acesso a recursos e aos próprios trabalhadores.

O surgimento de um novo complexo de reestruturação produtiva, contribuiu

para as mudanças estratégicas do sindicalismo brasileiro, passando para o estabelecimento de uma estrutura sindical propositiva³³ de cariz neocorporativo, além do esvaziamento, de caráter classista. A transição do sindicalismo de confronto para um sindicalismo neocorporativista e de participação, ocorreu tendo em vista os resultados políticos pontuais, ou seja, em decorrência da Constituição de 1988 e partir do governo Collor em 1989, desprezando o contexto do novo e precário mundo do trabalho. (ALVES, 2000)

O combate à estrutura sindical oficial foi um dos fatores desencadeadores dessa revitalização dos sindicatos a partir da década de 70, cuja explicitação hoje demonstra o quanto se avançou (ou não) na superação daquela estrutura sindical. Isto é fundamental em nosso entender, pois a estrutura sindical enquanto presença determinante do sindicato, envolve não somente a questão financeira, mas a questão ideológica, e por outro lado envolve os posicionamentos políticos dos sindicalistas responsáveis pela permanência e adesão a essa estrutura sindical oficial. Herdada desde o período getulista, a estrutura sindical é um dos recursos de que dispõe o neoliberalismo para obter sua hegemonia no Brasil, sendo anti-estatista apenas no que lhe convém³⁴.

Para os governos, não interessa o desmanche dessa estrutura, somente com Collor, houve uma tentativa de reforma, com vistas à abolição do imposto sindical, condicionando a cobrança da taxa assistencial a prévia autorização de cada trabalhador e autorizando comissões de empresa, a negociarem com a direção da empresa, prerrogativa conferida apenas ao sindicato oficial. Se fossem implementadas, além de eliminar uma boa parte dos recursos dos sindicatos oficiais, eliminaria também o monopólio de representação dos sindicatos.

No caso de Presidente Prudente, a dependência financeira se explicita em três dos sindicatos escolhidos para nosso estudo, conforme o Quadro 5, que funcionam sob a dependência da formalização oficial do Estado, através da contribuição compulsória, ou seja, a principal fonte de arrecadação é derivada da contribuição repassada na forma de contribuição assistencial, confederativa e sindical³⁵.

³³ Cf. SANTOS (2001), ALVES(2000)

³⁴ Cf. BOITO (1999)

³⁵ Cf. CARVALHAL, (2000a)

Quadro 5- Algumas Características dos Sindicatos Pesquisados

Sind. Carac.	APEOESP	SEEB	SEC	SINTCON	SITIAC	SINDIALCOL	SSM	SIEMACO
Fundação	1987	1960	1956	1943	1986	1986	1979	1996
Trab. Base	3300	1290	6500	6000	1800	1200	3700	3000
Sindicalizados	2805	1260	2500	2500	1000	600	2760	1800
Taxa sindicalização	85%	97%	36.9%	38,4%	55,5%	50%	74%	60%
Sede	Própria	Própria	Própria	Própria	Alugada	Própria	Alugada	Alugada
Filiação	CUT	CUT	USI	Não tem	CUT	Força Sindical	CUT	SDS
Mandato anos	1 ½	3	4	5	2	4	2	3
Principal. Instrumento de Arrecadação	Mensalidade	Mensalidade	Assistencia lista	Assistencialista	Mensalidade	Sindicalista	Mensalidade	Não obtido

Fonte: Carvalho, (2000a) e atualizado em 2001 através de Pesquisa de Campo.

Temos, então, que o protecionismo do Estado, continua muito presente em muitos sindicatos.

Mesmo naqueles sindicatos filiados a CUT, que apesar da tentativa em reunir numa mesma central, diferentes segmentos da classe trabalhadora, divididos em categorias, ainda não se efetivou fora dos parâmetros legais definidos pelo Estado.

ALVES (2000) coloca que a partir do IV Concut, ocorre na central um processo de discussão entre os socialistas revolucionários e social-democratas, vencendo a proposta da CUT-organização, protagonizada pela Articulação Sindical, acelerando o desenvolvimento da burocratização da central, passando a adotar alguns valores neoliberais, além da inércia estrutural diante da imposição do complexo de reestruturação produtiva.

Mais do que a incorporação de valores neoliberais, a tendência majoritária da CUT passa a adaptar-se à institucionalidade sindical vigente no país, incorporando a sua inércia estrutural, que, sob o novo complexo de reestruturação produtiva, tenderia a disseminar, como excreção ideológica, um novo tipo de “egoísmo de fração”, ou seja, o neocorporativismo. (ALVES, 2000, p.285).

Associado a isso o mesmo autor coloca que, a partir da década de 90, houve um avanço no processo de sindicalismo de resultados no interior da CUT de cariz neocorporativo, concomitante com o sindicalismo de participação cada vez mais defensivo.

A tendência propositiva na década de 80, indicava uma debilitação interna do sindicalismo. E apesar de vários teóricos afirmarem que essa década foi um marco para o sindicato, segundo ALVES (2000) foi também para o capital. Essa afirmação tem como base, o processo que se iniciou no sindicalismo, de debilidades estruturais, políticas e ideológicas, que tenderiam a assumir novas proporções diante do surgimento de um novo e precário mundo do trabalho.

Nesse ínterim, permanece a estrutura sindical com “pés de barro”³⁶, no sentido de que não se contrapor, às novas imposições e provocações do capital, agora transubstanciado no surgimento de um novo e precário mundo do trabalho, devido a suas deficiências internas. Sendo a estrutura sindical, descentrada, descentralizada, desenraizada e verticalizada, inviabilizando uma postura de abarcar as demandas das novas formas de organização do trabalho, como os setores do trabalho parcial, temporário, associado ao fato de que esta estrutura já não vinha atendendo as demandas dos trabalhadores não-assalariados.

Mesmo diante desse atrelamento dos sindicatos ao estado, pudemos observar que dos sindicatos analisados por nós, conforme o Quadro 5, quatro deles mantêm, certa autonomia financeira e são filiados à CUT, (SSM, STIAC, APEOESP e SEEB), evidenciando dessa forma na prática a tentativa da Central em tentar se libertar do atrelamento ao Estado.

Outra característica observada nos sindicatos de Presidente Prudente é a de que a taxa de sindicalização varia muito entre o mínimo (3,8% referente ao SINDPD, sindicato não incluído na nossa pesquisa) e o máximo de sindicalizados (97% de sindicalizados da APEOESP).

Dos sindicatos cuja taxa de sindicalização é alta, e que possui maior autonomia financeira, são também aqueles que possuem sede própria, podendo significar que os sindicatos mais combativos e preocupados com o funcionamento do movimento sindical e a organização

³⁶ Essa expressão foi utilizada por: COMIN, Álvaro Augusto. Estrutura sindical corporativa: um obstáculo à consolidação das centrais sindicais no Brasil. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP/FFCLCH, 1995.

dos trabalhadores são os que lutam pela autonomia sindical, através da alta taxa de sindicalização, para que os próprios trabalhadores contribuam com a existência do sindicato através da contribuição voluntária, paga mensalmente por cada trabalhador.

Dos oito sindicatos analisados, seis apresentam taxa de sindicalização igual ou superior a 50% e dois deles entre 36% e 39% (SEC e SINTCON). São também os dois maiores sindicatos em número de trabalhadores, porém totalmente dependentes da contribuição compulsória. No caso da SINTCON, com autonomia apenas de 30%, ou seja, do montante recebido por mês, 30% provém da taxa de sindicalização, paga voluntariamente pelo trabalhador. Estes dois sindicatos, tendo em vista o número da base trabalhadora bem maior que os demais pesquisados³⁷, com facilidade conseguiriam obter a autonomia sindical já que ambos possuem sede própria. São também os dois sindicatos mais velhos, o SEC somando 45 anos de existência e o SINTCON com 58 anos, fato que *a priori* pode indicar vantagem na aquisição de sua autonomia, através da compra da sede onde funciona o sindicato.

Outro fator observado é que os sindicatos do funcionalismo público que não eram contemplados pela legislação sindical com a previsão de enquadramento sindical, constituíram-se “à margem” do regramento jurídico imposto aos trabalhadores do setor privado. Por isso, a maioria surgiu em forma de associações, mantendo até hoje esse caráter de autonomia financeira, pois dos sindicatos de Presidente Prudente, ligados ao setor público, todos têm como principal instrumento de recursos, a arrecadação através das mensalidades, sendo dois deles objeto de nosso estudo: APEOESP e o SSM.

2.5-A Questão de Gênero no Sindicato

Tendo conhecimento da estrutura interna do sindicato e de alguns motivos do abandono de ideais, antes componentes das bandeiras de luta, vemos que mesmo tendo executado várias iniciativas de melhoria da condição da mulher trabalhadora, o movimento sindical não tem conseguido adotar ideologicamente e pragmaticamente, de forma majoritária, a questão de gênero, no seu interior.

³⁷ Esses sindicatos são dois dos três maiores sindicatos em termos de trabalhadores da base, somam cerca de 12000 trabalhadores.

A relação de poder que se criou no interior dos sindicatos com as mulheres incorporando o programa de lutas na condição de complementação de forças somente, pode passar a mudar, com a inserção das mulheres em outros espaços públicos, como o movimento feminista, o movimento de mulheres na luta pela terra, etc.

Segundo ARAÚJO (2000), a partir dos anos 70 houve uma expansão do movimento feminista em todo o país, trazendo a tona, questões como a discriminação da mulher no mercado de trabalho, a dupla jornada de trabalho, a desigualdade de homens e mulheres no mercado e no espaço doméstico, além das “políticas de corpo³⁸”.

Ainda segundo a autora, influenciados pelo movimento feminista, os sindicatos passaram a incentivar a participação das mulheres nos sindicatos, por meio dos primeiros congressos das trabalhadoras ocorridas no final dos anos 70, isso serviu segundo SOUZA-LOBO (1991), para encorpar o conjunto dos trabalhadores ou então para reforçar a luta dos homens.

Esse desencontro entre direção e trabalhadores, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) tem realizado eventos, com o objetivo de manter-se em contato com o movimento dos trabalhadores. E tentando acompanhar as mudanças ocorridas no mercado de trabalho, com a crescente incorporação das mulheres, a CUT passa a realizar por meio de seus Congressos, onde ocorre o encontro dos sindicalistas com vistas a discutir as propostas apresentadas em forma de teses, cujo conteúdo é voltado a defesa de direitos dos trabalhadores, começa a levantar a importância da discussão a respeito da questão de gênero no meio sindical. Dos documentos produzidos pelos Congressos da CUT, verificamos a discussão de questões sociais mais gerais como: trabalho infantil, sobre a discriminação de raça, de gênero e apoio aos idosos.

Cada encontro promovido pela CUT, tem tido como pauta, questões que se destacam na conjuntura nacional e internacional além das políticas permanentes, na qual está inserida a questão da mulher, ou de gênero.

Das questões apontadas nos documentos produzidos pela Central, observamos que inicialmente, estavam voltadas para a melhor inserção da mulher no mercado de trabalho sem que isso prejudicasse sua saúde. Como por exemplo, em caso de gravidez, em que o trabalho realizado não deveria prejudicar a saúde da mãe e nem do bebê, porém sem maiores

³⁸ Expressão usada, segundo ARAÚJO, para denominar questões ligadas á sexualidade da mulher como: direito de ter ou não filhos, saúde reprodutiva, aborto e a relação entre homens e mulheres.

esclarecimentos de como isso deveria ocorrer. Posteriormente, no II CONCUT, é que é reconhecida a dupla jornada de trabalho, porém com ausência de maiores esclarecimentos do sindicato.

A primeira iniciativa de organização de mulheres aconteceu em 1986 no cerne de um Congresso, promovido pela CONCLAT, que fundaria a CGT (Central Geral dos Trabalhadores). Realizou-se nessa oportunidade o 1º Congresso Nacional da Mulher Trabalhadora que contou com a participação de 714 entidades.

O Congresso aprova uma Declaração de Princípios que sintetiza as principais reivindicações das mulheres trabalhadoras e manifesta a disposição de lutas pelo reconhecimento de seus direitos como mulheres, trabalhadoras e cidadãs. COSTA (1995, p. 188)

E, por outro lado, o Congresso da CGT aprova a criação do Departamento Nacional da Mulher Trabalhadora, mas por problemas internos impede que ele tenha uma ação sintonizada com as lutas gerais do restante dos trabalhadores. Mas, segundo COSTA (1995), essa iniciativa contribuiu para a maior participação da mulher no meio sindical e serviu de iniciativa à outras centrais de se mostrarem favoráveis a essa política. Como é o caso da CUT que funda a Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora vinculada à direção da Central em agosto de 1986, durante a realização do II CONCUT (Congresso Nacional da CUT). Essa comissão surge com o objetivo de conscientização da mulher sindicalizada e mais tarde a comissão se tornará nacional, com o nome de Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora (CNMT). Com a criação da comissão, a CUT, procurava atender a demanda de mulheres ingressantes em número cada vez maior no mercado de trabalho, que girava na década de 80 em torno de 32% da força-de-trabalho total.

É no II CONCUT também que a CUT lança a campanha “Creche para Todos”, que deveria ser mantida pelo Estado e empresas, porém controlada pelos trabalhadores.

No III CONCUT, começa a se desenvolver políticas de apoio trabalhistas às mulheres e a CNMT apresenta neste mesmo Congresso uma minuta, cujo objetivo é subsidiar as negociações coletivas, bem como as reivindicações das mulheres trabalhadoras dentro do mundo do trabalho. A minuta apresentava questões relacionadas à garantia de igualdade de acesso ao emprego, garantia à maternidade, creche para as crianças e saúde da mulher no local de trabalho. É no IV CONCUT, em 1991, que é aprofundada a discussão sobre as cotas de participação das mulheres nas instâncias de direção, além da aprovação da participação proporcional em todas as

atividades de formação da CUT e lançam a proposta de organizar creches em todos os eventos sindicais.

A proposta da política de cotas era de incentivar a maior participação feminina e acabou sendo adotada pela Central a partir do V CONCUT em 1994, onde se estipulou que 30% dos cargos na diretoria deveriam ser ocupados por mulheres. Nesse mesmo congresso a CUT retoma a comemoração do dia nacional de luta por creche, no dia 12 de Outubro.

No IV CONCUT também se discutiu que todas as resoluções tomadas em defesa da mulher até então, não tinham sido ainda colocadas em prática, apesar da CNMT ter tido êxito quando conseguiu elaborar revistas direcionadas à mulher trabalhadora e sindicalizada. Por isso lançam na 7ª Plenária Nacional da CUT, em 1995, a discussão da campanha: “Cidadania: Igualdade de Oportunidades na Vida, no Trabalho e no Movimento Sindical”, tendo como prioridade à qualificação profissional no contexto da reestruturação produtiva. Essa campanha foi aprofundada no VI CONCUT, sendo que na mesma plenária tentou-se uma alteração na CNMT, na qual cada ramo de atividade, iria indicar uma pessoa de respaldo político e econômico para atuar no seu ramo, na comissão, e levar as discussões para o CECUT (Congresso Estadual da CUT) em São Paulo e CONCUT (Congresso Nacional da CUT).

Isso demonstrou, de certa forma que apesar da iniciativa, a comissão está sofrendo a falta de acompanhamento por parte das instâncias de direção da CUT e as comissões criadas, têm agora que caminharem sozinhas se quiserem ter êxito na luta pela defesa dos direitos femininos.

Na 9ª Plenária Nacional da CUT (PLENCUT), realizada em agosto de 1999, foram realizadas discussões, a respeito do neoliberalismo, reestruturação produtiva e suas conseqüências para o mundo do trabalho, em especial para a mulher trabalhadora. A CUT aponta no texto base que, em vista do ingresso cada vez maior da mulher no mercado de trabalho, a taxa de fecundidade está diminuindo tendencialmente, além do desemprego que atinge ambos os sexos, mas com repercussões maiores para as mulheres. Neste documento registra-se uma situação paradoxal: se por um lado as mulheres estão em vantagem na oferta de novos empregos, por outro tendem a ser mais atingidas pelo desemprego³⁹. E na 10ª Plenária de 2002 é colocada como desafio para o movimento sindical, o fortalecimento da política de gênero na agenda sindical, a fim de proporcionar as mulheres oportunidades iguais às do homem trabalhador, tanto

³⁹ Mais detalhes ver: Central Única dos Trabalhadores – 9ª PLENCUT – TEXTO BASE, São Paulo, 1999.

nos espaços de trabalho, como nos espaços de decisão e de poder. Apesar de se afirmar que as propostas até então elaboradas em relação à questão de gênero têm funcionado ao longo desses últimos 15 anos de CNMT.

A CNMT teve, segundo ARAÚJO (2000), importância destacada, em vista de sua característica nacional, ao organizar uma carta de direitos específicos femininos e pela igualdade entre os sexos, que deveria integrar a Constituinte de 1988, intitulada “Carta dos Direitos da Mulher”. Porém continuam seguindo a tendência em destacar/enaltecer nas reivindicações somente a importância relacionada à questão de mãe, esposa e trabalhadora. Assim o sindicato ao elaborar minutas de reivindicações das mulheres, apesar da gama de reivindicações terem se ampliado, com a inserção da discussão de gênero no meio sindical, ainda não conseguiram avançar nas discussões a respeito da questão da cidadania:

Os sindicatos não conseguiam e não conseguem, ainda hoje, enfrentar – e ir além da denúncia - questões como: a desigualdade salarial entre homens e mulheres exercendo a mesma função; o confinamento feminino aos postos menos qualificados e de menor remuneração; a exclusão das trabalhadoras dos cursos de treinamento para funções consideradas mais complexas ou polivalentes e melhor remuneradas. Estas questões, entre outras, tornaram-se mais frequentes no processo de reestruturação das empresas, que se acelerou nesta década, acentuando a situação de desvantagem das mulheres. (ARAÚJO: 2000, p.325)

O sindicato ainda não trabalha o caráter político da mulher trabalhadora, vemos que faltam ser atendidas as demandas das trabalhadoras bem como também seus anseios de seres sociais dotadas de consciência, capazes de pensarem o mundo na sua individualidade, porém como parte de uma totalidade. Ou seja, o fato do gênero feminino em particular dotado de especificidades, conceber o mundo de determinada maneira, não significa que sua individualidade esteja desconexa da totalidade social, mas que as individualidades possam se compor para formarem a totalidade. No sentido de incorporação da questão de gênero no movimento sindical, decorrente do acúmulo de discussões, da própria CUT, de movimentos sociais, etc.

Confirmando tal questão, ao questionarmos às trabalhadoras, sobre o conhecimento do sistema de cotas, percebemos que as trabalhadoras não conhecem a política de cotas, representando 11,8% do total das mulheres abordadas com os questionários.

Em relação ao total das sindicalistas entrevistadas, pudemos perceber que as opiniões se dividiram, desde aquelas que colocaram que o ideal seria de que houvesse uma

ocupação dos espaços dos sindicatos, de forma que não precisassem existir as cotas. Isso de acordo com essa fala: “a mulher necessitaria ter consciência e ocupar seus espaços”, ainda a mesma sindicalista da APEOESP coloca que “como paliativo sim, mas não como obrigatoriedade ter a cota”. Demonstrando para algumas mulheres, que a política de cotas não deveria ser imposta aos sindicatos, uma vez que, são as próprias mulheres, quem devem buscar ocupar o espaço do sindicato. Uma outra colocou que, para o sindicato: “tem que vir aquelas que têm interesse e que gostam”, no sentido de que “pra você trazer uma pessoa só pra dizer que tem, ela não vai somar, vai atrapalhar”.

Por outro lado, as sindicalistas do SSM e da APEOPESP, além das duas militantes, se manifestaram a favor da aplicação de tal política nos sindicatos, uma vez que é “uma questão afirmativa, que foi feita para incentivar e que foi fruto de muita discussão de ambas as partes”. Essas opiniões das trabalhadoras estão baseadas nas propostas de ação afirmativa, apoiada pela CUT, que visa o incentivo a maior participação da mulher nos sindicatos⁴⁰.

Percebemos então, a necessidade de incluir o elemento diferente no movimento, pensado, segundo elas, sob a lógica masculina. A questão do machismo no ambiente sindical ficou muito marcante durante a pesquisa de campo.

Quando abordamos os homens sindicalistas, percebemos que as opiniões são muito parecidas entre si, no sentido de que não há ainda a consciência de que a mulher tem dificuldade de inserção nos sindicatos e no meio político de forma geral. Além da própria importância dessa atuação do ponto de vista de suas perspectivas particulares, como da própria emancipação da classe como um todo. Na medida em que, sendo a mulher responsável pela reprodução de seres humanos, como também responsável pela manutenção das condições de produção, ao exercerem no lar as funções necessárias para a inserção no mercado de trabalho, são duplamente subjugadas quando também se inserem no mercado de trabalho.

Dessa forma, pensamos ser a inserção da mulher no espaço do sindicato, uma forma de extrapolar a luta pelos interesses apenas de sua categoria, no sentido de levar em conta sua condição de reprodutora da força-de-trabalho, essencial para a manutenção do sistema capitalista de produção.

Porém percebemos que, apesar de um sindicalista ter apontado a questão da alienação política de alguns maridos das mulheres, ao não consentirem com a atuação da mulher

⁴⁰ Para mais detalhes ver: Teses e Resoluções da CUT.

nos sindicatos, este não percebe que sua atitude demonstrou tender a um posicionamento machista ao colocar que, “não implementamos pois não tinha mais mulher para a gente colocar”, ao se relacionar a política de cotas da CUT.essa Além de perpetuar a idéia encontrada em ampla camada da sociedade, de que sindicato não é lugar de mulher e também assumindo o presidencialismo, visto em muitos sindicatos, ao transparecer que cabe ao homem “dono do sindicato” buscar apresentar na sua diretoria uma ampla parcela de mulheres.

Percebemos porém que, muitas vezes o sindicato não tem conseguido cumprir a cota deliberada pela CUT, e acabam se contradizendo portanto. Pois o mesmo presidente colocou que, a política de cotas só não foi implementada porque, além da falta de disposição da mulher em participar, muitas vezes “ela pode até gostar de política, mas casa com um cara alienado”.

Percebemos que, embora alguns sindicalistas se mostrem favoráveis à política de cotas e a maior inserção das mulheres nos sindicatos, fica explícito em suas falas, que o que está colocado em jogo, é à disposição das mulheres, em querer participar dos sindicatos.

Houve ainda outros dois sindicalistas, que se mostraram contrários à política de cotas, mas frisando a questão da iniciativa da mulher: “não podemos obrigar ou impedir a participação, fica a critério da pessoa”,

Pudemos ainda observar desse total de sindicalistas entrevistados, (nove mulheres e cinco homens e duas militantes) que pelo menos três mulheres e dois homens, nunca ouviram falar da política de cotas, sendo que uma sindicalista está em regime integral, desde seu ingresso no sindicato, devido ao afastamento do trabalho assalariado.

Além de um sindicalista, que, declarou ter votado contrariamente a proposta no congresso em que se discutiu a aprovação da política de cotas, mesmo sendo seu sindicato filiado à CUT.

2.6– A Interação Base/Diretoria

A partir da década de 1970, até início dos anos 1980, o setor industrial, passou por mudanças profundas, especialmente, no perfil da força-de-trabalho das mulheres, ou seja, na sua distribuição, pelos diversos setores, principalmente em segmentos da indústria metalúrgica e em outros setores como plástico, química, farmacêutica, material elétrico e eletrônico.

A entrada crescente das mulheres no mercado de trabalho se deu, segundo ROY (1999), em função da necessidade de aumentar o rendimento familiar, já então defasado pela falta de estabilidade financeira e por outro lado, houve uma modificação na organização do trabalho, com a decomposição das tarefas se tornando mais rotineiras, simples e menos qualificadas.

Esses fatores facilitaram a entrada da mulher no trabalho assalariado, sendo este trabalho, marcado por algumas características peculiares, como salários inferiores aos masculinos mesmo exercendo função semelhante, sendo que essa diferença se acentua com o aumento da idade.

Outra característica desse processo é o fato de haver concentração das mulheres em atividades não-qualificadas ou semiqualficadas, encimadas em tarefas monótonas e repetitivas, mas que requerem menos destreza e habilidade, conforme já apontado anteriormente.

A maior especificidade da questão da mulher trabalhadora, está no fato dela ser explorada duplamente, como já visto e as mulheres se subordinam ainda mais ao capital, ao se empregarem em trabalhos precários, pois a sua polivalência e multiatividade são apropriadas sem serem remuneradas adequadamente.

Essa incorporação da mulher no mercado de trabalho foi acompanhada pela crescente taxa de sindicalização, segundo ARAÚJO (2000) no período de entre 1970 e 1978 entre as mulheres o aumento foi de 176% enquanto que o aumento na PEA foi de 123%, sendo que para os homens o crescimento foi de 87% e 67% respectivamente. Porém a mesma autora aponta que na década seguinte o aumento da sindicalização entre as mulheres não foi tão expressivo como foi no mercado de trabalho e nem significou aumento qualitativo nas organizações sindicais, continuando sub-representadas.

A baixa participação das mulheres nos sindicatos, se deve ao fato de se sentirem *outsiders*, ou seja, do lado de fora. Para ARAÚJO (2000) a militância das mulheres tem esbarrado nos problemas de organização dos sindicatos e na própria posição das mesmas no mercado de trabalho. Assim, de um lado sempre existiu uma grande dificuldade em organizar as mulheres que estão em funções de baixa qualificação, onde a rotatividade é maior, sujeitas às demissões e controle das chefias. Por outro lado, o fato dos sindicalistas não reconhecerem as especificidades das mulheres, conduzindo a luta das mulheres como complementar a luta dos

homens, além do fato dos sindicatos se negarem a discutir a questão de gênero, já que isso poderia “quebrar a unidade da classe”⁴¹.

Concomitante a isso é possível afirmar que o sindicato é excludente em relação às trabalhadoras por não levar em conta suas responsabilidades domésticas. Pois segundo as próprias trabalhadoras, o sindicato tem oferecido todo tipo de assistência médica, dentária, etc, sem no entanto, colocar em discussão a questão de gênero e das responsabilidades que isso implica, particularmente para as mulheres. (Gráfico 10).

E por fim, existem as convenções sociais que ditam que sindicato não é lugar de mulher.

Desta forma, sobrepõe-se à questão de gênero na sociedade capitalista a própria inserção dos sindicatos na luta de classes, o que evidencia a necessária articulação entre duas esferas analíticas, de um lado a mulher e suas especificidades construídas historicamente e de outro os sindicatos surgidos no âmago do desenvolvimento contraditório do capital, através de sua contraparte dialética, os trabalhadores organizados, evidenciarão a capacidade (e a forma) de encampar a emancipação feminina. Conforme verificamos, a inserção da mulher no mercado de trabalho e as repercussões daí resultantes, tem significados diversos, pois como parte da classe trabalhadora, vivencia as transformações ocorridas nas formas do trabalho e no seu caso específico, como integrante “privilegiada” da economia informal e *part-time* e o sindicato, não tem sido eficiente na condução de suas demandas.

Além, é claro, no caso da dupla e tripla jornada de trabalho, não houve por parte dos sindicatos ou das empresas, mecanismos para aliviar essa jornada, como creches para seus filhos, durante o exercício do trabalho assalariado, da mãe trabalhadora.

Dessa forma, o elemento diferente, para ser aceito no meio masculino deve, então, anular suas especificidades de dupla e tripla jornada de trabalho? Assim se explica o fato de muitas mulheres sindicalistas se encontrarem desquitadas, separadas ou solteiras, pois na maioria das vezes, a vida de militante toma muito tempo da trabalhadora, que acaba tendo que optar por uma de suas tarefas, na medida em que o sindicato não tem tido disponibilidade de recursos e estruturas para a mulher-mãe-trabalhadora.

O sindicato, então, acaba reproduzindo a divisão sexual do trabalho ao hierarquizar as funções segundo o sexo, atribuindo as funções de secretaria para as mulheres.

⁴¹ Grifo da autora

Sendo dessa forma que, muitas vezes os sindicatos acabam cumprindo a cota de 30% de mulheres, com a especificidade de que as ocupações são caracterizadas como secundárias. Haja vista que, as funções ocupadas pelas mulheres nos sindicatos dirigidos pela maioria masculina, como vimos não são voltadas para tomadas de decisões políticas de grande envergadura, como as funções de secretaria.

Nesse sentido ANTUNES (1999), coloca que a luta das mulheres contra as formas históricas e sociais da opressão masculina, será, além disso, uma luta pós-capitalista, pois o fim da sociedade de classe não significa o fim da opressão de gênero, pois esta é pré-capitalista. Assim seria possível o sindicato caminhar no sentido de emancipação da classe trabalhadora, levando em consideração as especificidades de gênero?

Ou seja, o sindicato poderia trabalhar a falta de habilidade da mulher com as funções políticas, pois foram educadas a verem o espaço público e político como sendo ocupado pelos homens, reforçado pela própria divisão sexual das funções, que designou à mulher o exercício da dupla jornada de trabalho. Ao contrário disso, o sindicato designa na maioria das vezes às mulheres, funções que reforçam a questão de gênero e que tendem a impedir o desenvolvimento de suas potencialidades, como a função de secretárias. (Quadro 6)

Quadro 6- Perfil das Diretoras dos Sindicatos

	Militância Sindical	Função	Filiada a Partido Político
<u>SSM</u>			
Genilda	1995	Secretaria	PT
Sonia	1995	Presidente	PT
Matilde	1995	Secretaria geral	PT
<u>SIEMACO</u>			
Regina	1995	Presidente	Não
M. Isabel	1995	Fiscal	Não
<u>SEEB</u>			
Zenaide	1989	Secretaria suporte administrativo	Não
Roseli	1994	Secretaria suporte administrativo	Não
<u>APEOESP</u>			
Solange	1995	Conselheira	Não
R. Célia	1996	Secretária	PT

Fonte: Pesquisa de Campo, 2001

O sindicato, de forma geral, passou à luta pela manutenção dos direitos, já

conquistados e assumiu, mesmo com o novo sindicalismo, um caráter defensivo, como as questões de gênero que acabam sendo afastadas do plano de ação sindical. E ainda mais, pela inflexão ocorrida no final da década de 1980, em que se luta pela conquista de um conjunto de direitos sociais e trabalhistas sociais.

CARVALHAL (2000a) pondera que há uma consonância da conjuntura sindical nacional, com os sindicatos de Presidente Prudente, onde os sindicalistas ficam presos às ações de manutenção dos direitos já conquistados, com exceção do SSM que ainda, tem mostrado que luta por novas conquistas trabalhistas.

Outro elemento importante para o avanço de nossas discussões, diz respeito às relações entre a direção sindical e os trabalhadores da base, cujo primeiro aspecto podemos delinear a respeito da frequência das assembléias podendo indicar o grau de interatividade da base com a direção sindical. Nesse sentido, os sindicatos estariam aquém disso ao não realizar assembléias frequentemente? O SSM parece ser o único sindicato que realiza mini-assembléias setoriais nos locais de trabalho, além das assembléias ordinárias realizadas duas vezes por ano, o restante, convoca as assembléias de forma esparsa, quando ocorre alteração de salário, demissão, greve.

Observamos nos sindicatos pesquisados, que não existe um calendário de assembléias definido ao longo do ano, ao contrário do que ocorre com a diretoria sindical, que se reúne frequentemente para definir e discutir questões de rotina do sindicato e que, não é repassado para os trabalhadores.

Do exposto até então, fica explícito uma falta de abertura e interação das diretorias com sua base trabalhadora, ao reforçarem a questão de gênero no interior dos sindicatos e à tomada de decisão da pauta do jornal do sindicato ser totalmente realizada pela direção⁴². Além de que, mesmo nas entidades dirigidas por mulheres, essas não têm tido a preocupação em marcar as reuniões em períodos adequados às mulheres-mães-trabalhadoras. Pois geralmente os encontros são realizados à noite depois do expediente ou nos finais de semana, fato que obriga parte delas a levarem os filhos para as reuniões, ou no limite, não comparecerem devido ao cumprimento da jornada de trabalho à frente das atividades do lar, ou ainda são impedidas pelos maridos.

No que corresponde a participação das mulheres em assembléias, as duas

⁴² Para mais detalhes ver: CARVALHAL (2000a).

diretoras entrevistadas do sindicato da limpeza e conservação (SIEMACO) afirmaram que a maior participação é das mulheres, mesmo sendo realizadas no domingo de manhã. O que pode ser considerado natural, já que 70% dos trabalhadores da base são mulheres, fato que poderia explicar a maior participação de mulheres nas assembleias, “que trazem seus filhos, já que não atrapalha”, segundo a presidente.

Os diretores (inclusive as diretoras) do SEEB confirmaram a maior participação dos homens nas assembleias (realizadas à noite), o que acaba reafirmando a tradição do homem participar mais do sindicato, segundo o presidente. Esse fato também foi percebido nas falas dos presidentes do SEC e do SINTCON, sobre a baixa participação das mulheres nas assembleias.

Na situação do SINTCON, a baixa participação das mulheres, poderia ser explicada pela baixa taxa de mulheres na base, porém em números gerais este sindicato possui mais mulheres do que o STIAC. No entanto esse sindicato, além de afirmar que as mulheres são as que mais participam das assembleias, possui a representação de 2 mulheres na sua diretoria, mesmo sendo o sindicato com menor número de mulheres na base. (Quadro 3)

No caso do SEC, a baixa participação das mulheres nas assembleias não se deve ao pequeno número de mulheres na base, pois dos sindicatos pesquisados é o que tem mais mulheres na base territorial.

Sobre a participação das mulheres em assembleias, alguns sindicalistas colocaram durante as entrevistas que, de forma geral, há uma tendência à diminuição da participação dos trabalhadores nas assembleias, ocorrendo maior expressividade quando se tratam de campanha salarial, paredeiro e greves. Ou então, conforme nos relataram os presidentes do SINDIALCOOL, do SINTCON e da APEOESP que, quando as assembleias ocorrem no local de trabalho há uma boa participação, caso contrário, vive-se, via de regra, o esvaziamento.

Poderíamos pensar que, os sindicatos, de forma geral, não possuem muitos exemplos para avaliar a participação dos trabalhadores, já que, os encontros com a base acabam ocorrendo, em situações extremas, como a discussão que envolve a permanência de empregos e salários. Por outro lado, isso demonstra que o sindicato não tem procurado se aproximar dos trabalhadores, já que alguns deles, não dependem da contribuição voluntária dos trabalhadores para sobreviverem.

Por mais que alguns sindicalistas admitam que, há participação maior das mulheres ou dos homens nas reuniões e assembleias organizadas nos dias e horários em que, na

maioria das vezes a mulher tem de exercer sua jornada doméstica, podemos ver que, as mulheres assim como os homens trabalhadores, não participam de assembléias em que se discute questões políticas de âmbito geral. Até mesmo porque, além da questão dos horários, as pautas das assembléias assim como as do jornal do próprio sindicato são organizadas pela diretoria, sem a presença de trabalhadores.

Em contrapartida a isso, quando questionamos as trabalhadoras se sabiam qual o dia das assembléias realizadas pelo sindicato, cerca de 60% desconheciam, até porque, como vimos, os próprios sindicalistas apontaram a não-regularidade das assembléias realizadas com a base.

Da mesma forma, quando questionamos se as trabalhadoras participam das assembléias, cerca de 31%, das 135 trabalhadoras abordadas, disseram que participam, com destaque para as trabalhadoras do SIEMACO, onde dos 30 questionários aplicados, 20 mulheres (66,7%) responderam que participam das assembléias. No entanto, assim como a maioria das outras mulheres pesquisadas, essas também não sabiam o dia da semana em que as assembléias são realizadas.

2.7- O Sindicato é Masculino?

Dessa forma, vemos que os sindicatos de Presidente Prudente têm se portado da mesma forma que o movimento sindical em geral, incorporando em seu universo de ação política, as reivindicações corporativistas e imediatistas.

Além do que, conforme visto, as discussões que ocorrem entre a base e a diretoria, geralmente antecedendo uma greve ou durante a mesma, na luta por melhores salários, acabam alcançando os objetivos de reunir um número considerável de trabalhadores. Mas, no geral, como constatamos durante as entrevistas junto às sindicalistas, tem havido um esvaziamento nessas assembléias e mesmo admitindo que a participação, de forma geral, tem sido baixa, as diretorias não têm procurado saber as causas desse desinteresse dos(as) trabalhadores(as).

Outra situação encontrada nos sindicatos está relacionada ao tipo de subordinação que as mulheres têm sido expostas e que está colocada implicitamente no interior dos sindicatos, que é a questão das formas de manipulação nos direcionamentos de assuntos que

dizem respeito à suas demandas de mulher-mãe-trabalhadora.

Mas isso passou a mudar quando, de acordo com SOUZA-LOBO (1991), da Convocação do 1º Congresso das Operárias na década de 80⁴³ que, ao invés de ser considerada como renovação das práticas sindicais, acompanhando o momento de efervescência do novo sindicalismo, se tornou o movimento de eclosão das operárias. Ou seja, o objetivo do congresso foi desviado para ouvir as reivindicações das operárias, cansadas da indiferença e manipulação por parte do sindicato e da discriminação do patronato. O que levou a direção sindical à organização do congresso inicialmente, foi à liberalização da lei sobre a legalização do trabalho noturno para as mulheres e isso na visão da bancada masculina, poderia ocasionar maior concorrência e a ocupação pelas mulheres de cargos, que eram somente ocupados pelos homens. Atrélado a isso, havia o medo, segundo SOUZA-LOBO (1991), de que o Congresso se tornasse um Congresso feminista. Porém, como o movimento sindical estava numa fase de reorganização, realizando grandes greves e ações de massa, era interessante e natural à consulta às bases trabalhadoras.

Daí a finalidade do congresso, pois apostavam no apoio das mulheres para negação de tal lei, pois o discurso da bancada masculina era de que, estava em jogo a própria saúde das mulheres e sua sobrecarga de trabalho, haja vista que ao chegarem em casa depois do trabalho noturno, teriam ainda que aprontarem marido e filhos para o dia de trabalho e escola respectivamente. Aqui fica evidente, segundo a autora, qual o verdadeiro motivo da organização do evento, pois o que mais motivou o congresso foi a existência da divisão sexual do trabalho presente no meio sindical, no momento em que havia o medo dos cargos masculinos serem ocupados pelas mulheres.

Mas a discussão deste problema da divisão sexual do trabalho, ficou na verdade para segundo plano, pois o que veio à tona com o Congresso, foi à consciência coletiva da discriminação sofrida pelas mulheres no dia-a-dia de trabalho. O ponto central do Congresso, foram as reivindicações em torno das questões específicas como mulher-mãe-trabalhadora. Mas apesar dessas reivindicações terem sido colocadas como pauta, as mulheres, ao não apoiarem o exercício do trabalho noturno exercido por elas, reafirmaram, segundo SOUZA-LOBO (1991), a unidade-identidade do movimento, contradizendo as suas posições ideológicas. Pois na verdade,

⁴³ Trata-se do congresso das Operárias da Metalurgia de São Bernardo do Campo, realizado entre os dias 21 e 23 de janeiro de 1978, organizado pela diretoria sindical, porém sem a presença de nenhuma mulher.

as mulheres queriam que as discriminações sofridas no âmbito do trabalho fossem resolvidas, porém o sindicato, hegemonicamente masculino, ao negarem o trabalho noturno às mulheres, ratificou a discriminação.

Aqui se destaca a relação que as mulheres têm com o sindicato. Estes colocam as diferenças de gênero e as reivindicações específicas imersas na unidade do movimento e aquelas se deixam levar pela vontade de se integrar à luta dos homens e acabam sufocando suas aspirações pessoais em nome dessa unidade.

Dessa forma, ao não transformar o sindicato como um meio usufruído por elas para a discussão e formação da consciência coletiva de discriminação, tratam-no, como uma instância receptora de reclamações⁴⁴, como se fosse independente delas e que cabe ao sindicato resolver os problemas por elas. Essa posição também é reforçada pela própria atitude do sindicato e sua hegemonia masculina.

Para PETRAS (1998), há duas lutas a serem travadas, no interior dos movimentos: a unidade de luta contra o inimigo externo e a luta entre companheiros e companheiras na perspectiva de homogeneizar a condição dentro da classe. Para ele, as mulheres acompanham de maneira igual os homens nas maiores lutas encampadas pelo movimento dos trabalhadores sem-terra, mas após a vitória, a tendência é das mulheres voltarem para casa.

Na opinião do autor, se a mulheres têm o poder de organizar a família é provável que possam liderar movimentos maiores e assumirem a coordenação nacional de acampamentos e assentamentos. Há que se desenvolver uma conscientização dentro dos movimentos, pois no final das disputas travadas entre trabalhadores e a classe dominante, pode-se até alcançar a revolução socialista no movimento, com a presença da questão de gênero. Fica explícita então a importância, da questão de gênero estar presente desde o início da organização do movimento.

As mulheres então devem estar presentes nas negociações de consolidação da luta, pois do contrário, não terão suas reivindicações atendidas, haverá somente a formação e organização do sindicato, do partido, do movimento social, do acampamento, sem a inserção de suas necessidades como mulher-trabalhadora. Deve existir igualdade em todo o processo, senão a luta só reproduzirá essa desigualdade. PETRAS (1998).

Partindo desse pressuposto, nos questionamos o que deve ser feito para que a

⁴⁴ Termo usado por SOUZA-LOBO (1991)

questão de gênero se insira no contexto de lutas do sindicato?

A diminuição do número de trabalhadoras no setor formalizado do mercado de trabalho, ou o fato da maioria dos dirigentes (homens e mulheres) não ser favorável à política de cotas, seria o motivo de não incentivar outras trabalhadoras a se inserirem no sindicato?

O não incentivo se mostrou claro no depoimento do presidente do STIAC quando questionamos sobre a inserção da questão da mulher na pauta do jornal, no sentido de incentivar a participação da mulher no sindicato, foi declarado que não tem havido essa preocupação por parte da diretoria.

Através dessa pergunta feita a todos os entrevistados, obtivemos certo consenso por parte dos diretores e diretoras cujos sindicatos possuem jornal próprio, pois declararam que “se lembram” das mulheres no dia 08 de março, quando prestam homenagem a elas, mas não como trabalhadora, como companheira de luta e membro da classe trabalhadora. Mas essa homenagem acaba, de certa forma, reforçando a divisão sexual do trabalho, onde às mulheres cabe a função de mãe e ao mesmo tempo gestora do lar, por isso lembrada como batalhadora e merecedora da homenagem.

Percebemos que as homenagens destinadas às mulheres têm um sentido não-classista, ao reforçar o papel da mulher como mãe e como “rainha do lar”, mesmo que trabalhem fora para ajudar no sustento do lar e acabam assumindo a dupla jornada de trabalho. Muitos sindicatos chegam a distribuir rosas e brindes às mulheres trabalhadoras, num ato de reconhecimento por serem responsáveis pela reprodução dos seres humanos.

Essa atitude é também percebida nos depoimentos dos presidentes que acham ser uma “benção” natural o fato da mulher, pois conseguem dar conta da dupla jornada de trabalho, quando desempenha qualquer atividade assalariada. Além de ficar claro que, o fato de ser mulher, parece ser um silogismo, ou um fato natural, de que ela terá o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos, como sendo de sua responsabilidade.

Apesar de três destes sindicatos terem sua base formada majoritariamente por mulheres (APEOESP, SSM e SIEMACO), não tem havido, segundo as próprias sindicalistas, artigos nos jornais sobre a conscientização da participação da mulher nos sindicatos. Fato observado nos jornais pesquisados, que mesmo no mês de março, onde normalmente é feita a homenagem às mulheres, não tem quase referências ao dia das mulheres.

O presidente do SINDIALCOOL, assumiu que seria uma impertinência a

existência deste assunto em seus boletins, pois para ele o jornal destina-se às questões conjunturais e também porque na sua categoria o número de mulheres é muito baixo e que não haveria a necessidade de dedicação de matérias específicas à elas.

O sindicato e seus dirigentes então apóiam e lutam somente por questões mais emergenciais, se despreocupando dos assuntos que se distanciam da luta por salário, manutenção no emprego e cestas-básicas.

Assim, apesar das mulheres terem participado nas lutas sindicais da década de 70 e 80, nas greves e manifestações, ARAÚJO (2000) reafirma que ...

...ao encaminhamento de suas demandas específicas, pode-se dizer que tanto o velho como o novo sindicalismo compartilham de uma tradição cultural machista, que se manifestava nas práticas e representações paternalistas ou segregacionistas em relação à mulher trabalhadora por parte do conjunto dos diretores e militantes sindicais. (ARAÚJO, 2000, p. 314)

Nesse sentido, a questão que se coloca é: como lidar com a dupla jornada de trabalho e com a segregação no ambiente de trabalho e no ambiente sindical, que a impedem a mulher de atuar no meio político? Se a atitude dos sindicalistas de forma geral, ao reivindicarem direitos para as mulheres é sempre ligados a questões de reprodução e da mulher como trabalhadora, restringindo dessa forma a potencialidade política da mulher.

Diante das questões apresentadas e de todas as leituras realizadas, podemos observar a “acusação” de empresários que argumentam que o fator reprodutivo seria o maior empecilho para a mulher ascender na vida profissional. O fato de gerar filhos se tornou um fardo a ser carregado para o resto da vida, pois com ela vem também a responsabilidade de mãe (de potenciais trabalhadores). Com isso criam-se imagens e estigmas, de que determinadas funções são destinadas para as mulheres, geralmente menos valorizadas e remuneradas. Cria-se uma barreira para a contratação das mulheres, com a desculpa de que na gravidez, o empresário pode ter prejuízo, seja pelo custo de sua saída no período da licença maternidade ou pelo medo de que caberá a ele o pagamento do salário da mulher durante sua ausência.

O direito de reprodução da mulher se torna então um encargo tão ideologicamente infiltrado em suas cabeças, a ponto dela própria acreditar nisso e se submeter aos empregos oferecidos e as condições exigidas para exercê-lo?

Por outro lado, vemos que o movimento sindical, tem tido na reprodução, sua

base de luta para conseguir direitos, como o direito de creches, o direito da gravidez, etc. Ajudando de certa maneira a criar um estigma em torno do fato da mulher vir a se tornar mãe, fazendo parecer essa função como a única, que pode ser exercida pelas mulheres criando então uma forte carga ideológica de patriarcalismo.

Vemos que no meio sindical, muitas das respostas, às perguntas sobre a questão da participação da mulher no meio político e sobre suas questões específicas de gênero, se voltam para a cobrança e exigência de que as mulheres devem se mostrar capazes para continuarem no sindicato.

As discussões a respeito da participação da mulher, no mundo político brasileiro, de forma geral, ganharam forte impulso na década de 80, sendo contemporâneo do surgimento do novo sindicalismo, indicando a potencialidade que este sindicalismo possui de incorporar em sua pauta de lutas questões relativas ao mundo do trabalho além do salário, o que de certa forma consolidou-se, por exemplo, na política de cotas da CUT. Tal política nasceu com o intuito de incentivar a participação da mulher nos sindicatos, cuja presença, como já dito, é ínfima se compararmos com o número crescente de mulheres atuantes no mercado de trabalho.

E foi com esse mote que teve início a discussão no âmbito sindical e que acabou desencadeando a criação da Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora (CNMT), em 1986, durante o II Congresso da CUT.

Importante colocar que uma polêmica circundou toda a discussão acerca da política de cotas, assim como a própria criação da Comissão, pois, enquanto alguns defendiam a idéia de que as propostas seriam interessantes para o incentivo à maior participação da mulher no meio político, outros defendiam que, as propostas tinham uma característica de assistencialismo e uma concessão no meio político, para a ocupação das mulheres.

Independente disso, algumas sindicalistas⁴⁵ apontam a utilização das mulheres, como massa de manobra nas principais discussões que dizem respeito à inserção da mulher no meio político, ficando demonstrado o enraizamento das relações de poder entre os gêneros. No sentido apontado por SAFFIOTI (1987), da subordinação da mulher em relação ao homem, socialmente construída e lapidada ao longo da história.

⁴⁵ Mais detalhes ver: BRUMATTI, 1999.

2.8 -A relação de poder mulher/sindicato

Apesar de algumas relações serem desenvolvidas no interior dos sindicatos, com nítido recorte de gênero, no tocante a determinação das funções exercidas pelas mulheres, bem como as políticas a que o sindicato deve lutar, com caráter protecionista/assistencialista para as mulheres, não tem havido a mínima politização acerca dessas questões no interior dos sindicatos. Eles não estão instrumentalizados politicamente para lidar com a questão de gênero no seu interior e na sociedade. O diferente é tratado de maneira igual, não que tenha que ser tratado de maneira diferente, mas cada gênero apresenta suas especificidades e seria importante que as diferenças permanecessem e que sejam tratadas de forma diferente.

No que se refere às questões levantadas, pudemos perceber, independente do sexo, a falta de afinidade e domínio sobre a maioria das questões, como a política de cotas da CUT e a dupla e a tripla jornada de trabalho.

E o que é interessante é que, enquanto algumas mulheres colocaram que “as mulheres é quem devem se dispor” a participar, mas se esquecem de que são mulheres e trabalhadoras como as mulheres/trabalhadoras da base, se colocando como se estivessem em situações opostas e ocupando espaços diferentes.

No caso dos presidentes, percebemos que em várias situações demonstravam que o sindicato era seu, ao falarem que não cumpriam a cota porque não conheciam mais mulheres para compor as diretorias. Mas em outras situações, os mesmos pareciam não perceber, que o fato de ser sindicalista, poderia estar incentivando a inserção das mulheres nos sindicatos, não apenas para cumprir as cotas, mas que essa inserção fosse permeada pelas discussões que conscientizassem-nas, do ponto de vista da classe e do gênero.

Nesse sentido é que percebemos que, no caso específico da mulher, os dirigentes, não tem sabido agir, até pelo fato de que não tem conseguido ver no sindicato, um mecanismo de conscientização e de discussão com a base, sobre a maior inserção da mulher nos sindicatos.

Além de não se vislumbrar o papel do sindicato, na criação de mecanismos, onde a mulher trabalhadora pudesse ter onde deixar seus filhos enquanto trabalha. E de que deve haver alguma forma de alívio da dupla jornada de trabalho, pois segundo o presidente do STIAC, deveria haver algum “meio” para melhorar as condições de trabalho das mulheres. Pois assim as

mulheres recebendo uma melhor remuneração pudessem pagar alguém que lhe ajudasse nas tarefas domésticas, liberando-a dessas funções e assim atuar de forma mais presente nos sindicatos.

Ficando demonstrado que, apesar de em alguns momentos, os sindicalistas saberem das dificuldades das mulheres em se inserirem nos sindicatos, em outros momentos, isso se dispersa no discurso de que cabe à mulher, conseguir se inserir nos sindicatos.

Também fica demonstrado que, de acordo com as respostas dos sindicalistas, que no meio sindical não se discute questões específicas de gênero. E quando questionado sobre esses assuntos “tabus” e em como inserir a questão de gênero no meio sindical, ou como estar incentivando a inserção da mulher no sindicato, seus dirigentes acabam sempre encontrando um “culpado” pelo problema. Dessa forma, cabe a mulher resolver o problema do machismo ou a dupla e tripla jornada de trabalho, para poder atuar com tranquilidade no meio político.

Outra questão que fica demonstrada com as atitudes de boa parte dos sindicalistas, é de que, quando lhes convém, apresentam um discurso de apoio a “causa” das mulheres, porém vemos que na maioria das vezes o apoio fica explícito apenas no nível do discurso.

Além de que, há ainda no meio sindical, a presença muito forte da postura de alguns dirigentes, que apóiam determinada proposta, com a intenção de demonstrar uma postura de abertura ao diálogo. Porém na maioria das vezes, esse apoio fica apenas no nível da aparência.

Apontamos isso, conforme SARTORI (2001), nos coloca que, se a votação da política de cotas tivesse sido secreta, ela não teria sido aprovada. Porque segundo ele, publicamente não há como não votar a favor nesse tipo de política, até mesmo porque, dos delegados votantes de tal proposta, 75% deles eram formados por homens.

Para ele o discurso, esconde a vontade dos sindicalistas, assim, na aparência não está explícita a essência, pois a realidade é bem outra. Muitos dos delegados presentes no Congresso da CUT, votaram a favor, porque entenderam a importância da política para as mulheres. Porém o que mais surpreendeu foram as atitudes das mulheres em resistir na votação em seu favor. Pois segundo o autor, as mulheres argumentaram que nessa iniciativa da CUT, pode haver manipulação de algumas mulheres, além de ser uma atitude artificial, pois para elas, o processo de incorporação ao meio político, deve ocorrer de maneira natural.

Essa situação nos remete à reflexão de HTUN (2001), de que a mulher quando

eleita para cargos políticos, na maioria das vezes, não foi por meio de campanha sobre a discriminação da mulher e sim pela filiação partidária. Ou seja, as mulheres têm demonstrado que, quando alcançam postos privilegiados na sociedade, não foi devido a sua luta pela questão de gênero, porque na opinião da autora essa causa nem sempre tem sido motivo para seu sucesso político. Dessa forma essas mulheres, não têm tido a preocupação de se voltarem para as questões que envolvem as mulheres mais humildes e sofridas da sociedade.

Assim, podemos pensar nas relações de poder que permeiam o meio sindical, reproduzindo a relação de poder representada na sociedade pela autoridade do homem capitalista. Porém essa relação de poder, pode tomar outras conotações, no interior da relação entre indivíduos do mesmo sexo e classe social.

Em pesquisa recentemente realizada, verificou-se que nas eleições proporcionais em que a política de cotas foi implantada, mesmo que muitas mulheres participavam apenas para preencher o requisito mínimo de inscrição de mulheres, houve crescimento do número de vereadoras eleitas, enquanto que nas eleições majoritárias, onde que não houve aplicação da política de cotas, não se registrou crescimento de mulheres eleitas. COSTA (2001).

Mas devemos também considerar que, como coloca COSTA (2001), o fato de mulheres estarem na política não as tornam iguais entre si e nem as mulheres na política se tornam melhores, o fato é que "... o gênero não é dado apenas pelo sexo, mas como vivemos esta condição a qual está relacionada com a experiência de classe, raça, etnia, idade, etc...". (COSTA, 2001: 221).

SAFFIOTI (1987), nos aponta que a atitude de poder pode provir tanto de homens como de mulheres, pois apesar da sociedade determinar que são os homens que devem usar da racionalidade e da força para impor sua vontade, muitas mulheres também se comportam de maneira masculina.

Ao exigir de outras mulheres que elas devem se impor na sociedade e no sindicato, buscando seus espaços de atuação e supostamente se impondo na família para poderem atuar no sindicato, pode merecer congratulações, porém a atitude dos sindicalistas, homens e mulheres, de achar que deveria partir do gênero subordinado na sociedade, a resolução dos problemas para atuarem na política, acabam sendo uma atitude cômoda aos representantes da classe trabalhadora.

Nesse sentido, podemos pensar como construir a emancipação da sociedade para

além do capital se a questão de gênero não tem sido tratada com a devida atenção e dedicação por parte dos sindicalistas e destes com a base, ao contrário vemos que as próprias mulheres sindicalistas não têm tido a visão que, como líderes, são formadoras de opinião e de consciência.

COSTA (2001) coloca que, no caso da questão partidária, não tem havido a preocupação de se estruturar uma organização suprapartidária de mulheres, pois muitas das candidatas a cargos eletivos não são votadas nem pelas próprias mulheres, pois as próprias mulheres não dão credibilidade à outras mulheres e sempre cobram mais eficiência e comportamento masculino na suas ações.

Assim, infelizmente, a noção da construção social da divisão sexual do trabalho, permeia a consciência do universo sindical, pois o sindicato é uma organização que tem cada vez mais se distanciado em seus objetivos de luta em defesa do trabalhador. E a questão de gênero tem concretamente sido eliminada do sindicalismo e por parte das próprias mulheres sindicalistas, tem-se uma atitude reproduzida da sociedade, onde as mulheres se vêem apenas como mulheres, fruto da construção social, onde prevalece a competitividade e, conseqüentemente, a atitude de que, cada qual consiga sozinha alcançar seus objetivos.

OLIVEIRA (1994) aponta que o modelo de sindicalismo corporativista continua a predominar na maioria dos sindicatos, apesar do movimento das greves e das mobilizações nas décadas de 70 e 80 serem considerados um avanço organizativo, os sindicatos não romperam com os limites legais, mesmo com a criação das centrais sindicais, que a despeito de significarem uma tentativa de superação da divisão categorial-corporativista existente, não lograram êxito dado o apego das centrais ao legalismo institucional que as impulsionou para um corporativismo do tipo societal, limitando sua esfera de atuação aos trabalhadores formalmente vinculados ao mercado de trabalho.

O sindicato não possui o cabedal para interpretar as diferentes processualidades ocorridas na sociedade e reproduzidas no seu interior. Seus representantes têm se mantido em estado de letargia ao não acompanharem as mudanças ocorridas, com a introdução de novas formas de gestão do trabalho, onde os trabalhadores não são representados.

Além de que, com essas mudanças na forma de gerir a produção, têm sido criadas formas de trabalho, onde as mulheres, como já dito, se inserem cada vez mais, mas de forma quase sempre precarizada. Por um lado, pela exclusão de outros espaços, fortemente apoiados pela discriminação sexual e salarial das funções e por outro, pela falta de condições de

apoio na dupla e tripla jornada de trabalho.

O sindicato não se tornou uma escola de socialismo, como queria Lênin e assim falta astúcia para resolver da melhor maneira o problema das perdas trabalhistas, do desemprego e da segregação, principalmente em relação às mulheres e os negros, na luta pela inserção no mercado de trabalho e assim serem representados pelos sindicatos.

Percebemos então que, a maior presença das mulheres nas diretorias, se localiza naqueles sindicatos onde a base também é formada hegemonicamente por mulheres. E que muitas diretoras pertencem à dada categoria que a permitem empregar uma outra pessoa para exercer a função doméstica. Dessa forma, podemos, entender a falta de sensibilidade de algumas diretoras, que se posicionaram no sentido de que deve partir da mulher o ato de ingressar no sindicato, já que não vivenciam a dupla jornada de trabalho.

Das nove diretoras entrevistadas, somente as diretoras do SSM, são as que estão mais interagidas com a questão de gênero nos sindicatos, pois suas respostas sempre foram no sentido de complementar a entrevista, com informações de nível nacional. E assim, foram as que mais defenderam a política de cotas, apontando ser uma política afirmativa e que por isso deve mesmo ser implementada.

Aquelas que desconheciam a proposta acharam a política irrelevante, pois para elas, a atuação no sindicato deve ser qualitativa e não quantitativa, com as mulheres se inserindo de acordo com sua iniciativa e vontade de contribuir para o sindicato.

Porém, em concordância ao posicionamento tomado por estas sindicalistas podemos inferir que, apesar das conquistas políticas das mulheres ao se inserirem no poder, elas acabam muitas vezes reproduzindo a divisão sexual do trabalho ao se dedicarem às questões sociais do sindicato. Mas, aos poucos essa divisão pode ir se modificando com a atuação do homem também nessas políticas sociais, ao mesmo tempo em que as mulheres comecem a atuar nas políticas econômicas.

Da mesma maneira achamos que a maior inserção de mulheres nos sindicatos possa dar um direcionamento às questões discutidas no seu âmbito, mesmo levando em conta que HTUN (2001) coloca, que o uso da cota depende das instituições e do compromisso partidário, além de que questões como igualdade e discriminação sexual talvez não estejam, conforme já visto, nas prioridades das mulheres que se elegendem.

Assim sendo a política de cotas, não é suficiente para a maior discussão de gênero no meio político, mas deve vir associada de discussões de conscientização com a diretoria e com a base trabalhadora. E também deve ganhar outras dimensões da sociedade do trabalho e da sociedade de maneira geral, como os diversos movimentos sociais de luta pela terra, por moradia, etc.

De fato a política de cotas seria a ponta do *iceberg* de uma discussão mais ampla que poderia ocorrer no interior dos partidos, sindicatos e demais instâncias da sociedade organizada.

2.9-As Mulheres Reafirmam a Questão de Gênero?

Como vimos, as mulheres têm sido obrigadas a se empregarem em trabalhos temporários, parciais, ocupando espaços pela exclusão de outros espaços.

Mas se não fossem as conseqüências sociais desse tipo de trabalho, como a falta de carteira de trabalho e apoio sindical e se não estivéssemos em uma sociedade dominada pelo pensamento patriarcal, de impor as funções sociais segundo o sexo, com maior peso para as mulheres, estas poderiam aproveitar o tempo livre para realizarem outras atividades, nas quais não estivessem sob o comando dos homens das fábricas ou o senhor da casa.

PADILHA (2000), observa que a sociedade do metabolismo do capital, tem colocado o tempo livre, como fins de semana e feriados, à ida aos *shopping centers*, a áreas de consumo. O dia de descanso tem levado ao consumo. Há o surgimento de um tipo de comércio, para as horas livres da subjugação direta ao capital, a indústria das horas-livres.

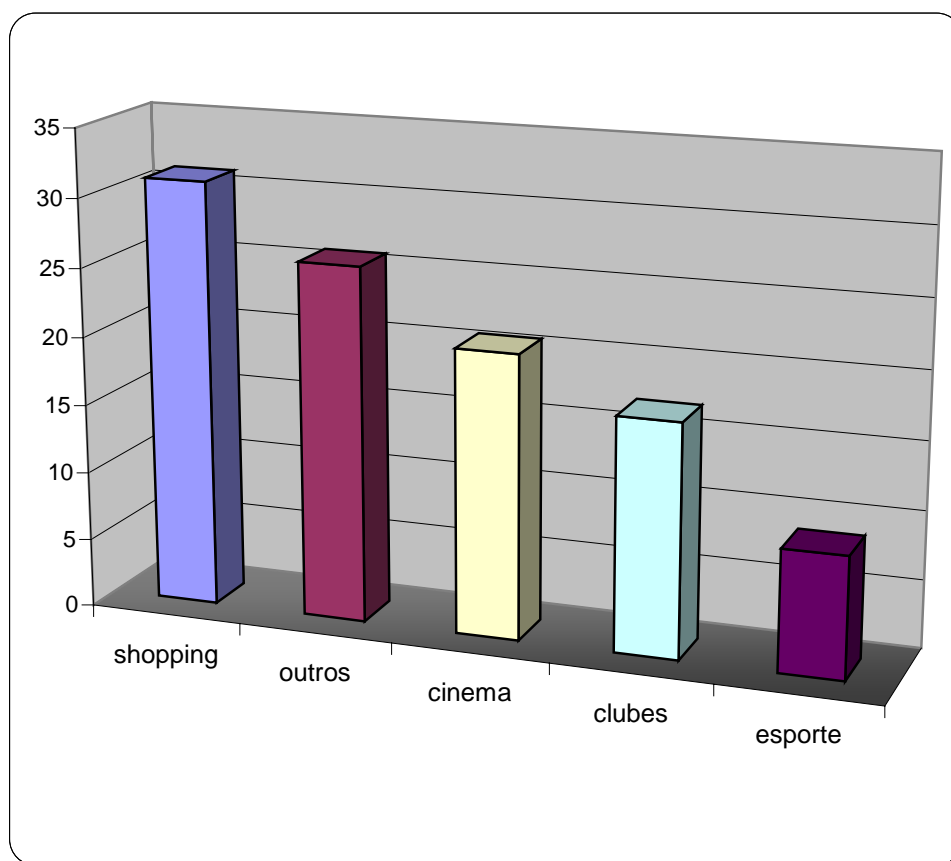
Já ponderava ANTUNES (1999), que a realização das tarefas deveria partir do pressuposto de se produzir o suficiente para a manutenção de necessidades básicas, ou seja, o tempo de trabalho seria despendido de acordo com a produção de coisas socialmente úteis. E o lazer deve vir desacompanhado de caráter mercantilista, com o sábio uso do tempo para exercitar corpo e mente, através de passeios culturais, dedicando boa parte do tempo da vida para preenchê-la de sentido.

Nesse sentido, quando questionamos as trabalhadoras, se realizam atividades de lazer, tivemos uma configuração de 54% delas que afirmaram ter com frequência atividades de

lazer, enquanto que 45,9% afirmaram não ter nenhum tipo de lazer.

Porém, conforme o Gráfico 11 percebemos que, lazer para as mulheres pode estar ligado às atividades de consumo, já que vemos que a alternativa que esteve na prioridade das respostas, foi a ida a *shoppings centers*, com 31,1% das alternativas. Enquanto que a atividade de lazer propriamente dita, como as atividades de esportes, comparece na última opção das mulheres pesquisadas, com cerca de 8,8%.

Gráfico 11 - Atividades de Lazer das Trabalhadoras (%)

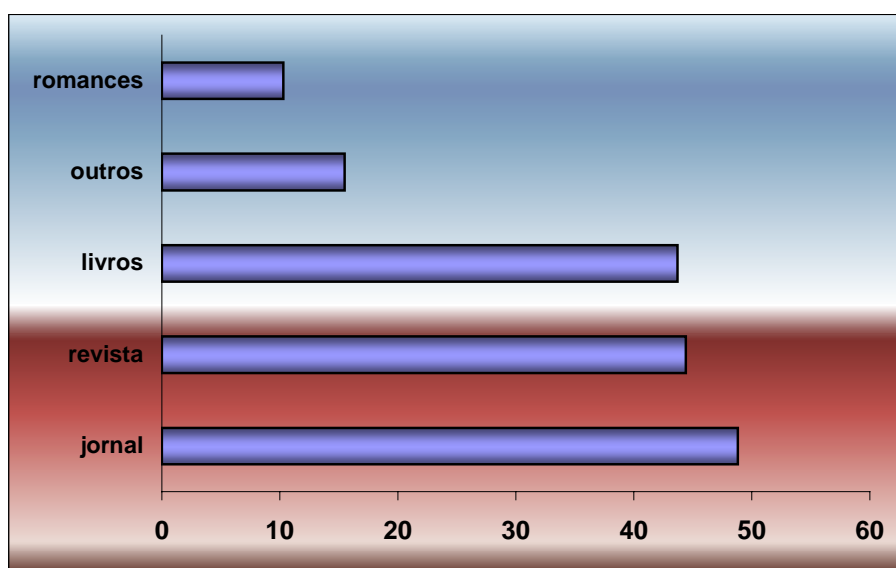


Fonte: Pesquisa de Campo, 2002.

Ainda como tentativa de verificar quais atividades as trabalhadoras realizam no tempo livre, questionamos se tem havido o interesse das mulheres por leituras. Percebemos que, um total de 77,7%, disseram que realizam algum tipo de leitura e em verificação ao tipo de leitura

realizada, percebemos que as leituras preferidas estão assim distribuídas: 48,8% que preferem a leitura de jornais, 44,4% são de revistas, 43,7% de livros, 10,3% de romances e outras leituras somam cerca de 5,5%, conforme Gráfico 12.

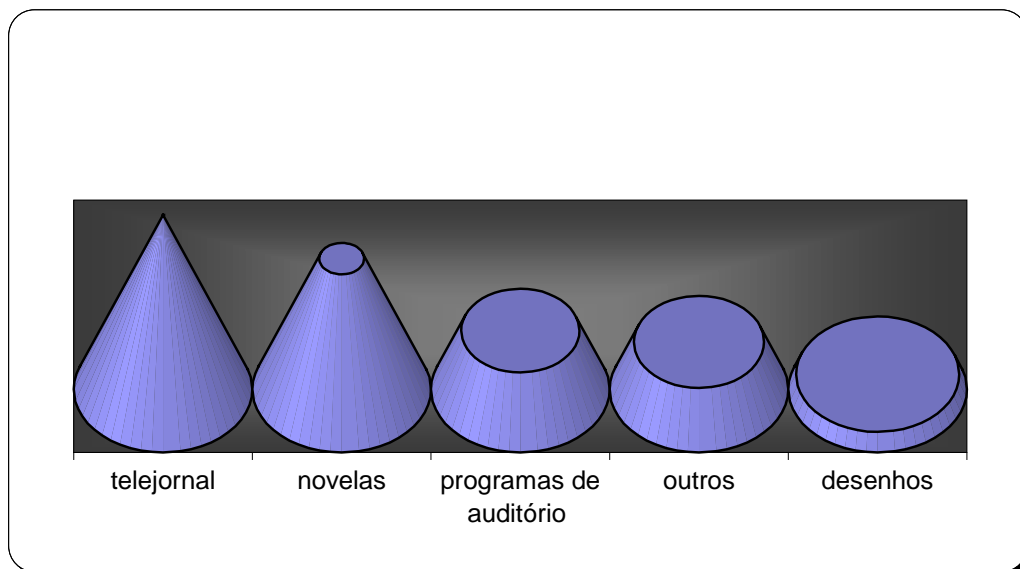
Gráfico 12- Leituras Realizadas pelas Trabalhadoras (%)



Fonte: Pesquisa de Campo, 2002.

Percebemos de acordo com o Gráfico 13, que a maioria das mulheres têm assistido à televisão para ocupar o tempo livre e somente 5,92% disseram não assistí-la. E a preferência está entre as que preferem assistir à telejornal 68,1%; 51,1% que assistem novelas; 22,9% que assistem a programas de auditórios; 18,5% que preferem outros programas e apenas 5,92% que assistem a desenhos animados.

Gráfico 13- Tipos de Programas Assistidos Pelas Trabalhadoras(%)



Fonte: Pesquisa de Campo, 2002.

Percebemos de acordo com os Gráficos apresentados, que as mulheres demonstram serem levadas pelo consumismo, ao declararem que gostam de freqüentar *shoppings centers*, mas também têm procurado se interagir com o mundo, ao declararem que assistem a telejornais e na leitura de jornais, livros, revistas, etc.

Nesse sentido, colocamos que a luta das mulheres para se inserirem no meio político, deveria vir acompanhada de embasamento teórico municiado pelos cursos de formação política sindical, no sentido de dimensionar um problema que está intimamente ligado ao cotidiano de ambos os sexos. No momento em que a mulher se insere no mercado de trabalho, esta se subordina duplamente, já que a subordinação ao trabalho doméstico e o cuidado com filhos e maridos, é fato inerente à mulher de classe social pobre, e quando busca através do trabalho assalariado, melhorar sua condição de vida e de sua família, seja como renda complementar à família ou como a fonte principal, ocorre o processo de dupla subordinação. Sendo assim, a questão da sua inserção no meio político está ameaçada pela dupla subordinação e dupla jornada de trabalho, já que no âmbito do lar não há uma divisão sexual das tarefas mais justa para a mulher.

O sindicato, como vimos por seus problemas estruturais, acaba impedindo a aproximação dos trabalhadores e sindicatos, no momento em que é a partir do Estado e independentemente da vontade dos trabalhadores que o sindicato sobrevive financeiramente. Assim, o Estado é o seu gestor, desde o caráter financeiro como organizacional, vide a existência da unicidade sindical.

Nesse caso podemos entender porque muitos sindicatos se mantêm, com baixíssima taxa de sindicalização, acomodando-se na arrecadação prescrita pela investidura sindical e receptor da contribuição compulsória sindical.

Nesse ínterim, os trabalhadores que se inserem nos trabalhos precários e informais que não são representados pelos sindicatos, cuja maioria são formados pelas mulheres, não têm a possibilidade de serem representados pelo sindicato, pela sua limitação institucional. Por outro lado, o sindicato não pode arrecadar contribuição destes trabalhadores também, lembrando que o montante arrecadado, pela parte formalizada dos trabalhadores, tem contribuído para a manutenção dos sindicatos e também para a permanência dos sindicatos de carimbo, assistencialista, etc.

O sindicato deveria buscar alternativas de discussão com sua base trabalhadora e na própria diretoria, para que a questão de gênero, possa fazer parte da pauta de discussões ordinárias. Juntamente com as questões de caráter permanente e emergencial, como as questões salariais e para além da relação de trabalho e de vínculo empregatício. Pois conforme vimos, a inserção da mulher nesse ambiente sindical é dificultada por dois motivos: a inserção em empregos precários, cuja representatividade o sindicato não abarca, e também pela reprodução das relações de gênero no meio sindical, em que cabe a mulher a função de provedora do lar, abarcando com isso a tripla jornada de trabalho.

Há a perspectiva de que essas questões possam ultrapassar o campo sindical, quando se obtiver amadurecimento de propostas que busquem igualdade do gênero nos diversos segmentos sociais.

A luta das mulheres deveria ser no sentido da emancipação da classe e avançando no questionamento da necessidade da própria inserção e subjugação ao mercado de trabalho. Nesse sentido, nos questionamos se seria por meio do sindicato que se avançaria nisso?

Seria pela inserção no mercado de trabalho, tornando-se subjugados no momento do ingresso do mercado de trabalho e portanto alienados de sua condição, o meio de

buscar melhorias da qualidade de vida ou pela inserção nos sindicatos e na luta por empregos, salários, uma luta que permanece sob a perspectiva do trabalho?

Ou seja, as reivindicações dos trabalhadores têm sido as de continuarem sendo mão-de-obra para o capital, pois somente assim o trabalhador se sente um ser social. Pois, o trabalhador, ontologicamente é um ser físico, somente se está inserido no processo de produção e através, disso, ele luta por meio dos sindicatos no qual estão filiados, em defesa de melhores condições de vida, porém dentro do esquema imposto pelo capital.

A partir do que foi exposto, podemos tecer algumas considerações a respeito do estigma que se criou em torno da mulher na sociedade capitalista, na medida em que as relações já existentes de subordinação da mulher ao homem foram apropriadas, com o capitalismo. E para que houvesse a legitimidade perante a sociedade, o sistema de metabolismo do capital tem se utilizado de seus aparelhos ideológicos para perpetuarem essas relações.

Portanto, com esses estigmas criados, a mulher interioriza sua incapacidade de ser inferior que deve receber ordens do pai, do marido e do capitalista. Dessa forma, são educadamente orientadas para servir e cuidar. As mulheres têm ocupado as funções no trabalho assalariado que exigem esses atributos que foram lapidados ao longo do seu processo de educação. O problema é que, as funções têm sido cada vez mais precarizadas, sem seguridade alguma.

Quando inseridas no sindicato, as mulheres têm sido muitas vezes alvo da subordinação do homem, quando no sentido de cumprirem a cota proposta pela CUT, as mulheres ocupam as funções secundárias de secretaria, por exemplo. Assim, mesmo sem a distribuição do poder do sindicato com a mulher, o sindicalista cumpre a cota, numa política de boa disposição à inserção da mulher nos espaços dos sindicatos, porém demonstrando que o estigma em torno da mulher, também se expressa nas configurações territoriais do sindicato. Com as mulheres ocupando cargos de secretárias nos sindicatos majoritariamente masculinos e a presidência apenas nos sindicatos formados pela maioria feminina, que são o SSM, APEOESP, SIEMACO, conforme apontado no Quadro 6.

Vemos que as poucas mulheres sindicalistas têm tentado, conquistar seu espaço, no espaço hegemônico do homem sindicalista, mas com muitas dificuldades. Dificuldade de inserção e permanência, por conta da tripla jornada de trabalho e dificuldade de fazer um sindicalismo voltado para a questão de gênero. Além da própria dificuldade de ver/fazer da tripla

jornada de trabalho, um trunfo na busca de interlocuções com as trabalhadoras da base e por meio de relações com outros mecanismos que possam auxiliar na própria politização das trabalhadoras, sobre a questão de gênero permeada com a questão de classe.

Mas da mesma forma que as mudanças nos padrões familiares com o fim da família nuclear e a crise do patriarcalismo, com a inserção da mulher no mercado de trabalho, a inserção no sindicato pode desencadear o rompimento com as relações de poder do gênero masculino sobre o feminino. Na medida em que o poder de mãe-trabalhadora-sindicalista, possa caminhar em um processo de construção de espaços de gênero no sindicato, no trabalho, etc.

E de emancipação do gênero, já que a emancipação da condição de classe, não pressupõe a emancipação enquanto gênero.

CAPÍTULO 3

A SUBORDINAÇÃO DE GÊNERO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

*Para ser humano veja o mundo afinal,
 sempre a beira do abismo.
 O apocalipse now!
 De um lado o racismo do outro o populismo
 Mundo sexista. Mundo chauvinista.
 Tente se reerguer
 Tente se estruturar.
 Olhe para o ser humano e tente nele confiar
 Porque esse é um mundo injusto
 A se autodetonar
 Porque esse é um mundo incerto
 que seus filhos vão habitar...
 Para ser humano, basta ser humano...*

Ira - Para ser humano

Nos capítulos anteriores, pudemos verificar que a forma como a questão de gênero está colocada na sociedade, implica em inserções diferenciadas, segundo o sexo, no mercado de trabalho, nos sindicatos e em diversos lugares da sociedade.

Foi no sentido de verificar como as questões de gênero estão configuradas no espaço do sindicato, que nos propomos a investigar a inserção e atuação da mulher nos sindicatos de Presidente Prudente.

Entendendo que cabe à Geografia, como ciência que busca a interpretação dos fenômenos sócio-espaciais, decifrar qual o papel dos diferentes atores sociais na busca da territorialização de sua luta para uma sociedade para além do capital.

THOMAZ (2000a) coloca que, deve haver o comprometimento da ciência com a causa social, porém o que se tem visto é seu inverso, a ciência a serviço da classe hegemônica, que se apropria do saber em causa própria:

A incorporação do “progresso técnico-científico” é na verdade a adoção do progresso de técnicas capitalistas de produção como um dos elementos de dominação do capital sobre o trabalho. Representa, então, um “progresso” do processo de valorização do capital, a partir do momento que permite incrementar a extração de mais-valia; sendo assim, o “progresso” da ciência no modo de produção deve ser analisado como o desenvolvimento de técnicas que proporcionam o fortalecimento da dominação do

capital sobre o trabalho. Por isso, a tecnologia em si não está contra o trabalhador, mas sim, ela está a favor do capital (THOMAZ JR., 2000a, p.10).

O mesmo autor nos coloca que, a partir do processo de reestruturação produtiva do capital passa a haver profundas mudanças no território e espaço, sendo que cabe a geografia captar as contradições configuradas nesse espaço. Tendo em vista a competitividade e concorrência que se instala, refletindo também em escala menor sobre a classe-que-vive-do-trabalho. Esta porém, se torna cada vez mais polissêmica, pela sua complexidade e por se tornar cada vez mais ampla, com a inserção dos trabalhadores informais, desempregados, sem-terra, divididos em classes e gênero.

É nesse ínterim que propomos estudar a questão de gênero nos sindicatos, tendo como particularidade a inserção da mulher no mercado de trabalho e sua atuação nos sindicatos. Por meio da geografia do trabalho, temos a possibilidade de entender a configuração do processo de metabolismo do capital, transfigurada no embate da relação entre os sexos, permeada pela relação de classe. Entendendo que a relação de poder também permeia a relação entre os sexos, além da relação entre as classes sociais.

A apreensão se voltou, para a percepção que as mulheres têm sobre a questão de gênero nos sindicatos e da jornada tripla de trabalho, ao ingressarem na militância sindical.

Entendemos que as trabalhadoras são alienadas de sua condição de trabalhadora, reprodutora e mantenedora da reprodução da espécie, e que para isso necessita de apoio para suas necessidades de mães-trabalhadoras. O capital se apropria dessa condição, na medida em que não apóia esse processo de reprodução e também não facilita que o mesmo aconteça. Ao contrário, faz com que as funções inerentes à mulher sejam por ela individualmente resolvidas, o que acaba gerando uma certa concorrência entre as próprias mulheres, na sua luta diária para cumprir a dupla e tripla jornada de trabalho.

Veremos neste capítulo que, por meio da ideologia apregoada por meio dos aparelhos do Estado, há uma naturalização da divisão social do trabalho, onde o processo das relações de trabalho e a respectiva hierarquização das diversas categorias, são diluídas provocando a alienação entre os próprios trabalhadores.

No entanto o processo de alienação, segundo MARX (1991), se dá no momento em que o trabalhador é habilitado a existir primeiro como trabalhador e depois como sujeito físico, e para manter-se como ser físico, é preciso que se mantenha como trabalhador, caso

contrário será marginalizado. Porém, esses trabalhadores além de se tornarem alienados do fruto de seu trabalho, os produtos, tornam-se alienados de sua espécie. Assim o reconhecimento de um trabalhador em outro fica comprometido também, na medida em que o trabalho inverte a relação de consciência de sua atividade, tornando um meio para sua existência.

3.1- A Sociedade do Trabalho

Tivemos a oportunidade de verificar por meio por meio do estudo da questão do gênero no meio sindical, a territorialização de uma relação estabelecida pelo processo metabólico do capital. É por meio da expressão desse fenômeno que se percebe a subordinação a que se submetem e são submetidas as mulheres da classe trabalhadora e a classe trabalhadora de forma geral.

Se por um lado existem autores, como CHAÚÍ (1994), que dizem que a busca pela emancipação da mulher não será por meio da inserção no mercado de trabalho, no sentido de que há movimentos de mulheres que reafirmam a ideologia dominante, sem questionar a hegemonia dominante. Por outro lado, ponderamos apoiados nas idéias de LÊNIN (1980), que é pela inserção no mercado de trabalho que se criam condições de melhor entendimento de sua realidade.

CHAÚÍ (1994) aponta, no caso do movimento feminista, que apesar de suas conquistas pela própria inserção da discussão da questão de gênero no meio acadêmico, o movimento não logrou contestar o sistema, já que a luta das feministas, é uma luta pela igualdade ao direito do emprego e liberdade de seu corpo. Igualdade para serem exploradas e de realizarem trabalhos alienados, e de possuir a liberdade de seu corpo, para empregarem onde quiserem.

Mas LÊNIN (1980), assevera que na medida em que as mulheres passam a serem exploradas no ambiente público, apesar de sofrerem a dupla jornada de trabalho, permite que se crie um processo de consciência de classe. Na medida em que, estando em condições que beiram o limite de sua existência, é que então podem passar a perceber a condição em que se encontram e a sua posição no espaço movido pela lógica do capital.

Talvez algumas mulheres só cheguem a essa conclusão apenas como sindicalistas, ou talvez nunca alcancem isso, mesmo com o exercício da terceira jornada de

trabalho, quando ingressam na militância política. O fato é que as mulheres, por meio da inserção no mercado de trabalho assalariado, realizado na maioria das vezes no meio público, ainda que existam trabalhos exercidos no ambiente do domicílio, também, tem a possibilidade de terem contato com lideranças sindicais, com diversos movimentos sociais, etc.

Porém, percebemos que as mulheres, tendo em vista a pesquisa realizada junto às trabalhadoras de Presidente Prudente, tendem a se aproximar do sindicato, em busca de diversas formas de assistencialismo. Isso porque se acostumaram a verem no sindicato o solucionador dos problemas pessoais, como dentista, médico, farmácia, etc. Temos então por um lado, as mulheres que se acostumaram a ver isso nos sindicatos, e os sindicatos por outro lado, se mostraram como exerceedores preferencialmente dessas funções assistencialistas.

Para GUTERMAN (2002), o sindicalismo tem começado a se aproximar das ONGs, na medida em que a luta por empregos e pelo aumento salarial tem sido insuficiente como meio de atrair o trabalhador, até porque onde o sindicalismo não conseguiu avançar, é onde o emprego tem mais aumentado, que é no setor de serviços, onde a sindicalização gira em torno de 5%. Para a autora, o sindicato pode estar se transformando numa grande ONG comunitária, ao realizar cursos de profissionalização, assistência a menores abandonados como o “Projeto Travessia”, organizado pelo sindicato dos bancários de São Paulo. A diferença com as ONGs é de que, segundo a autora, as ONGs não representam interesse de um grupo social.

Dessas questões apontadas, há a questão que deve ser frisada, que é o fato de sair a público, sair do seu meio privado e se relacionar com as pessoas, pois o interior do lar, além de limitar muitas ações, limita as idéias. A convivência direta com a exploração do capital, proporciona, a dupla exploração, porém essa vivência e experiência, são de suma importância para se criar formas de resistência.

O limite vivido com a imposição do capital, na realização do trabalho assalariado, coloca as mulheres em certa situação de igualdade com os homens trabalhadores. Não na igualdade no sentido da exploração de gênero, mas da exploração enquanto classe social. O problema é que ao se inserirem nos sindicatos, na maioria das vezes, incorporam “a luta dos homens”, levando em conta apenas a questão da classe social, não reivindicando questões de gênero. E como base, as mulheres também requerem do sindicato questões de classe, pois sendo assim, as mulheres se sentindo/ficando em iguais condições com os homens, ao lutarem pelas mesmas coisas.

Retomando o que foi colocado, a respeito de que as mulheres não cheguem a ter consciência de sua condição na sociedade de classes, é porque as coisas estão colocadas na sociedade, de uma forma, que faz com que as pessoas não percebam essas sutilezas. No sentido de que, a sociedade está estruturada de forma com que as pessoas não se percebam como trabalhadores e pertencentes de uma classe social. E no caso das mulheres, a situação se agrava com a divisão sexual do trabalho.

Segundo CHAUI (1994) a ideologia tem um papel muito importante nessa questão e é pelos aparelhos ideológicos do Estado, que se disseminam as idéias da classe dominante. Para a autora a ideologia está diretamente ligada à classe dominante. “A ideologia não é um processo subjetivo e consciente, mas um fenômeno objetivo e subjetivo involuntário, produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos.” (CHAUI, 1994, p.78). Os indivíduos não podem perceber que a realidade de classe decorre da atividade de seus membros.

Ainda segundo a autora:

A função da ideologia consiste em impedir essa revolta fazendo com que o *legal apareça para os homens como legítimo*, isto é, como justo e bom. Assim a ideologia substitui a realidade do Estado pela *idéia do Estado* – ou seja a dominação de uma classe é substituída pela idéia de interesse geral encarnado pelo estado. (CHAUI, 1994, p.91)

A função da ideologia é que por meio de seus propagadores possa produzir idéias que confirmem a alienação de que os homens são iguais perante a lei e o Estado, escondendo que o Estado é um instrumento dos dominantes e que a lei foi feita por eles. Para a autora, a idéia de ideologia dos dominados é um contra-senso, na medida em que a ideologia se associa a idéia de classe dominante.

Porém, se contrapondo a essa idéia CARVALHAL (2000a), coloca que a imprensa sindical tem potencial capacidade de elaborar uma contra-ideologia, na medida em que tem um forte potencial de conseguir desenvolver junto aos trabalhadores uma forma de interação e comunicação. Ou seja, a mudança seguiria no sentido da forma e do conteúdo da imprensa, se diferenciando portanto da imprensa burguesa. Como conteúdo expressaria, ao contrário do que tem veiculado tanto na imprensa sindical como na imprensa burguesa, questões vinculadas a diferenciação de classe e no sentido da forma, transformar a imprensa sindical em veículo de comunicação e de sentido dialógico entre as partes. Rompendo também com as formas

deficientes da estrutura sindical, ao trazer a discussão para a ampla camada da população trabalhadora e rompendo com a hegemonia.

Veremos a seguir que é pelo processo de hegemonia da classe dominante e do capital, que tem sido desencadeado o processo de alienação e de estranhamento entre os homens e mulheres trabalhadores.

3.1.1 – O Trabalho Alienante

O trabalho é tido como condição essencial da existência da humanidade, pois através dele que se pode extrair da natureza a manutenção da vida e assim pela intermediação do homem com o meio, tem-se uma dupla transformação. Por um lado, o homem que trabalha é transformado pelo trabalho, uma vez que ele atua sobre a natureza e subordina suas forças a seu próprio ser, por outro, as forças da natureza são transformadas em meios, objetos e matérias-primas. Essa é a essência da relação metabólica que se estabelece entre os homens e a sociedade⁴⁶. “O homem que trabalha utiliza as propriedades físicas e químicas das coisas a fim de fazê-las atuar sobre outras coisas de acordo com sua finalidade” (LUKÁCS *apud* ANTUNES, 1995, p. 123).

Assim, a história da realização do ser social se dá através da produção e da reprodução da sua existência, ato social que se efetiva pelo trabalho. É através do trabalho também que o ser humano se diferencia de todas as outras formas não humanas, ou seja, o trabalho é condição ontológica do ser humano.

Segundo LUKÁCS *apud* LESSA (1996), das três esferas ontológicas: a inorgânica, a biológica e o ser social, este último é que se particulariza pela produção do novo de forma consciente. A categoria trabalho é a protoforma primária do agir humano, cuja finalidade é a reprodução, apesar da reprodução requerer outros tipos de ação, sem o trabalho as atividades humanas não seriam possíveis, porém alerta que o ser social não é redutível ao trabalho.

Mas esse mesmo trabalho na sociedade capitalista, segundo ANTUNES (1995) é degradado e torna-se estranhado. O trabalho se converte em meio de subsistência, a força de

⁴⁶ Mais detalhes a esse respeito, ver MÉSZÁROS, 1999

trabalho se torna uma mercadoria com a finalidade de produzir mercadorias. Assim, o trabalhador torna-se um estranho a ele mesmo, assim como seu produto, ou seja, esse processo de estranhamento não se restringe apenas no resultado, a perda do objeto, mas abrange também ao próprio ato de produção. Ele é o efeito da atividade produtiva já estranhada. O seu trabalho não é voluntário, mas compulsório, forçado, somente um meio para satisfazer as necessidades fora dele. Assim, nas sociedades capitalistas, o trabalhador não se apropria do valor de uso para produzir produtos de suas necessidades, mas sim para as necessidades de outros, pois ele fica indiferente aos valores de uso por ele produzido.

MARX (1991) pondera que o trabalhador põe sua vida no objeto e sua vida não mais lhe pertence, a alienação do trabalhador em seu produto não significa apenas que o trabalho dele se converte em objeto, assumindo uma existência externa, mas que existe independentemente dele. O produto é apenas o *resumé* da atividade da produção e assim a própria produção é a alienação.

E nesse sentido, nas sociedades modernas a técnica desenvolvida tem sido orientada para criar a hegemonia da classe dominante, pois quanto mais se produz, tanto mais esses produtos serão alienados de si, pois tanto menos pode possuir. (MOREIRA, 1997). Seria o mesmo que pensarmos:

... a técnica estende e generaliza seu padrão uniforme sobre a biodiversidade (diversidade da natureza) e a homodiversidade (diversidade sócio-cultural do homem) de sociedades antes independentes, extinguindo-as e fazendo do espaço geográfico um dado determinante sobre a forma da relação humana. (MOREIRA 1997, p. 07)

Segundo o mesmo autor, o espaço na linha da relação espaço-poder é tido como determinante da reprodução dos antagonismos de classes que envolvem o operariado pela via da disciplinarização dessa reprodução.

Esta ordenação da reprodução dos antagonismos vem-la, através do modo como o confronto dominação/libertação entre capital e trabalho se exprime na forma de espaço/contra-espaço. (MOREIRA, 1985, p. 17)

As lutas travadas tanto no campo como na cidade pelos trabalhadores se desenvolvem no interior do espaço geográfico, espaço que o capitalismo encontra terreno para reproduzir-se. Diante do exposto, MOREIRA (1997) afirma que o espaço como uma construção humana, é transformado conforme seus desejos e necessidades e torna-se o espaço da sua identidade. As coisas chegam ao homem sob várias formas e este as reinventa de acordo com

seus interesses e o mundo nessa referência passa a ser a forma geográfica real. Ao estabelecer as coisas a sua volta de forma que possa lhe trazer benefícios, utiliza-se das técnicas que é um importante instrumental de acessibilidade ao meio. Porém essa técnica esconde o ardil econômico, que estabelece a imposição da classe dominante e hegemônica sobre a funcionalidade do ordenamento territorial.

Desse modo, temos então, um espaço elaborado sob a funcionalidade e o regramento da classe dominante, que impõe à sociedade a divisão de classes, sendo que a classe trabalhadora segue seus fundamentos sem se dar conta da desigualdade criada juntamente com a criação dessa sociedade classista.

A Geografia se propõe compreender a organização do espaço pelo homem, que se dá através do trabalho e é pelo trabalho que se dá a realização da mediação do homem com a natureza. Assim as recentes transformações no mundo do trabalho recolocam para a Geografia o desafio de se postar diante das novas dinâmicas sociais e de buscar interlocução com outras disciplinas para desvendar a lógica e a dinâmica dos reordenamentos territoriais. (THOMAZ JR, 2000b)

Nesse sentido:

A centralidade ontológica do trabalho na sociedade capitalista implica na compreensão de que este axioma coloca-se como categoria analítica fundamental para as diversas áreas do conhecimento, e que, portanto sua inteligibilidade para a Geografia situa-se na possibilidade de compreensão do espaço, contraditoriamente redefinindo-se em sua universalidade, particularidade e singularidade, o que nos leva necessariamente a diferencialidade territorial. (CARVALHAL, 2000a, p.19)

THOMAZ JR. (1998), toma como exemplo da questão da funcionalidade do território aos desígnios do capital, a relação expressa na agroindústria canavieira. Pondera que a ordenação territorial imposta pelo capital ao se espalhar pelo território, subvertendo os limites territoriais impostos pelo Estado, qualifica a gestão do capital sobre o território e essa pode ser entendida como sendo autogestão territorial, que se reconhece na delimitação da produção empresarial e não nas delimitações territoriais impostas pelo Estado. De um lado, o capital hegemoniza o processo produtivo, de outro, o trabalho entra no processo fragmentado a partir da divisão social e técnica.

CARVALHAL (2000a) adverte sobre a tentativa de tentar entender as mediações que se estabelecem entre o controle do capital sobre o processo produtivo e sobre a sociedade, no sentido de:

...recolocar em debate a função do espaço geográfico, como disciplinador da força-de-trabalho, quer seja através da fragmentação territorial dos órgãos de representação, quer seja veiculando a ideologia identitária do sujeito coletivo apenas em sua corporação e fragmentando o ser social em moradores, consumidores, religiosos.

Nesse sentido THOMAZ JR. (1998) argumenta que a alienação da identidade do trabalhador com outro trabalhador é reforçada porque eles estão divididos em categorias profissionais, que por sua vez, ao mesmo tempo em que é produto da divisão do trabalho, é a base da identificação corporativa do trabalho em categorias sindicais. Ou seja, a própria estrutura sindical oficial no Brasil, historicamente edifica-se sob os pilares corporativistas e traz na sua representação, o sindicato delimitado nas fronteiras municipais. Em coadunação a isso, está o Estado através do Artigo 8º, inciso II da Constituição Federal, que veta o direito de criação de mais de um Sindicato da mesma categoria na mesma base territorial.

Dessa forma, as relações de classe sob o movimento contraditório capital/trabalho, se expressam em formas diferenciadas na sociedade e se configuram numa gestão territorial do tecido social pela classe hegemônica.

Dessa forma, a Geografia poderia decifrar as relações estabelecidas no espaço, que sob a égide do capital as fazem parecer naturalmente criadas, até mesmo porque o trabalhador como vimos se encontra alienado de sua condição e alienado em relação aos outros trabalhadores fragmentados em categorias, impostas pelo regramento do Estado.

E o sindicato tem se tornado frágil, em vista da atuação do capital sobre o trabalho na forma da reestruturação produtiva, tendo em vista sua forma de organização segundo o regramento municipal. Se o sindicato já vinha tendo problemas de organização interna, com essa nova fase do capitalismo, de caberes neoliberal, o sindicato tem estado em busca de algo em que se agarrar, para responder aos anseios dos trabalhadores. Lembrando que, a estrutura sindical, tem desde o período Vargas as mesmas características de cooptação pelo aparelho do Estado, seja por assegurar que o sindicato exista como único representante de dada categoria, como a própria existência e sustentação financeira do organismo sindical.

A sociedade vem, nos últimos 20 anos, presenciando profundas transformações na materialidade e na subjetividade do trabalho. Na visão de alguns autores, estaríamos caminhando para a superação da sociedade do trabalho. Mas para outros, o processo em vigência,

seria o da permanência da centralidade do trabalho, que se transfiguraria sob outras condições, porém subsumida a lógica societária do capital.

De acordo com ANTUNES (1995), há que se ter muito claro, que a crise está relacionada ao trabalho abstrato e alienado e não ao trabalho concreto, produtor de coisas socialmente úteis, que se caracteriza como uma mediação natural entre o homem e a natureza. O autor aponta que apesar das recentes mudanças ocasionadas pela instalação das novas formas de trabalho, não há tendencialmente, indicações que possam comprovar o fim do trabalho, pois sem a utilização do trabalho humano o capital é incapaz de realizar sua autovalorização.

Em outra obra, ANTUNES (1998) afirma que: “Pode diminuir o trabalho vivo, mas não eliminá-lo. Pode precarizá-lo e desempregar parcelas imensas, mas não pode extinguí-lo” (ANTUNES, 1998, p. 92).

A resposta para essa questão deve estar fundamentada nos últimos acontecimentos no mundo do trabalho, provocada pela crise do capital. Caracterizada na política pelo Neoliberalismo e na produção pela reestruturação produtiva. O resultado está sendo refletido nas relações de trabalho flexibilizadas e na crise desencadeada na estrutura organizativa dos trabalhadores, com o enfraquecimento acentuado dos sindicatos, tanto a nível internacional como também no Brasil.

ANTUNES (1999) fala de uma tendência de redução do operariado fabril, formalizado, estável e especializado, além da desconcentração do espaço físico produtivo, que juntamente com a telemática permite a existência de relações de trabalho à distância, como o trabalho em domicílios.

A crise do trabalho, que estrategicamente começou a perpassar por toda a imprensa, tem se caracterizado por um rearranjo do capital que ao entrar em crise na década de 70, tendeu a se reestruturar, criando novas formas de exploração do trabalho. Essa nova fase do capitalismo, além de desempregar, criou formas de trabalho caracterizando-se segundo ANTUNES (1995), como fragmentadas, complexificadas e heterogêneas. Essas novas formas de trabalho têm em comum a desregulamentação, com a perda de direitos trabalhistas, o fim da estabilidade, o fim da carteira assinada, etc.

As novas formas de trabalho tem se caracterizado pelo fato de ao mesmo tempo em que desemprega, cria novas funções não essencialmente fabris, mas funções de prestação de serviço, terceirizadas, *part-time*, e o trabalho informal. Ou seja, por conta do emprego da

tecnologia e novas formas de organização do trabalho toyotista, há um enxugamento do número de trabalhadores, que por muitas vezes atingem jornadas de trabalho extenuantes, enquanto a outra parte dos trabalhadores é jogada na informalidade e precarização das condições de vida.

Para o autor, o fim do trabalho e do contingente de trabalhadores, colocaria fim também na economia de mercado, pela incapacidade de integralização no processo de acumulação do capital, uma vez que os robôs não poderiam participar do mercado como consumidores. Assim, ANTUNES (1998), aponta que a eliminação do trabalho assalariado, fetichizado e estranhado teria como consequência, a eliminação do capital e de seu sistema de metabolismo social, pois os indivíduos passariam a serem livres, sem a necessidade do trabalho.

3.1.2 - Fim do Estado?

Por conta dessa nova fase do capitalismo globalizado e sua imposição com a reestruturação produtiva, vem associada à idéia, defendida por muitos autores do fim do Estado, ou a retirada deste para o livre jogo do mercado. Porém essa tese é contrariada por outros autores, entre eles, BATISTA JR. (1997), que afirma a presença premente do Estado no direcionamento e na legitimação da atuação das empresas internacionais⁴⁷. Há um fortalecimento dessas empresas devido a essa atuação do Estado que facilita o poder de trânsito das empresas, associado às isenções fiscais.

Ou seja, ao contrário do que defendem alguns, o papel do Estado é essencial, pois se retirando do papel de produtor, passa ao gerenciamento do que se faz em seu território, agindo a favor do Capital acumulativo e produtor de desenvolvimento. ALVES (1999) argumenta que é o poder público, que é desconstituído de regulação e intervenção na lógica de reprodução do capital, já que sua função não é a de servir à efetividade direta da produção de mercadoria.

Em contrapartida disso, os trabalhadores estão subsumidos ao capital, pois estes não têm o apoio do Estado e não tem o poder de superar os limites das fronteiras territoriais definidas pelo Estado. Assim a sua representação é delimitada no âmbito do município, ou seja, o sindicato é restringido à base territorial regrada pela institucionalização da estrutura sindical, enquanto que o capital se autogestiona pelo território, apoiado pelo Estado.

⁴⁷ Ver Também: MOREIRA, 2001

Assim se estabelece a trama de relações de poder, entre capital e trabalho, onde o primeiro, sem imposição, se autogestiona territorialmente com apoio do Estado e também pela revolução técnico-informacional, enquanto que o trabalho, fragilizado pela territorialização fragmentada por categorias e pela base territorial municipal, se coloca cada vez mais a mercê da imposição do capital.

Como já visto, o mundo do trabalho atravessa um período de mudanças e transformações nas formas de organização do trabalho, ou seja, essa reestruturação das formas de produção impactaram o universo simbólico e os mecanismos de representação da classe trabalhadora.

Aliado a isso, as novas formas de trabalho são extremamente exploratórias e precarizadas, pois eliminam as conquistas trabalhistas como a carteira de trabalho assinada, etc.

Nesse ínterim há um desarranjo maior às trabalhadoras, que se inserem cada vez mais nesses setores informais, considerados também como as oportunidades mais acessíveis para elas.

Existe também o fato de que, a divisão sexual do trabalho é captada pelo capital e reforçada no âmbito público como no setor produtivo da fábrica, onde as funções de menor salário e mais desgastantes são destinadas às mulheres. Mas não só, ou seja, há de fato como se observa na literatura específica, uma maior degradação interna à classe trabalhadora que recai sobre as mulheres.

3.2-As Formas de Dominação da Classe e do Gênero

A sociedade capitalista, para se manter necessita que a ordem e a conseqüente hierarquia das classes sociais se mantenham. Para isso, as classes dominantes fazem uso dos aparelhos ideológicos do Estado, que são a escola, a igreja, etc, com o intuito de que, se reproduza as idéias da classe hegemônica, e de fazer com que a existência da classe se torne um fato natural entre os trabalhadores.

É por meio de métodos tradicionais de educação, que na escola, o aluno tende a se sentir subordinado ao professor, diretor e depois à sociedade de classes. O aluno instigado, curioso é logo direcionado ao pensar linear e a aceitar a idéia da hierarquia ao receber ordens na escola, no trabalho, etc.

É na escola que os alunos começam a se tornarem competitivos entre si e de ver no colega, um concorrente. Segundo CANIATO (1987), a própria ordenação/configuração das carteiras voltadas para frente e sem contato com o colega, impede a cooperação, ao mesmo tempo em que se deixa explícita a idéia de hierarquização do professor com os alunos e de que há sempre alguém no comando da classe.

A forma de como se ensina os conteúdos, nos coloca que, segundo CANIATO (1987), a escola tradicional não incentiva a livre idéia dos alunos, além da falta de verbalização das idéias, tanto na forma verbal como na forma escrita, gerando então a passividade dos alunos.

Além de que o conhecimento que é passado, faz com que o processo de conhecimento se torne uma coisa chata e sem prazer, se tornando totalmente desinteressante para a maioria dos alunos.

Outra questão apontada por CANIATO (1987) é de que, muitos dos conhecimentos passados são alienantes, onde não só, não se aprende a ver, como não se aprende a não ver. Além de que, muitas vezes o professor não foi capacitado a ver além do que é oferecido como material de trabalho pela escola e “acaba dançando conforme a música”.

Uma vez que o próprio sucateamento do ensino público no Brasil tem gerado essa situação. Segundo Solange Caravina, conselheira da Apeoesp, seção de Presidente Prudente, 61% dos professores do ensino público do estado de São Paulo está em caráter de ACT (Admissão de Contrato Temporário). O que implica, segundo ela, num total desinteresse pelo movimento sindical e pelas lutas por melhores salários, condições de trabalho e de ensino.

A tendência dessa escola é então de gerar alunos competitivos entre si sabedores de conhecimentos desnecessários e alienados de sua condição e sem visão de como melhorar a sua vida. Haja vista, que com o atual ministro da Educação, as disciplinas como Geografia e História, foram reduzidas na carga horária na grade curricular do ensino público, reduzindo com isso também a possibilidade da politização, incentivada por essas áreas da ciência.

Então temos dois processos interligados, que acabam reforçando o papel da escola: o subemprego de muitos profissionais que acabam se submetendo aos ACTs e sem condições de atuar mais eficazmente no trabalho e nos sindicatos. Além da diminuição da chance do aluno, ter por meio da escola, um ensino voltado para o despertar consciente de si e do mundo, uma consciência de si e além de si, e voltado para um despertar coletivo.

Ao contrário disso, o papel da escola seria o de domar e podar o desenvolvimento das idéias das crianças, que possuem a maior capacidade de se surpreender com as coisas e de nunca achar natural uma situação, sendo que essa é a principal condição para o desenvolvimento do saber científico⁴⁸ e pensar filosófico?

No que toca a questão de gênero, percebemos que há uma divisão entre os sexos, onde apoiadas nos livros didáticos, as escolas procuram reafirmar a posição das mulheres e dos homens na sociedade, iniciada na família.

Temos então a família, como uma primeira forma de educação, pois muitos de nossos valores e percepções de mundo são adquiridos na família e as primeiras noções de gênero e de classe, também são adquiridas primeiramente, pela organização familiar.

Para CHAUI (1994), se a ideologia mostrasse que há na sociedade três tipos diferentes de família, não se poderia falar “da família”, mas das diferenças entre elas: a família burguesa, a família proletária e a família pequeno-burguesa.

IASI (1999) entende que as relações lançadas na família são complementadas, reforçadas e mesmo revertidas pela inserção nas demais relações sociais, onde o indivíduo passa no decorrer de sua vida, na escola, no trabalho, na militância, etc. Tanto na escola como no trabalho, as relações estão pré-determinadas, nos parecendo ser a única realidade e diante de nossa sobrevivência imediata, nos submetemos à lógica do capital, de trabalhar.

Nossa primeira forma de consciência, se manifesta limitada, no momento em que tomamos a parte pelo todo e nossa consciência se expressa como alienação, porque tomamos o mundo pela necessidade imediata. Essa lógica se internaliza e são pregadas como sendo próprias de cada um. Para o autor, essa primeira forma de consciência, a alienação, é tratada como não-consciência, e será por meio dessa primeira forma de consciência que a ideologia será plantada como forma de dominação.

Para IASI (1999) a materialidade dessas relações produtora da alienação é expressa no universo das idéias como ideologia. A ideologia encontra na primeira forma de consciência uma base favorável para sua aceitação.

As relações de trabalho, já têm na família as bases, como já vimos, de aceitabilidade, pois logo ao nascer, a criança já passa a adquirir valores que se torna para ela

⁴⁸ Para mais detalhes ver: GAARDER, Jostein. O mundo de Sofia. Romance da história da Filosofia. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, onde o autor nos leva a uma aventura ao mundo da construção do pensamento científico

como verdadeiro e natural. A família realiza a mediação da alienação, porque ela reproduz e reforça as relações sociais de produção, dando a base para que a ideologia frutifique e garanta a reprodução destas. IASI (1999).

Para CHAUI (1994) a ideologia se mantém, porque não diz tudo, porque senão ela se desfaz e se destrói por dentro, e muitas coisas que se pensa ser únicas, se elimina junto com a ideologia.

No caso da família, não se poderia falar da família, mas de formas de família, que tendem a conservar a subordinação da mulher ao homem e seus interesses, como garantia de heranças, além de manter a autoridade do chefe da família.

Isso se explicita no caso da família burguesa, cuja existência é garantida pelo contrato econômico entre duas famílias e da segurança de que o patrimônio irá ficar como herança e onde o adultério é tido como falta grave, sendo convertido à toda sociedade como forma das mulheres serem vigiadas. No caso da família proletária, o controle sobre as mulheres recai com a proibição do aborto, na medida em que a função exclusiva dessa família é a da reprodução de força-de-trabalho, somente no caso de necessidade da diminuição da mão-de-obra, é que entra em cena o Planejamento Familiar.

A família pequeno-burguesa, tem a finalidade de reproduzir os ideais e valores burgueses para a sociedade. Essa forma de família deve manter o ideal de família, pois se não se condenasse a sexualidade entre os jovens, o prazer tenderia a atrapalhar a rentabilidade e produtividade do trabalho.

É por meio da família e depois também da escola, que as diferenças de gênero são fortalecidas. No caso da família monogâmica e burguesa, é que se criam as bases de opressão feminina e mais tarde na escola, por meio da educação tradicional, separam e opõem-se meninos e meninas, onde a cada um é direcionada uma função. E assim como a ideologia da classe dominante está inerente entre os trabalhadores, a ideologia de gênero, construído socialmente, também.

Do ponto de vista de classe, essa dominação se fortalece com a divisão social do trabalho e no caso da mulher trabalhadora a opressão ocorre do ponto de vista da classe e do gênero, portanto da divisão social e sexual do trabalho. E sob a questão de raça, se for negra.

Dessa forma, então podemos tentar entender as relações estabelecidas de subordinação de gênero na sociedade e reproduzidas em outras instâncias, como no âmbito dos

sindicatos, onde vemos uma hegemonia masculina, decidindo muitas vezes a própria questão da participação da mulher nesses meios políticos.

Vemos por outro lado, que mesmo quando as mulheres se inserem nos ambientes políticos, ainda não se tornaram sensíveis em relação à questão da mulher. Muitas vezes, até pelo montante de atividades burocráticas desenvolvidas quando se ingressa nesse novo mundo.

Mesmo independente de sua consciência de classe e de gênero, as sindicalistas têm apresentado uma atuação que, do ponto de vista de sua interação com as questões políticas do sindicato, não tem se diferenciado dos sindicatos dirigidos pelos homens. Ao não direcionarem políticas específicas à questão da mulher nos sindicatos, e também na medida em que, tem faltado na atuação de homens e mulheres uma maior interação da diretoria em relação a sua base, assim como da base com a diretoria. No sentido que, a diretoria não tem sabido captar o contingente de trabalhadoras informais para a sindicalização, bem como da atuação mais presente dessas trabalhadoras nos sindicatos.

A falta de interação poderia se confirmar, quando abordamos “se o sindicato é filiado a central sindical”, obtivemos a seguinte configuração. Das 6 trabalhadoras que responderam que o sindicato não é filiado a central, somente uma delas acertou, enquanto que 69 trabalhadoras não sabiam desse fato e três não responderam a essa questão. E das 57 trabalhadoras que responderam que o sindicato é filiado a dada central, 50 delas acertaram. Demonstrando que, a grande parte ainda das trabalhadoras, não tem conhecimento de questões que envolvem o seu sindicato.

Percebemos também que, as mulheres que estão localizadas na APEOESP e no SSM, cujas categorias, onde se pressupõe que sejam mais escolarizadas, foram as que mais acertaram a resposta, sobre a central na qual seu sindicato está filiado.

Na questão do conhecimento da existência de mulheres nas diretorias do sindicato que as representa, apenas algumas colocaram que sabiam da existência de mulheres na diretoria, sem no entanto, saber o número exato de mulheres.

Com essa configuração, percebemos por parte das mulheres pesquisadas, que a maioria não está interagida com as questões do sindicato, no sentido de sua funcionalidade e de seu papel em relação a sua categoria. Mas também percebemos que por parte do sindicato, não tem havido diálogo com sua base, entre o que pensam e fazem, com o que pensam e querem a

base categorial. No caso da mulher, essa questão se torna mais complicada pela sua própria condição de gênero na sociedade, onde o meio político não é considerado lugar de mulher e sendo assim, muitas internalizam isso e pensam que não cabe a elas entender o funcionamento desse meio.

Dessas questões nos perguntamos, se por meio do sindicato se poderia lutar pela construção de um outro espaço de igualdade de gêneros e se encaminhar para a emancipação da sociedade do capital? Por meio da construção de um contra-espço, baseado nas relações igualitárias de gênero, sexo, classes, raças, se findaria a sociedade fundada no metabolismo societário do capital?

Mas podemos pensar nessa atuação das sindicalistas, como exemplo para outras mulheres, como no caso de algumas sindicalistas, que nos disseram que foi por meio de outras que se espelharam e que começaram a atuar, nos sindicatos, continuando de certa forma, o trabalho iniciado por aquelas.

3.3- O “Lugar” da Mulher na Sociedade de Classes

Como vimos na sociedade do trabalho, as relações sociais estabelecidas num dado lugar, são frutos da imposição das relações de poder, que se expressam na opressão de classe, gênero, etc.

Mas nesse mesmo lugar onde são territorializadas as relações hegemônicas, que dão “cara” a um dado lugar, ou que são expressas na paisagem, pode vir a ser contestado.

O lugar como territorialização dos conflitos de classe/gênero, também pode ser o do levante ao contra-espço, como dizia MOREIRA (1985). O lugar, fruto da luta de classes, é onde se territorializa as relações da classe dominante, onde o poder define o ordenamento territorial, associado à grandeza escalar do capital, o poder se define no território, onde as relações definidas são da classe dominante.

Em relação aos trabalhadores, de forma geral, o poder se configura na hierarquização das próprias categorias, formadas por contingentes de trabalhadores mais escolarizados e daqueles analfabetos. A própria divisão em categorias dividem os trabalhadores em professores, bancários, varredores de rua, gráficos, etc, fazendo com que eles não se vêem

todos como trabalhadores, donos de sua força-de-trabalho, mas sim estanquizados e a identidade é apenas reconhecida por meio da sua categoria.

Nas diretorias dos sindicatos, essa idéia é reproduzida nas configurações de suas composições, onde o poder do homem branco, impõe à mulher que essa deve ocupar as funções de secretaria, cargos onde o poder é minimizado.

O lugar da mulher conforme vimos, é pregado pela classe dominante como sendo a casa, o meio privado.

Na concepção de SANTOS (1996a), o lugar está ligado a questão da inclusão e exclusão. Onde a mulher é excluída dos cargos de poder, porém incluída no processo de dominação do sistema capitalista, excluída de alguns espaços, porém essenciais à eles.

O lugar se constrói através de interesses dominantes e onde se exclui a questão de gênero.

Segundo FRANCO (2002) a tarefa da reflexão geográfica é criar mediações com outras escalas que possam ampliar os porquês dos fenômenos da opressão de gênero nesses lugares.

Nesse sentido, nos perguntamos, qual o lugar da mulher na sociedade capitalista?

Para SMITH (2000) o lar é castelo e prisão, na medida que tanto seu ingresso como saída são controlados de várias formas, sendo que a escala do corpo é que define o lugar da identidade pessoal e a escala da casa é onde isso ocorre. Por isso, sem a casa (o sem-teto) perde-se o poder sobre a maneira como a identidade é construída.

Apesar de ser o ambiente da casa, designado à mulher, “o lar doce lar”, mas como vimos, mesmo nesses lugares, suas funções são realizadas tendo em vista o bom desempenho do lar. Ela é a responsável pelas condições de reprodução do homem e a única responsável pelas tarefas da casa. O lugar dela é aquele onde ela tem de fazer funcionar. Em sintonia com as necessidades do trabalhador, chefe da família e no momento em que ela própria tende a sair para o trabalho remunerado, continua sendo a única responsável pela casa. Trabalho gratuito e sem custos para o capital. A casa é o lugar da reprodução dos seres humanos, sendo que esta função juntamente com a função da reprodução dos trabalhadores é organizada e realizada pela mulher.

Como será que é estar/sentir em um lugar, pregado como sendo seu, porém com as funções definidas independentes de sua vontade, e onde esse trabalho doméstico é invisível, não remunerado, não reconhecido?

Para MESZÁROS (2002) a mulher é a argamassa permanente da sociedade, pois é ela que sustenta toda a estrutura do capital. Nesse sentido é que o autor coloca que aí está o perigo de se dar poder a mulher, já que a família é o microcosmo da estrutura metabólica do capital.

Pois é na família que se criam as condições de exploração do trabalhador, com a mulher exercendo a função de prover a família de todas as condições para melhor serem exploradas, então a mulher poderia também fazer a situação inversa, reverter o processo de exploração?

Apesar da opressão estar em vários lugares, ela faz com que a mulher ocupe um dado lugar nesse espaço, refletindo a opressão sofrida. Sob a perspectiva de classe, a sua configuração expressa-se sob o poder do homem capitalista e na relação com o sindicato, a sua configuração é expressa pelas relações de poder do homem para com a mulher, além da presença muito forte do machismo.

É no lugar onde se territorializam os fenômenos fruto do embate capital/trabalho e é nesse lugar que tomamos como referência para nosso olhar geográfico, onde os diversos movimentos concebidos pelo processo do metabolismo do capital se expressam. Porém o lugar não é isolado da realidade, ele é um microcosmo de um movimento maior, que passa por meio da referência local a ter conotações globais, porém, sem deixar de ser referência local. A importância da Geografia fica expressa por essas grandezas escalares.

Lembrando que a escala nas relações de poder se explicita nas diferentes configurações territoriais, com maior expressão para o capitalista que se territorializa livremente sobre os limites municipais e territoriais, enquanto o trabalho se territorializa tomando como limite a configuração categorial e territorial dos sindicatos.

E no nível da questão de gênero, sua configuração além de se limitar pela configuração territorial e categorial seu limite é também do lugar, que lhe é destinado, conforme a divisão sexual do trabalho, que separa as funções e, conseqüentemente, o lugar assumido pelas mulheres.

No caso das mulheres não-sindicalizadas e sindicalizadas, o limite para a ocupação de outros espaços e lugares, está além dos estigmas impostos às mulheres pela sociedade, está na execução da dupla jornada de trabalho e no fato da maioria das mulheres não gostarem de política.

No caso das sindicalistas, o limite para ocupação de outros lugares e cargos pelas mulheres, seria o da execução da dupla jornada de trabalho e na sobrecarga que têm quando não conseguem afastamento integral do trabalho assalariado para se dedicarem ao sindicato. Tornando-se, pois, muitas vezes, uma sobrecarga, o que contraditoriamente, pode ser uma forma de potencializar sua emancipação, ou seja, o fato de haver uma terceira jornada de trabalho para as mulheres, possibilita a convivência com o mundo sindical. O que tendencialmente poderia desencadear em uma visão mais politizada do mundo e das condições de trabalho exercidas.

No entanto, a própria organização sindical, que delega às mulheres os cargos de menor prestígio e de poder de decisão é um limite da ocupação do lugar/espaço/território. O limite, seria o fato do sindicato não ver o diferente como variação, mas como separação?

Há o limite de se pensar além dessa forma de sindicato, de sociedade, de gênero e de classe. Como poder vislumbrar uma sociedade diferente se essa é a única que se tem, como pensar diferentemente dessa lógica? Como pensar além da dicotomia de homem/mulher, sindicalizados/não-sindicalizados, sindicato/Estado, capital/trabalho?

Como pensar em igualdade de gênero numa sociedade que se estrutura pela desigualdade? E onde se territorializa as relações definidas pela hegemonia de classe, onde os homens e mulheres de posse dão sua caracterização àquele lugar, que se torna referência?

É na condição de trabalhadora que pode estar a alternativa de vir a ter a terceira jornada, não como um fardo, um trabalho alienante, sem prazer, cujos frutos lhe são também alienantes. Mas na condição de militante, que pode ter a possibilidade de vir a conhecer seus direitos enquanto trabalhadora, cujo trabalho alienante sustenta o sistema, por dois motivos, pela extração da mais-valia e do seu trabalho gratuito no ambiente do lar, ao prover toda a família para o trabalho.

É nas relações criadas, com vistas à emancipação de classe e por meio da terceira jornada, obtidas por meio da militância, sindical, partidária ou de algum movimento social de cunho coletivo, que se aposta que as mulheres podem ter acesso a elementos com vistas à sua emancipação de gênero.

Dessa forma, o lugar a ser criado/construído pela mulher, deve ser aquele onde as diferenças de classes não são gritantes e onde haja igualdade também entre os sexos.

Mas lembremos que conforme aponta MESZÁROS (2002), a igualdade num sistema onde se mantém ao mesmo tempo a subordinação do trabalhador no processo de reprodução metabólica do capital é uma contradição. E ainda afirma que “somente uma força comunitária de produção e troca social pode arrancar as mulheres de sua produção subordinada e proporcionar igualdade” (MESZÁROS,2002, p.305).

Retomando o que SMITH (2000) expôs, podemos fazer uma analogia com os sem-teto, com a criação do “veículo do sem-teto” e do “Poliscar”, que por meio desses veículos puderam expressar a percepção central, de que a libertação política exige o acesso ao espaço e para abrir esse novo espaço e assim reorganizar a Geografia urbana, não pode ser de forma aleatória. Mas reorganizar a produção e reprodução da vida cotidiana, no interior do lar, só assim poderão estar resistindo a opressão e exploração numa escala maior, num campo geográfico maior.

Para o autor, isso só será possível quando dado movimento organizado localmente, tiver condições de saltar escalas, no sentido de dissolver as fronteiras espaciais que são em larga medida impostas de cima e que detêm a produção e reprodução da vida cotidiana.

O autor reafirma o conceito de escala como um mecanismo de inclusão social de grupos que podem passar a ampliar as identidades de um dado lugar, tendo em vista a supressão do espaço pelo tempo.

As escalas oferecem marcos na recuperação do espaço da aniquilação e uma linguagem mediante a qual a rediferenciação do espaço pode ser desbravada sobre bases sociais discutidas e ajustadas, em vez de seguir a lógica do capital e os interesses de sua classe.” (SMITH: 2002, p.157)

Para o autor, o sistema de escala não é ontológico. A escala geográfica, é hierarquicamente produzida como parte das paisagens sociais, culturais, econômicas e políticas do capitalismo e do patriarcado contemporâneo. A escala demarca o sítio da disputa social, tanto do objeto quanto da resolução dessa disputa e é a escala que define as fronteiras e limita as identidades em torno das quais o controle é exercido e contestado.

Nesse sentido, as mulheres podem ter a perspectiva de tentar reafirmar seu lugar no espaço do capital, onde haja a igualdade dos trabalhadores entre si e onde portanto, não haja oportunidade para a imposição das condições desse sistema alienante.

O espaço a ser criado pressupõe a construção de referenciais, baseado nas condições de igualdade de classe e gênero. Numa grandeza escalar de maior expressão e que tenha poder para impor a sua configuração geográfica no espaço. Essa configuração terá a Geografia da igualdade como princípio de construção de referenciais. Onde as relações de trabalho possam ser, a de produzir o essencial para a subsistência, longe da hierarquização da classe trabalhadora, firmada pela divisão social do trabalho, extremamente excludente. E onde se possa ter o acesso ao espaço construído longe da idéia da existência de classes sociais.

De acordo como SMITH (2000) o acesso diferenciado ao espaço leva a diferenças de poder na construção de escala da vida cotidiana. E é na construção de uma identidade no espaço e lugar imposto pelas fronteiras da escala hegemônica, que pode se tornar uma arma de expansão e de inclusão, ampliando as identidades. No sentido de que, ao mesmo tempo em que o estabelecimento de escalas pode impor identidades, pode por outro expandir as identidades, formadas em um dado lugar com a perspectiva voltada para os interesses da classe dominada.

Na mesma forma podemos considerar a questão de gênero, onde a mulher confinada as funções de menor prestígio no meio sindical, ou confinada fora dos ambientes do sindicato, pode vir a criar uma forma geográfica de contestação a sua condição. O limite da exclusão pode gerar condições de agir para ser incluída na construção do contra-espaço.

Lembrando que as relações estabelecidas no espaço do capital, se territorializaram com a imposição do poder da classe dominante, do patriarcalismo ou do poder do homem sobre a mulher, e no caso da trabalhadora com uma dupla imposição dessas duas frentes.

Assim dadas as condições estabelecidas de hierarquia e dominação, a causa histórica de emancipação das mulheres não pode ser atingida sem se afirmar a demanda pela *igualdade verdadeira* que desafia diretamente a autoridade do capital,prevalente no “macrocosmo” abrangente da sociedade e igualdade no microcosmo da “família nuclear”. (MESZÁROS, 2002, p.271)

Aqui o autor apoiado em Marx, coloca a importância da igualdade nas relações entre homens e mulheres, para a própria emancipação da sociedade, pois desse relacionamento se pode medir o nível de desenvolvimento da sociedade.

Essa relação deve vir livre do provimento socioeconômico e espontaneamente regulada pelos próprios indivíduos, “não se pode sequer pensar na emancipação da sociedade da

influência paralisante que evita a auto-realização dos indivíduos como seres sociais particulares” MESZÁROS (2002, p.268).

Consentindo com o que aponta CHAUI (1994), o autor MESZÁROS (2002) aponta ainda que a família, tem sua importância enaltecida na sociedade, pela manutenção do domínio do capital, na medida em que é nessa escala em que há a internalização do *sistema de valores*, onde não se permite contestar o sistema. Dessa forma, ainda aponta que a emancipação das mulheres nessa sociedade impõe a extinção da família nuclear. Pois a igualdade dentro da família, só poderá ser conseguida, com a igualdade verdadeira e sendo assim, com a extinção de todo o processo do macrocosmo do capital, que é a família, entrelaçada à outras instituições, como a igreja e educação, a serviço da reprodução do sistema desses valores.

Para MESZÁROS (2002) a entrada da mulher no mercado de trabalho em nada caminha na busca pela sua emancipação, uma vez que os seus salários, juntamente com dos outros trabalhadores tem tido uma crescente queda, assim como foi feito na previdência, onde sua idade foi aumentada para acompanhar o aumento de idade de aposentadoria para os homens e não o contrário. Porém, essa nova necessidade imposta pelo processo do metabolismo do capital, pode ter trazido novas condições de resistência para a mulher, apesar de apontar que, a subordinação da mulher nesse sistema deverá ser permanente, até pela forma como o sistema de educação funciona, aliado aos outros sistemas de valores, como a igreja e a família.

O fato é que, mesmo sofrendo maiores desgastes físicos e mentais, as mulheres têm demonstrado estar em condições de igualdade com os homens no que toca ao desenvolvimento do trabalho assalariado e se inserindo aos poucos nos sindicatos, partidos políticos e em diversos movimentos sociais.

Outra forma de resistência, se mostra nas mudanças da configuração das famílias, que tem se diferenciado do padrão de monogamia, nuclear e patriarcal, onde até então era aplicada a primeira forma de propriedade, do marido em relação à esposa e filhos. Nesse sentido, como condição de igualdade de oportunidades para as mulheres, se apresenta, a eliminação dessa forma de família na sociedade. Porque a família é peça central nessa desigualdade de sexos, uma vez que a reprodução está ligada ao consumo e mão-de-obra. É por isso que a função da mulher é de sustentar todo o sistema, apesar desta parecer despercebida. (MESZÁROS, 2002)

Para o autor, partilhar de uma posição de igualdade com o capital e manter ao mesmo tempo, a subordinação do trabalho no processo de reprodução metabólico é uma contradição, porque a própria reprodução do capital baseado na divisão social do trabalho é incapaz de gerar oportunidades iguais entre os trabalhadores.

Implorar a um sistema de reprodução sociometabólica profundamente perverso – baseado na perniciosa divisão hierárquica do trabalho – a concessão de “oportunidades iguais” para as mulheres (ou para o trabalhador), quando ele é *estruturalmente incapaz* de fazer isso, é transformar em zombaria a própria idéia de emancipação. A condição prévia essencial da verdadeira igualdade é enfrentar com uma crítica radical a questão do modo inevitável de funcionamento do sistema estabelecido e sua correspondente estrutura de comando, que a priori exclui quaisquer expectativas de uma verdadeira igualdade. Deve-se excluir categoricamente a igualdade substantiva devido a forma como, já há muito tempo, a divisão social do trabalho está constituída na ordem existente. É isto que deve ser invertido (MESZAROS, 2002, p.289)

Porém, podemos pensar que a mulher ao realizar a tripla jornada de trabalho, pode ao mesmo tempo entender a importância de seu papel para a estruturação do sistema de metabolismo social e a partir da ocupação do sindicato, tornar possível o saltar de escalas.

Ou seja, conforme visto, o papel da mulher, juntamente com o papel da manutenção da forma de família nessa sociedade é de essencial importância para a estruturação desse sistema, no momento em que o trabalho da mulher dentro da família é sem custos para o capital. Além do fato das mulheres estarem sempre atarefadas com suas atribuições domésticas, aumentando a sua alienação enquanto gênero e ao se inserir no mercado de trabalho, se aliena também como integrante de uma classe social dominada. O papel da família, como vimos, reforça a subordinação da mulher ao marido e posteriormente ao capitalista e sua conseqüente alienação como ser humano dotado de capacidades, porém com suas especificidades de mãe subjugada ao poder do homem capitalista.

A partir do momento em que a mulher militante se insere no sindicato, ela começa a vislumbrar o meio público que lhe é negado. Ela pode vir a não vislumbrar de imediato que, pela sua função no interior do meio privado, a mulher ajuda na permanência da família, como uma instituição que ao mesmo em que prega a sua subordinação através da divisão sexual das funções, mas também da subordinação da classe trabalhadora de forma geral. Mas a mulher pode então vir a criar mecanismos de conscientização da base trabalhadora. Seja por meio do jornal do sindicato, da abertura para a maior atuação da mulher nas diretorias sindicais. A idéia é, por meio da ocupação de lugares antes impensáveis, como a ocupação de cargos nos sindicatos, começar a

trazer as suas questões específicas de gênero para o interior dos sindicatos e do meio político de forma geral.

Nesse sentido é que reforçamos que, a atuação da mulher nos sindicatos, através da tripla jornada do trabalho, tem a perspectiva da construção de um contra-espço, voltado para suas questões de gênero, mas sem perder de vista, a classe trabalhadora como um todo.

Pois, conforme vimos, somente a partir da vivência e da experiência em um dado espaço é que se pode criar condições para a construção de um espaço alternativo, com perspectivas voltadas não somente para a questão de gênero, mas da classe social e porque não, do fim do sistema de classes, sustentado pela permanência do sistema metabólico do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“... eu esperei tanto tempo por respostas
e depois de tanto tempo, ainda havia
mais, a esperar...”.*
Nenhum de Nós – Sobre o Tempo

*Quando se sabe ouvir
não precisam muitas palavras,
muito tempo eu levei
pra entender que nada sei.
que nada sei.*
Ira - Dias de Luta

Conforme exposto no início do trabalho, nossos esforços se voltaram para a apreensão da configuração territorial da questão de gênero, sob a perspectiva geográfica, nos sindicatos de Presidente Prudente.

Entendendo por configuração territorial o processo no qual onde as relações espaciais se expressam, caracterizando dado lugar. E tendo como pressuposto que os embates traçados entre a classe dominante e a classe trabalhadora, onde a primeira impõe a configuração espacial aos seus desígnios e onde o território e o lugar assumem as determinações da reprodução do capital, fazendo transparecer a hegemonia da classe burguesa. O território, então, é a expressão do domínio locacional das relações de poder, fruto das relações configuradas no espaço. Portanto, espaço e território são categorias de uso interligado. (THOMAZ JR, 2002b)

Nesse sentido nossas preocupações se voltaram para o apoio dos sindicalistas no que diz respeito a maior participação da mulher nos sindicatos. Assim tomamos como pressuposto, para nossa análise, a composição da diretoria, a análise dos jornais dos sindicatos, bem como os discursos dos sindicalistas.

Por outro lado, ao abordarmos as trabalhadoras obtivemos a perspectiva que as mesmas têm do sindicato e do papel deste em relação à sua categoria. Bem como da noção que elas têm de questões políticas mais gerais e da questão da dupla jornada de trabalho, que envolve diretamente seu cotidiano. Além de perguntas voltadas à questão do gênero, no sentido da percepção de uma atuação diferenciada no mercado de trabalho e nos sindicatos. No caso das sindicalistas, a apreensão se voltou, além dessas questões apontadas para a percepção que as mesmas tinham sobre a questão de gênero nos sindicatos e na sua jornada tripla de trabalho, ao ingressar na militância sindical.

Também tomamos como parâmetro, a questão da política de cotas da CUT, que propõe para as diretorias dos sindicatos, a composição de 30% formada por mulheres, para avaliarmos a posição dos sindicalistas, em relação a maior participação da mulher no meio político.

Pudemos observar nos discursos que os homens e algumas mulheres questionam a aplicação da política em seu sindicato, uma vez que, segundo eles cabem às mulheres se mostrarem interessadas nas questões políticas de forma geral e de sua categoria, para atuarem no sindicato e, dessa forma, serem “aceitas” nos espaços dos sindicatos.

E isso se confirma quando verificamos que, somente no caso dos sindicatos dirigidos pelas mulheres, há uma porcentagem acima de 60% de mulheres nas diretorias, uma vez que sua base é hegemonicamente feminina, ou seja, são as mulheres que na prática apóiam a atuação da mulher nos sindicatos

As sindicalistas que questionaram a efetividade da política de cotas, avaliaram que tal política ao mesmo tempo em que oficializa uma condição, um direito de participação, pode parecer às vezes como uma concessão. E as sindicalistas que apóiam a política de cotas apostam que a estipulação da cota irá fazer com que o movimento sindical comece a pensar o elemento diferente, pois algumas colocaram a necessidade de se repensar a própria lógica do movimento sindical. Além de que, conforme algumas sindicalistas nos apontaram, foi por meio da política de cotas, que muitas lideranças femininas surgiram nos sindicatos.

A hegemonia masculina, acaba se expressando na medida em que muitos eventos, organizados pelos sindicatos, são geralmente realizados nos finais de semana.

Dessa forma, se torna complicado para ambos os sexos, segundo uma militante, na medida em que, são nos finais de semana que há a realização das tarefas domésticas e no caso dos homens, quando saem para os eventos, se distancia da família.

Analisando as entrevistas realizadas com a (o)s sindicalistas, observamos que ainda é muito forte, a presença do machismo no movimento sindical, em relação à atuação da mulher nos sindicatos. Sendo assim, algumas sindicalistas colocaram a necessidade da inserção da política de cotas, pois é uma forma de voz e voto das mulheres.

Vemos então que a política de cotas, tem muita importância para a maioria das mulheres sindicalistas e militantes entrevistadas, já que o movimento sindical, pensado sob a ótica masculina, não vê a importância da adoção da política de cotas, segundo essas mulheres

trabalhadoras. Até mesmo porque é nos sindicatos presididos por mulheres, dos oito sindicatos pesquisados, (APEOESP, SSM e SIEMACO), os que possuem a taxa mais alta de sindicalização. Esse fato pode indicar por um lado, a preocupação em organizar os trabalhadores nos sindicatos, como pode também por outro lado, indicar um assistencialismo exacerbado, geralmente encontrado nos sindicatos. O que poderia se confirmar, já que os sindicatos têm oferecido todo tipo de assistência médica, dentária, jurídica, etc. (conforme Gráfico 10)

Para BOITO (1991), a alta taxa de sindicalização não significa necessariamente que o sindicato seja combativo, pois “... a propensão à sindicalização não é sinônimo, no sindicalismo de Estado, de propensão à luta sindical..”

O autor chama esse processo de interiorização da sindicalização, já que atinge maior número de trabalhadores das cidades pequenas e médias. Então, se por um lado, poderíamos pensar em maior dedicação das sindicalistas ao incentivar a sindicalização, por outro lado, pode demonstrar que as trabalhadoras podem estar buscando formas de assistencialismo, vide o que na opinião das trabalhadoras deveria ser alvo de maior empenho dos sindicalistas (Gráfico 9).

Assim, cai por terra a idéia de que se sindicalizar é tornar-se consciente e avançado, já que a sindicalização é ao sindicato de Estado, fortemente cooptado e deficiente em termos de reivindicações e de organização combativa. (BOITO, 1991)

No que toca a questão da postura política dos sindicalistas e das sindicalistas, referente à questão de gênero e à maior participação da mulher nos sindicatos, percebemos uma falta de sensibilidade da maioria deles. Por parte dos homens, pela própria dificuldade de pensar o elemento diferente nas direções, conforme visto em algumas passagens, como na organização da política de cotas, onde de certa forma dividiram-se as opiniões a respeito de sua implantação ou não, até porque a sociedade foi estruturada para ver a mulher sempre comandada pelos homens. Além de que, conforme vimos, a maioria dos sindicalistas, também não consegue ver a existência da dupla e tripla jornada de trabalho, como fator que dificulta a maior inserção e atuação da mulher nos sindicatos.

Existe ainda muita resistência por parte dos homens na sociedade, de forma geral, em aceitar as mulheres nos espaços ocupados majoritariamente pelos homens, mesmo estando em iguais condições, como trabalhadores explorados.

As sindicalistas por outro lado, não foram despertadas para discutirem suas especificidades de dupla e tripla jornada para o interior dos sindicatos. Ou seja, não há discussão sobre a questão das funções que se acumularam com o ingresso da mulher no mercado de trabalho, triplicando quando ingressam no sindicato.

A saída muitas vezes, é calar-se. A negação como mulher, provedora e executora das funções produtivas e reprodutivas, acaba sendo a saída para manter-se no sindicato, sendo que muitas delas se encontram desquitadas, separadas e solteiras.

Podemos apontar também que, mesmo com a experiência das sindicalistas de tripla jornada de trabalho, não foi suficiente para desencadear uma conscientização em relação a sua situação específica, de muitas outras sindicalistas e das trabalhadoras em geral, que passam pela dupla e tripla jornada de trabalho.

Poderíamos pensar que as mulheres estão alienadas de sua condição de reprodutoras, que não possuem apoio do Estado, do sindicato ou de outra instância representativa dos trabalhadores, para exercerem a maternidade e o exercício do trabalho assalariado resultando na dupla jornada de trabalho e da terceira jornada de trabalho.

Importante colocar que, foi com a implantação da divisão do trabalho e da divisão sexual das funções que se acirraram as relações entre os gêneros, sendo que essas relações estabelecidas no espaço, tiveram forte apoio da família patriarcal e monogâmica, como perpetuadora da condição da mulher e das conotações de gênero na sociedade.

Como vimos, nas sociedades pré-capitalistas, as relações eram bem diferentes entre homens e mulheres, com a imposição do capital, as relações sociais tomaram outras conotações.

Houve a separação entre o local de trabalho (produção) e o local da reprodução, com o homem realizando sozinho, no espaço público, a função da produção, enquanto a mulher ficou no espaço privado exercendo suas funções domésticas e cuidando dos filhos. À mulher coube então, a função de mantenedora da reprodução dela, dos filhos e do marido. Posteriormente com o ingresso no mercado de trabalho, para o incremento da renda familiar, essas funções não foram redivididas, pois como pudemos ver as funções domésticas são na maioria dos casos, realizadas pelas próprias trabalhadoras, sendo poucas as que contam com a ajuda de empregadas e faxineiras. Até porque o salário recebido pela maioria delas não ultrapassa a quantia de três salários mínimos mensais (com a ressalva de que muitas trabalhadoras recebem de ½ a 1 salário

mínimo por mês), o que inviabiliza a contratação de outras pessoas para realizarem as funções domésticas por elas.

Essa situação criada contribui para que as mulheres se mantenham sempre ocupadas e atarefadas, não sobrando tempo para atividades mais politizadas. E mesmo, tendo na maioria das vezes nível escolar maior do que dos homens, não foi suficiente para mudar a concepção de vida das mulheres, que acabam se formando nas atividades ditas “femininas”. Ou seja, as atividades das mulheres se voltam mais às atividades de cuidar, ensinar, limpar, atividades de caráter mais social, onde uma vez mãe, esta será mãe do mundo.

As atividades das mulheres são fruto da construção social de gênero, onde é destinada à mulher a função de procriação e quando ingressam no mercado de trabalho, suas funções acabam sendo extensão das atividades domésticas, ou atividades realizadas no ambiente do lar.

Assim a temática central colocada neste trabalho, a questão de gênero nos sindicatos de Presidente Prudente, nos chama a atenção aos fenômenos que se relacionam no espaço e que se territorializa sob diferentes formas e em diferentes lugares.

Vemos que de um lado, as mulheres não são conhecedoras das questões políticas de forma geral, bem como das lutas sindicais e das questões que dizem respeito às suas dificuldades de mulher-mãe-trabalhadora ao lidar com a dupla jornada de trabalho. Também as sindicalistas apesar de estarem inseridas na política sindical nem sempre vêem o sindicato como local de debate e busca de alternativas para a opressão de gênero.

Por outro lado, percebemos através das entrevistas e questionários aplicados junto à base de mulheres trabalhadoras e junto às diretorias, representadas pelos presidentes dos cinco sindicatos e das três mulheres presidentes, além das diretoras dos sindicatos pesquisados, um certo distanciamento, no que diz respeito às questões específicas de gênero, mesmo nos sindicatos, cuja base feminina é expressiva.

E conforme vimos, por meio do jornal do sindicato, os sindicatos, de forma geral, não têm tido a preocupação de questionar a subordinação da mulher ao homem e ao capitalista, pela própria violência física sofrida e pelas dificuldades de inserção em cargos diretivos do mercado de trabalho e nos sindicatos.

O jornal da APEOESP, foi o único que no período analisado, demonstrou uma maior preocupação com as questões de gênero, no sentido de que a escola tem contribuído para a

perpetuação da submissão e subordinação da mulher ao homem, além da questão do machismo presente na sociedade capitalista. Pois a escola tem ensinado aos meninos serem machões e as meninas a serem delicadas e dóceis, demonstrando que a questão de gênero é construída socialmente.

E essa construção social de gênero, é que acaba definindo o salário e a função exercida pelas mulheres no mercado de trabalho e, apesar de alguns autores⁴⁹ apontarem, que o perfil das funções ditas “femininas” está mudando com a inserção da mulher em outras funções, outros autores⁵⁰ apontam que mesmo com a mudança, tem permanecido a supremacia masculina, ao ocupar cargos melhores remunerados e de melhor prestígio social.

O fato é que a classe dominante fez com que essa construção de gênero se infiltrasse na idéia de homens e mulheres, a ponto dessas aceitarem comportamentos exigidos e aqueles por exigirem submissão da mulher. Lembrando que essa situação para a classe trabalhadora é muito prejudicada pela falta de identidade resultada entre pessoas de uma mesma classe social, mas com sexos diferentes. E é no sindicato que essas relações se complexificam pela divisão da classe em categorias e pela divisão territorial (municípios), gerando um trunfo para o capitalista que possui gestão hegemônica pelo território.

Nesse sentido, podemos dizer que, existe um processo social que designa a mulher se sentir subordinada ao homem, além de se sentir/ficar fora dos espaços de poder na sociedade, apoiado pelos aparelhos ideológicos do estado, como a igreja e a escola, mas é no sindicato que se aprofunda a alienação de classe e de gênero.

Na medida em que as mulheres têm se sentido *outsiders*, ou seja do lado de fora dos sindicatos, ao declararem que não gostam de política, mas principalmente porque o sindicato não tem conseguido trazer/criar mecanismos de permanência dessa ampla camada da PEA, no seu interior e nas composições das diretorias. Além do que, os dirigentes sindicais, não têm conseguido vislumbrar, nessa importante camada da população trabalhadora um trunfo de confrontação ao sistema. Pois não tem se tentado trabalhar o caráter político da mulher trabalhadora, no sentido de que, com a inserção no mercado de trabalho, a mulher além de maior autonomia, de melhorar sua auto-estima, tem conseguido por meio dessa exploração mais “direta” do capitalista, desenvolver diversos níveis e formas de consciência. Pensando o mundo a

⁴⁹ CANÔAS (1997) e (SOUZA-LOBO (1991)

⁵⁰ OLIVEIRA e ARIZA (1997b)

partir de sua individualidade e suas especificidades, podem conseguir ultrapassar esse campo local e conseguir visualizar por meio de um ângulo melhor posicionado, ou numa grandeza escalar mais apropriada, compreender a importância de seu trabalho para o desenvolvimento do sistema metabólico do capital. Não só de seu trabalho no âmbito privado do lar e no âmbito público, mas de sua condição particular, que é o fato de ser mãe.

Mas nos perguntamos se a condição da mulher trabalhadora não seria essencial para o próprio sistema do metabolismo do capital?

Da mesma forma que estão fora do âmbito político, estão fora do mercado formalizado, mas incluídas no processo do metabolismo, estão excluídas de alguns espaços, mas fazem parte do sistema, que gera exclusão, e essa exclusão é primordial para o próprio desenvolvimento e fortalecimento desse sistema contraditório.

SMITH (2000) afirma que (ao analisar os sem-tetos) no acesso a casa, ao lar, é possível criar condições de reinserção e de construção de um contra-espço, no sentido da construção de identidades e de fortalecimento com esse território de identificação.

Por mais que as realidades têm sido dinamizadas, pela instantaneidade das coisas e lugares, pensamos que é no espaço de sua identidade, na sua casa, cidade, no seu lugar, que se criam condições de um levante, de um contra-espço, em que é possível saltar as escalas. É preciso estar em um lugar, ocupar seus espaços, para a partir dessa experiência lutar contra o mesmo. Não se pode lutar e buscar uma outra forma, uma alternativa, se não se vive a que se tem, se não se conhece a forma existente.

É nesse sentido que SMITH (2000) afirma que com a criação de um mecanismo que faz com que cada camada da sociedade tenha acesso corporal a espaços antes inimagináveis, pode ocasionar o saltar de escalas, já que a construção da escala de corpo além de ser socialmente construída, está intimamente ligada a questão de classe. Assim “O cuidado com o corpo, o acesso físico ao corpo e pelo corpo e o controle sobre o corpo são as avenidas centrais da disputa nessa escala” (p.145).

Isso na medida em que “o onde estar e o onde ir” está ligada a questão do poder de cada classe social.

Assim como o local físico primário da identidade pessoal, além de ser socialmente construído, está ligado à classe hegemônica.

Nesse caso, podemos pensar na mulher e sua possibilidade de saltar escalas e construir seu espaço numa escala ampliada diante de suas necessidades, prejudicada pela construção de uma escala corporal baseada na divisão sexual das funções. Na medida em que as relações de poder que regem a sua condição na sociedade são baseadas em estigmas, onde a mulher se torna responsável pelas atividades de reprodução no lar e quando inseridas no mercado de trabalho essas atividades não se extinguem, sobrecarregando-a portanto.

É por conta da inserção do trabalho assalariado que as mulheres tem sofrido pelos conflitos internos de muitas vezes ter de deixar seus filhos aos cuidados de outras mulheres. Além de que conforme visto, o trabalho realizado, tem sido cada vez mais aqueles mais precarizados, além de serem muitas vezes, uma extensão das atividades domésticas. Mas também existe o papel da ideologia que faz com que as mulheres vão sendo estigmatizadas na sociedade e faz com que as próprias mulheres acreditem e aceitem sua condição na sociedade, desaguando na aceitação da realização de trabalhos precarizados e com baixos salários.

Da mesma forma em que, no mercado de trabalho se sentem inferiorizadas, essa relação é transferida para o espaço do sindicato. Uma vez que a maioria das diretorias é composta por homens e seu ingresso nesse espaço, na maioria das vezes, vem acompanhado da relação de poder do homem ocupando espaços de liderança, enquanto a mulher é vista ocupando os cargos de secretaria.

Mesmo com as falhas, no sentido de ser criado e pensado sob a ótica masculina, segundo algumas sindicalistas, no sentido de que as reivindicações específicas das mulheres, muitas vezes são imersas na unidade do movimento com as mulheres se deixando levar pela vontade de participar da luta dos homens, poderíamos pensar no sindicato, como sendo o espaço potencial de politização e de execução de perspectivas para a classe trabalhadora e para a questão de gênero?

Porque vimos que é por meio do ingresso no espaço público, com a inserção no mercado de trabalho, que vemos as grandes mudanças do ponto de vista da subjetividade, ao melhorarem sua auto-estima, conforme verificado nas entrevistas realizadas com as 10 trabalhadoras da base. Como do ponto de vista da objetividade, não apenas pela execução de tarefas assalariadas e da dupla jornada de trabalho, mas pelo nível de escolaridade alcançado, além das mudanças nos padrões de família nuclear, onde muitas das relações patriarcais estão sendo rompidas pelo próprio surgimento das chefias femininas.

O próprio ingresso no sindicato, do ponto de vista subjetivo tem trazido grandes mudanças e conquistas. Apesar de vermos que do ponto de vista objetivo, a opressão da mulher ainda não está na pauta de lutas dos sindicatos, dirigidos pelos homens e mulheres, e na própria ausência dessa discussão nos jornais dos sindicatos, como pauta nas discussões internas com a diretoria e com a base trabalhadora. E da dificuldade das mulheres se inserirem em sindicatos onde a base não é hegemonicamente feminina, como é o caso do sindicato do SINTCON e SINDIALCOOL.

Podemos dizer que há um processo de falta de interação entre a base e diretoria, onde a atuação do sindicato é voltada para as reivindicações de caráter emergencial. Com um diferencial para os sindicatos dirigido pelas mulheres, que mantém uma alta taxa de sindicalização, além de conseguir manter uma diretoria com a maioria formada por mulheres.

Nesse sentido é que colocamos a idéia de um contra-espço. Pois inseridas nos sindicatos, percebemos um diferencial na atuação das mulheres, ao designarem outras mulheres para a composição das diretorias, pela alta taxa de sindicalização indicada nos sindicatos de Presidente Prudente dirigidos pelas mulheres. Assim como de forma geral, tem crescido a filiação aos sindicatos, das mulheres em relação aos homens, mesmo que em números gerais, ainda continuem em menor números, do que os homens.

Assim, as mulheres da base, ainda não estão interadas com questões do sindicato, no sentido de não saber algumas coisas referentes ao funcionamento do sindicato, bem como o papel do sindicato nas lutas gerais da classe trabalhadora, e reivindicando ao sindicato o assistencialismo, que por outro lado, é oferecido pelo sindicato aos trabalhadores de forma geral, conforme vimos nos gráficos 4 e 10. E por outro lado, vimos que a tripla jornada não tem ainda despertado nas sindicalistas grandes saltos interpretativos dessa condição e da questão de gênero, até porque vivemos numa sociedade, onde o estigma em relação à mulher é muito marcante.

A tripla jornada de trabalho, não tem sido vista como um trunfo, por parte das mulheres e dos homens trabalhadores, no sentido de uma maior politização das próprias militantes e sindicalistas e de juntamente com a base trabalhadora caminhar para a construção de um contra-espço. Onde se possa levar em conta suas necessidades de mulher-trabalhadora, executoras da dupla e tripla jornada de trabalho, bem como da classe trabalhadora de forma geral. Ou seja, a base trabalhadora não tem tido condições de enxergar nas individualidades das mulheres, uma potencial composição de forças em que possam formar uma totalidade social. O

sentido é conseguir ver nas especificidades, as características que possam compor um movimento diverso, mas uno. Onde as unidades, possam por meio da união de suas forças formar um movimento único, porém dotado de capacidades diversas. As individualidades não podem estar desconectadas da totalidade social, se se quer impor uma nova forma espacial de sociedade.

Vemos ao contrário, as mulheres alienadas de sua condição nos espaços da sociedade, do sindicato e isso se confirma na própria forma de educar seus filhos, diferenciadamente segundo o sexo, pois as meninas são destinadas as atividades voltadas a desenvolver suas características mais dóceis, como brincar de boneca e fazer balé. E em relação ao menino, são destinadas as atividades de demonstração de força e poder, como jogar bola, brincar de carrinho e lutar Karatê.

Levando em consideração que o sindicato é um espaço que ainda possui vícios pelo fato de estar regrado pelo Estado e mesmo que seja um espaço em que potencialmente possa vir a construir um contra-espço é um processo que requer mudanças profundas e estruturais. Além da possibilidade, já colocada, do sindicato juntamente com a base, se postar numa contra-hegemonia de classes, utilizando instrumentos à sua disposição, como por exemplo a Imprensa Sindical.

Além da questão da própria condição do Estado ser o principal gestor do movimento sindical ao conceder o desconto salarial do holerite dos trabalhadores, transformando-os nas contribuições sindicais.

Dessa maneira a construção de um contra-espço deve levar em conta a posição da mulher na sociedade e sindicatos, no sentido de que: “Somente uma força, comunitária de produção e trocas sociais pode arrancar as mulheres de sua posição subordinada e proporcionar igualdade”. (MÉSZÁROS, 2002, p.303)

Mas para isso é de suma importância, uma mudança nos padrões de funcionamento e de gestão dos interesses dos trabalhadores por parte dos sindicatos, em que os mesmos vêm assumindo o papel que deveria ser do Estado, ao oferecer serviços médicos, odontológicos, etc., aparentando com a atuação de uma ONG, conforme apontado e alguns deles assumindo também o papel de gestor de recursos dos sindicatos, numa reversão dos princípios a que se propunha anteriormente com o novo sindicalismo. Deixando de lado, a posição de politização da base trabalhadora, no sentido de sua condição de trabalhador alienado e de essencial importância para o funcionamento do sistema metabólico do capital e no caso da

mulher, sua importância está na própria estruturação desse sistema, conforme apontou MÉSZÁROS (2002)

Assim, vemos que a potencialidade para a construção de um contra-espço a partir de um espaço vivido, porque somente quando se está dentro de dado espaço, vivendo dado processo, é que se pode lutar contra ele. A idéia do Poliscar⁵¹ é de, por esse mecanismo que se passa a ter acesso ao espaço urbano. Não apenas o morar, no caso dos sem-teto, mas pelas relações estabelecidas e a partir disso é que se podem criar condições de saltar escalas.

Nesse mesmo sentido, MOREIRA (1985) aborda o contra-espço, na medida em que as forças não-hegemônicas, possam por meio do acesso aos lugares, construir seu espaço, voltado para suas necessidades e anseios, se contrapondo ao que está colocado pela classe dominante.

Da mesma forma, podemos pensar na idéia de contra-espço a se realizar pela atuação das mulheres nos sindicatos. Na perspectiva de com o exercício da tripla jornada possa vir a trazer novos elementos para a consciência de classe e de gênero, das mulheres e da classe trabalhadora de forma geral.

Já pudemos conferir que a atuação das mulheres nos sindicatos pesquisados, mesmo com a acumulação das tarefas da tripla jornada de trabalho, novas perspectivas têm sido abertas. Até mesmo porque, conforme a afirmação de uma militante, o sentido da participação da mulher nos órgãos políticos é não supervalorizar alguns obstáculos que de forma geral as mulheres enfrentam, pois segundo ela: “a gente aprendia com as outras mulheres, o que era fundamental e o que era acessório”.

No sentido de que, mesmo havendo dificuldades de inserção, por mais que haja preconceitos pelo fato de ser mulher, deve ser visto como um fator “normal”. Ainda de acordo com essa militante, além do seu sindicato ser historicamente dirigido por mulheres, sempre foi uma referência de atuação para a região. Ainda mais quando houve um período em que essa sede, situada em Presidente Prudente, foi a única a ter a sede própria, construída a partir dos esforços de seus dirigentes e da base trabalhadora. No mesmo sentido tem sido a subsede da CUT, que segundo sua assessora, desde a sua fundação na cidade, tem cabido às mulheres a hegemonia na participação da direção. Uma situação atípica segundo a assessora.

⁵¹ Ver SMITH 2000

Dessa forma, podemos retomar a idéia de contra-espço, ao atuarem nos sindicatos, por meio da tripla jornada de trabalho. Pois é nesse momento em que as suas questões específicas de gênero, poderão ser entendidas e atendidas. Mas o fato é que por meio da inserção no meio sindical, como dirigentes, que estas poderão visualizar essa possibilidade, já que estando fora desse processo, não se pode medir com precisão o grau da escala a ser alavancado, ou do espaço a ser ocupado. E a partir disso, construir o lugar voltado às suas necessidades, anseios e que tenha uma "cara nova", um contra-espço.

E esse espaço a ser construído, tende a ser aquele em que possa levar as perspectivas de uma classe dominada como um todo, já que para a emancipação da sociedade se pressupõe que haja a emancipação enquanto gênero, classe, raça, etc.

Nesse ínterim, vemos que o papel da Geografia deve ser aquele voltado a uma prática social, conforme GOMES (1991), que dê um rumo racional ao processo de produção e reprodução espacial. Pois segundo o autor

É pelo critério da prática social que o homem amplia a suas possibilidades de conhecer o mundo objetivo que o rodeia e que existe fora de sua consciência. É pela prática que o homem corrige suas deformações, os erros acumulados e tidos como verdadeiros. É pela prática que estabelecemos a nossa união concreta com o mundo exterior. (GOMES, 1991, p.61)

Longe de pensar que num papel de transformação social, pois esse papel, segundo GOMES (1991) tende a ser realizado pela classe trabalhadora.

A pretensão então é a de refletir criticamente as alternativas postas e a possibilidade de construção de novas alternativas. Para isso, o rigor científico presente nos estudos geográficos pode contribuir para a análise da realidade em que essas alternativas possam ser construídas. Pois compreendemos que o papel da geografia é de estar compromissada com as questões sociais, dotando-as de referenciais teóricos e epistemológicos, no sentido de revelar o que está expresso no território.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMO, Laís. A situação da mulher Latino-americana. In: **Mulher e Trabalho: experiências de ação afirmativa**. São Paulo: Boitempo, p. 111-134, ab. 2000.
- ALBERTI, Verena. **História Oral. A experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e documentação de História, Fundação Getúlio Vargas, 1989.
- ALAMBERT, Zuleika. Feminismo. **O ponto de vista marxista**. São Paulo: Nobel, 1986, 131p.
- ALMANAQUE ABRIL 2002**. São Paulo: Editora Abril, 2002, 495p.
- ALVES, Giovanni. Globalização e trabalho no Brasil – Uma perspectiva crítica. In: **Caderno Técnico**, 24. Brasília: SESI, 1997.
- ALVES, Giovanni. **Trabalho e mundialização do capital**. Londrina: Práxis, 1999. 193p.
- ALVES, Giovanni. **O Novo e precário mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000. 365p.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez; Campinas; Editora da Unicamp, 1995. 258p.
- ANTUNES, Ricardo. Lutas sociais e desenho societal no Brasil dos anos 90. In: **Crítica Marxista**. São Paulo: Xamã, nº 7, p. 89-110, nov. 1998,
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARAÚJO, Ângela M. C. e FERREIRA, Verônica C. Sindicalismo e relações de Gênero no contexto da reestruturação produtiva. In: **Trabalho e Gênero. Mudanças, Permanências e Desafios**. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG, São Paulo: Ed. 34, p. 309-346, 2000.
- AZEVEDO, Kátia. Mulheres unem-se para combater desemprego. In: **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 7 de out. de 2002. Economia p.9.
- BALCÃO, Nilde. “Discriminação de gênero e omissão sindical” In: **CUT-Espaço de mulheres e de homens**. São Paulo: CUT-CNMT, p. 09-16, ab. 1993.

BANDEIRA, Lourdes Maria. “Divisão sexual do trabalho - práticas simbólicas e práticas sociais”. In: SIQUEIRA, Deis E., POTENGY, Gisélia. e CAPPELLIN Paola (org.). **Relações de trabalho, relações de poder**. Brasília: Editora UnB, 1997, p. 155-176.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. Mitos da “Globalização”. São Paulo: USP, São Paulo: **Coleção Documentos**, IEA, 1997.

BERNARDO, João. “Crise dos trabalhadores ou crise do sindicalismo?” In: **Crítica Marxista** São Paulo: Xamã, nº 4, p 123-139, mai, 1997.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa**. São Paulo: Boitempo, 1998. 284p.

BISON, Marluce. **A volta por cima. Mulheres migrantes entre o Vale do Jequitinhonha**. 1995. 78p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo.

BOITO JÚNIOR, Armando. **O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical** Campinas: Editora da UNICAMP, São Paulo: Hucitec, 1991a, 312p.

BOITO JÚNIOR, ”Reforma e persistência na estrutura sindical” In: BOITO Jr. *et all* **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991b, p. 43-92

BOITO JÚNIOR, “Hegemonia Neoliberal e sindicalismo no Brasil” In: **Crítica Marxista** São Paulo: Brasiliense, nº 3, p 80-105, 1996.

BOITO JÚNIOR, **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. São Paulo. São Paulo: Xamã, 1999,247p.

BOITO JÚNIOR, Pré-capitalismo, capitalismo e resistência dos trabalhadores. In: **Crítica Marxista** São Paulo: Brasiliense, nº 12, p 77-104, mai, 2001.

BORBA, Angela, FARIA, Nalu, GODINHO, Tatau. (org.) **Mulher e política. Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo,1998.

BOTELHO, M. Izabel V. **A assalariada rural: da identidade social à identidade política**. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 1992.

BOLETIM DO DESER, n 95 Setembro/98, p 3-8.

BULPORT, Andrée Kartchevsky. HIRATA, Helena (*et all*) **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BRUMATTI, Terezinha. **A comunicação sindical em Presidente Prudente/SP: elementos para uma “leitura” geográfica**. julho de 1998. Relatório Final (PIBIC/CNPq) – Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

- BRUMATTI, Terezinha. **Participação e atuação política da mulher nas entidades sindicais de Presidente Prudente/SP**. 1999. 91p. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.
- BRUSCHINI, Cristina. Mulher e trabalho, uma avaliação da década da mulher (1975-1985). In: **A condição feminina**. São Paulo: Vértice, 1988. p. 103-123.
- CAMPOS, Maria Cristina S. de Souza C, Mulheres de diferentes classes sociais em São Paulo: a família e a penetração no mercado de trabalho. In: (org) MEIHY, José C. S. B., **(Re)introduzindo História Oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.
- CAMUFLAGEM E TRANSPARÊNCIA. AS MULHERES NO SINDICALISMO. São Paulo: CUT, s/data, 43p.
- CANIATO, Rodolpho. **Com ciência na educação: ideário e prática de uma alternativa brasileira para o ensino da ciência**. Campinas: Papirus, 1987, 127p.
- CANÔAS, Cilene Swain. **O olhar feminino sobre 2010**. São Paulo: Textonovo Editora, 1997
- CARONE, Edgar “Os primórdios do movimento operário no Brasil” In: **Caderno Especial**, São Paulo: CES/PC do B, p. 5-31,1996.
- CARVALHAL, Marcelo D. **Contribuição para a “leitura” geográfica do movimento sindical em Presidente Prudente/SP, a partir da imprensa operária**. 1997. Relatório Parcial (PIBIC/CNPq) – Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista Presidente Prudente.
- CARVALHAL, Marcelo D. e THOMAZ Jr., Antonio “A comunicação sindical frente à ofensiva neoliberal” In: **Revista Geografia em Atos**. Presidente Prudente/SP: Departamento de Geografia/FCT/UNESP, 1999.
- CARVALHAL, Marcelo D. **A comunicação sindical em presidente Prudente/SP: elementos para uma leitura geográfica**. 2000a, 215f Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- CARVALHAL Terezinha B. A Questão de Gênero sob a perspectiva sindical. In: **Pegada**, volume 1, número 1, Presidente Prudente: CEGeT/FCT/UNESP, p. 81-94, 2000b. www.prudente.unesp.br/ceget.
- CARVALHAL Terezinha B. A Questão de Gênero sob a encruzilhada sindical. In: **Pegada**, volume 2, número 2, Presidente Prudente: CEGeT/FCT/UNESP, p. 57-64, 2001. www.prudente.unesp.br/ceget.

CARVALHAL Terezinha B. Gênero e Trabalho: A Participação da Mulher nos Sindicatos de Presidente Prudente/SP. In: **Pegada** volume 3, número especial. Presidente Prudente: CEGeT/FCT/UNESP, p. 131-138, 2002. www.prudente.unesp.br/ceget.

CARVALHAL Terezinha B. Gênero e Trabalho: A Participação da Mulher nos Sindicatos de Presidente Prudente/SP. In: **Biblio 3W – Revista Bibliográfica de Geografia y Ciências Sociales**, Universidade de Barcelona. Vol VII, nº 416, 2002. www.ub.es/geocrit/b3W-416htm.

CARVALHO. Luzia M. S. Santos. A mulher trabalhadora na dinâmica da manutenção e de chefia domiciliar. In: **Estudos Feministas** v.6 nº 1998, p. 7-33.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999, 530 p.

CASTRO. Nadya Araújo e GUIMARÃES, Iracema Brandão. “Divisão sexual do trabalho, produção e reprodução”. In: **Relações de trabalho, relações de poder**. Brasília: Editora UnB, 47-72p., 1997.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **II CONCUT - Teses e Resoluções**. São Paulo: CUT, 1986.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **III CONCUT - Teses e Resoluções**. São Paulo: CUT, 1988

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **IV CONCUT - Teses e Resoluções**. São Paulo: CUT, 1991.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **V CONCUT - Teses e Resoluções**. São Paulo: CUT, 1994.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **8º PLENCUT – Plenária Nacional da Central Única dos trabalhadores. Resoluções**. São Paulo: CUT, 1996.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **9º PLENCUT – Plenária Nacional da Central Única dos trabalhadores. Texto Base e Resoluções**. São Paulo: CUT, 1999.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **10º PLENCUT – Plenária Nacional da Central Única dos trabalhadores. Texto Base e Resoluções**. São Paulo: CUT, 2001.

CENSO 2000 – Página Especial 1 In: **Folha de São Paulo**, 20 dez/2001.

CHAUÍ. Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, 125p.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996, 335p.

CNMT/CUT (Comissão Nacional de Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores) **Política de Gênero: Igualdade de Oportunidades um Desafio para a CUT.**

Disponível em: www.cut.org.br

COMIN. Álvaro Augusto. **Estrutura sindical corporativa: um obstáculo à consolidação das centrais sindicais no Brasil.** 1995. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo. São Paulo.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1989.

COSTA, Silvio. **Tendências e Centrais Sindicais. O movimento Sindical Brasileiro de 1978 a 1994.** São Paulo: editora Anita Garibaldi. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 1995. 287p.

COSTA. Delaine Martins. Capacitação de líderes femininas: reflexões sobre a experiência do IBAM. In: **Estudos Feministas.** Santa Catarina: CFH/CCE/UFSC, vol 9, n 1, p. 213-224, 2001.

CUT- Espaço de Mulheres e de Homens. São Paulo: CUT, 1993, 28p.

DAMIANI, Amélia L. A crise da cidade: os termos da urbanização. In: DAMIANI A. L. *et all* (org). **O espaço no fim de século.** São Paulo: Contexto, p. 118-131, 1999..

DEBATE SINDICAL. São Paulo: CUT, n° 10, maio/89.

DEBATE SINDICAL. São Paulo: CUT, n° 40,2001, 50p.

DEBATE SINDICAL. São Paulo: CUT, n° 41, 2001, 58p.

DEL PRIORE, Mary. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITA, Marcos C. **Historiografia brasileira em perspectiva** (org). São Paulo: Contexto, p.217-235, 1998.

DEL PRIORE, Mary. Magia e medicina na Colônia: o corpo feminino In: DEL PRIORE, Mary (org.) **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, São Paulo: Edunesp, p. 78-114, 2000a.

DEL PRIORE, Mary. **Mulheres no Brasil Colonial.** São Paulo: Contexto, 2000b, 95p.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTUDOS E ESTATÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS. Pesquisa de Emprego e Desemprego. Disponível em: www.dieese.com.br. Acesso: 2001.

DIEESE. Mulheres representam 70% dos trabalhadores em condições de pobreza. In: **Quinzena.** São Paulo: CPV, n° 255, p. 11-13. jul. 1997.

DIEESE. **A Situação do Trabalho no Brasil.** São Paulo: DIEESE, 2001.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Editora Bertrand Brasil, 1991.

FARIA, Nalu e NOBRE, Mirian. Gênero e desigualdade. In: **Cadernos Sempre Viva**. São Paulo: Sempre Viva Organizações Feministas, 1997, 52p.

FRANCO, Maria **Territórios de Luta pela Terra, no Pontal do Paranapanema Sob Um Enfoque de Gênero. Uma contribuição para a Geografia do Trabalho**. 2002, 128p. Qualificação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

FREDERICO, Liane. **Mulheres e trabalho: Experiências de mulheres bóias-frias de Santa Rita D'Oeste, entre as décadas de 1970 a 1990**. 2000. Trabalho (Conclusão de Curso em História) - Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras – Universidade do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. A mulher brasileira nos espaços público e privado. Disponível em: <<http://www.perseuabramo.org.br/nop/mulheres/p69htm>> Acesso em: 15/04/2002.

GAARDER, Jostein. **O mundo de Sofia. Romance da história da Filosofia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 555p.

GIULIANI, Paola Cappellin, Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do Nordeste, 1976/1896. In: COSTA, Albertina de O. e BRUSCHINI, Cristina (org). **Rebeldia e Submissão. Estudos sobre a condição feminina**. São Paulo: Ed Revista dos Tribunais, p. 255-312, 1989.

GOIS, Antonio. Mulher tende mais a viver só. In: **Folha de São Paulo**, São Paulo, 09 de maio de 2002. Censo 2000 Página Especial, p6.

GÓIS, Antonio. Mulher é a responsável por uma em cada quatro moradias. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 20 dez. 2001. Censo 2000 p. 4

GÓIS, Antonio. Censo aponta aumento no número de pais solteiros. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo, 11 ag. 2002a. Cotidiano. p.4.

GOIS, Antonio. País tem mais mães adolescentes. In: **Folha de São Paulo**, São Paulo, 09 de maio de 2002b. Censo 2000b Página Especial, p6.

GÓIS, Antonio. Mulheres comandam as salas de aula do país. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo. 13 out. 2002c. Cotidiano. p. 1

- GÓIS, Antonio. Pobres têm taxa de fecundidade “africana”. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo. 7 de mar. 2003. Cotidiano p.4.
- GOLDENBERG, Mirian e TOSCANO, Moema. **A revolução das Mulheres**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1992, 115p.
- GOMES, Horieste. **A Produção do Espaço Geográfico no Capitalismo**. São Paulo: Contexto, 1991, 74p.
- GOENDER, Jacob. **Globalização, Revolução Tecnologia e relações de trabalho**. São Paulo: IEA, 1997.
- GUTERMAN, Débora. Sindicato muda de perfil e atrai nova elite In: **Valor Econômico**. São Paulo. 31 out. 2002. p.12
- GUTERRES, Simone Bastos. **Classe social e gênero: elementos para uma controvérsia**. 2001. 110f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas. Campinas.
- HARVEY, David, **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens de mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1993, 333p.
- HIRATA, Helena “Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero” In: **Revista Latino-americana de estudos do trabalho**. São Paulo: Associação latino-americana de estudos do trabalho, ano 4, nº 7, 1998, p. 5-27.
- HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** São Paulo: Boitempo Editorial, 2002, 335p.
- HORIZONTE GEOGRÁFICO**. São Paulo: Audichromo Editora, nº 78, dez, 2001.
- HTUN, Mala. A política de cotas na América Latina. In: **Estudos Feministas**. Santa Catarina: CFH/CCE/UFSC, vol 9, n 1, p. 225-230, 2001.
- IASI, Mauro L. **Processo de consciência**. São Paulo, CPV, 1999, 81p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Mensal de Emprego. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em maio de 2001.
- LACOSTE, Yves. **A geografia. Isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 1997, 263p.
- LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. Hucitec: São Paulo, 2000, 131p.

- LANG, Alice B. da Silva Gordo, História oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: (org) MEIHY, José C. S. B., **(Re)introduzindo História Oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.
- LAVINAS, Lena. Emprego Feminino: O que há de novo e o que se repete. In: **DADOS**. Nº 1. Rio de Janeiro, 1997, 30p.
- LEITE, Rosalina de Santa Cruz. **A operária metalúrgica**. São Paulo:Semente, 1982, 160p.
- LENIN, V. **Sobre a emancipação da mulher**. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1980, 139p.
- LESSA, Sergio. **A ontologia de Luckas**. Maceió: EDUFAL, 1996, 146p.
- LIMA, Valentina Rocha. Problemas de história Oral. In: **1º Seminário de História Oral**. Salvador, 1983.
- LUNA, Sergio V. de. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 2000, 107p.
- MACEDO, José Rivair. **A mulher na Idade média**. São Paulo: Contexto, 1999, 94p.
- MARTINS, José de Souza. “Migrações temporárias. Problema pra quem?”. In: **Revista Travessia**, maio-agosto, 1988.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. O Manifesto do Partido Comunista. In: **O manifesto Comunista 150 depois**. REIS FILHO, Daniel Aarão(org.). Rio de Janeiro: Contraponto, São Paulo: Perseu Abramo, 1998.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A sagrada família**. São Paulo: Editora Moraes LTDA, 1987, 207p.
- MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002, 193p.
- MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1992, 138p.
- MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, Livro Primeiro, v 1, 1993, 301p.
- MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: In: ARANTES, Antonio A.(org.) **O espaço da diferença**. Campinas: Papius, 2000, p176-185.
- MATTOS, Marcelo Badaró. Entregando as mãos para não entregar os dedos: o sindicalismo brasileiro e o desemprego. In: **Outubro**, São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, n º 1, p. 53-64, 1998.

- MENDONÇA, Lygia. Luta de Gênero e Classe. In: **Compreender e construir novas relações de gênero**. São Paulo: Coletivo Nacional de Mulheres MST, p. 6-11, 1998.
- MÉSZÁROS, I. A ordem do capital no metabolismo social da reprodução. In: **Ad Hominen**, São Paulo: Estudos e Edições, nº 1, 1999, p. 83-124.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, Campinas: Editora da UNICAMP, 2002, 1102p.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Relação Anual de Informações Sociais. Disponível em: www.mtb.gov.br Acesso em 1998.
- MOREIRA, Adriana. Irmãs fornecem bijuterias até para o exterior. In: **O Estado de São Paulo**. São Paulo. 7 de out. de 2001. Economia p.9.
- MOREIRA, M. Fátima S. **Fronteiras do Desejo**. 1999. 463 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MOREIRA, Ruy **O Movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil**, Petrópolis: Vozes, 1985.
- MOREIRA, Ruy **O círculo e a espiral. A crise paradigmática do mundo moderno**. Rio de Janeiro: Obra Aberta, 1993, 142p.
- MOREIRA, Ruy **O que é Geografia**. São Paulo: Brasiliense, 1994, 111p.
- MOREIRA, Ruy Da região à rede e ao lugar (a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo). In: **Ciência Geográfica**, AGB/ Bauru: nº 06, p. 1-11, Abril de 1997.
- MOREIRA, Ruy. A globalização como modo de vida capitalista globalizado. In: **Ciência Geográfica**, Bauru nº 19, p.19-21, maio/ago, 2001.
- MULHER E TRABALHO**. São Paulo: Fundação SEADE, nº3, 2001, 27p.
- NASCIMENTO, Maria F. A construção da autoridade: mulher e resistência na Espanha cristã do século XIII. In: **Revista Múltipla**, 3(5): p.95-103. 1998.
- OLIVEIRA, Marco A, “Avanços e limites do sindicalismo brasileiro recente” In: OLIVEIRA, Carlos A. B. *et alli*. **O mundo do trabalho, crise e mudança no final do século**. São Paulo: Scritta, 1994, p 497-518.
- OLIVEIRA, Maria H. P. de **A mulher no mercado de trabalho (um estudo sobre a força de trabalho feminino no setor secundário em Presidente Prudente/SP)** 1996 Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

- OLIVEIRA, Martha Tathy. **Trabalhar em Casa. Na era do fim do emprego.** São Paulo: Olhod'água, 2001, 105p.
- OLIVEIRA, Orlandina de. e ARIZA, Marina. “División sexual del trabajo y exclusión social”. In: **Revista Latino-Americana de Estudos do Trabalho.** Associação Latino-americana de Sociologia do Trabalho, Ano 3, n5, 1997, p 183-202.
- PADILHA, Walquiria. **Tempo Livre e Capitalismo: Um Par Imperfeito.** Editora Alínea 2000, 111p.
- PERROT, Michele. **Os Excluídos da História.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 332p.
- PERROT, Michele. **Mulheres Públicas.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, 157p.
- PETRAS, James. Uma Revolução dentro da Revolução. In: **Compreender e construir novas relações de gênero.** São Paulo: Coletivo Nacional de Mulheres MST, p. 12-19, 1998.
- PULINO. Ana Yara, Mulheres: uma palavra, três significados – mulheres em sindicatos, movimentos populares, organizações não governamentais e entidades feministas In: (org) MEIHY. José C. S. B., **(Re)introduzindo História Oral no Brasil.** São Paulo: Xamã, 1996.
- QUINZENA. Mulheres representam 70% dos trabalhadores em condições de pobreza. São Paulo:CPV, n° 255, jul.1997.
- RAMALHO, José Ricardo “Precarização do trabalho em impasses da negociação coletiva no Brasil” In: ANTUNES, Ricardo (org.) **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos** São Paulo: Boitempo, 1997, p.85-114.
- ROLLI, Claudia. Cresce participação de mulheres no mercado. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 4 jul 2002, Dinheiro, p. 5
- ROSSINI, Rosa Ester **Serra Azul: o homem e a cidade.** 1971. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo. São Paulo.
- ROSSINI, Rosa Ester **Geografia e gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista** 1988. Tese (Livre-Docência em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo. São Paulo.
- ROSSINI, Rosa Ester “As geografias da modernidade - Geografia e Gênero - Mulher, trabalho e família. O exemplo da área de Ribeirão Preto.” In: **Revista do Departamento de Geografia/NEMGE** – Universidade de São Paulo, n.º12, p. 7-26, São Paulo,1998.

- ROY, Lise. **O modo de ser mulher na reestruturação produtiva**. Campinas: Editora Alínea, 1999, 157p.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987, 120p.
- SAFFIOTI, Heleieth. O estatuto teórico da violência de gênero. In: TAVARES, José V. **Violência em tempos de globalização**. São Paulo: Hucitec, p.143-163,1999.
- SANTOS, Ariovaldo O. **Trabalho e Globalização. A Crise do sindicalismo propositivo**. Londrina: Práxis, 2001, 116p.
- SANTOS, Douglas. **A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria**. São Paulo: Editora da UNESP, 2002, 217p.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1994a, 124p.
- SANTOS, Milton **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Hucitec, 1994b, 145p.
- SANTOS, Milton **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996a, 308p.
- SANTOS, Milton **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1996b.
- SANTOS, Milton **Território e Sociedade. Entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000a, 127p.
- SANTOS, Milton **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000b, 174p.
- SARTORI, Ari José. Homens e relações de gênero entre sindicalistas de esquerda em Florianópolis. In: BRUSCHINI, Cristina e PINTO, Céli R. **Tempos e Lugares de Gênero**. São Paulo: FCC, Editora 34, 2001.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre, p. 5-22, 1990.
- SEGNINI, Liliana. **Mulheres no trabalho bancário**. São Paulo: Boitempo, 1998.
- SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES. Antonio A.(org.) **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000, p. 132-175.
- SMITH, Neil. Geografia, Diferencia y Políticas de Escala. Tradução de Franco. M.G. Título Original: Geography, Difference and the Politics of Scale. Disponível em: www.Prudente.unesp/ceget

SOUZA, Donaldo B. de. *et all.* **Trabalho e Educação. Centrais Sindicais e Reestruturação Produtiva no Brasil.** Rio de Janeiro: Quartnet, 1999.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos.** São Paulo: Brasiliense, 1991.

THOMAZ JR. A. **“Leitura” Geográfica e Gestão Político-Territorial na Sociedade de Classes.** Boletim Gaúcho de Geografia, nº 24. Edição Especial do XVII Encontro de Professores de Geografia, Ijuí, 1997.

THOMAZ JR A. A trama Societária da reestruturação produtiva e territorial do capital na agricultura e os desdobramentos para o trabalho. In: **O pensamento de Milton Santos e a construção da cidadania em tempos de globalização** (AGB Bauru). Bauru, 2000a.

THOMAZ JR A. Qualificação do trabalho: Adestramento ou Liberdade? Uma contribuição para o entendimento dos Desafios postos ao Movimento Sindical, diante da Reestruturação Produtiva do Capital. **Revista Eletrônica** do II Colóquio Internacional de Geocrítica “Innovación, Desarrollo y Medio Local – Dimensiones Sociales y Espaciales de la Innovación”. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2000b.

THOMAZ JR A. Notas introdutórias sobre as questões ecológica e ambiental para o trabalho e para o movimento operário. **Revista Geográfica**, AGB seção Bauru. Bauru, 2000c.

THOMAZ Jr., **Antonio Por trás dos canaviais, os “nós” da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista.** São Paulo: Anablume/Fapesp, 2002a, 388p.

THOMAZ JR.A. **Por uma Geografia do Trabalho.** (Reflexões Preliminares) *Scruta Nova*, revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. Vol. VI, nm.119(27), 1 de agosto de 2002b. Disponível em: www.ub.es/geocrit/sn119-5.htm

THOMAZ JR. A. **O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da “leitura” geográfica.** Presidente Prudente, 2002c (mimeo), 19p.

TOLEDO, José R. Para homens, trabalho se inicia aos 13. In: **Folha de São Paulo.** São Paulo, 24 mar., 2002. Folha Trabalho, Página Especial, p. 1-8.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal. Arquivos: Propostas metodológicas. In: **Usos e Abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

VALENCIANO. R. C. Processo de luta e seus desdobramentos no Município de Teodoro Sampaio. **Pegada**, vol. 2, nº 2, 2001. Presidente Prudente, São Paulo. Disponível em: www.prudente.unesp.br/ceget.

VENTURI, Gustavo e RECAMÁN, Marisol. Afinal o que querem as mulheres? In: **Teoria e Debate**, ano 15, nº 50, 2002, p.38-43.

ANEXOS

ANEXO 1

Entrevista aos Homens Sindicalistas

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

Entrevista aos Homens Sindicalistas

- 1- Nome
- 2- Idade
- 3- Estado civil
- 4- Filhos
- 5- Escolaridade
- 6- Sindicato, é filiado à alguma Central
- 7- Cargo ou função
- 8- Desde quando
- 9- Mandato
- 10- Número de diretores e quantas são mulheres
- 11- Número de sindicalizados
- 12- Porcentagem de mulheres
- 13- Reuniões e assembléias, quando é decidido, há boa participação, há creches?
- 14- Conhece a política de cotas da Cut, o sindicato segue a Política, ou outra para incentivar a se inserir no meio político
- 15- Você sabe da dupla jornada de trabalho?
- 16- Discriminação salarial e sexual, existe na categoria, qual a postura?
- 17- Mulher e a publicação, há inserção dessa questão?
- 19- Mulher em órgãos políticos, que fazer para aumentar esse número?
- 20- Trabalho de tempo parcial, trabalho informal, a quem mais atinge?
- 21- A categoria tem consciência da opressão que passam as mulheres?

ANEXO 2

Entrevista às Trabalhadoras da Base

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

Roteiro de Entrevista Junto às Trabalhadoras da Base

Nome:

1-Estado civil:

2- Data de nascimento

3- Escolaridade:

4-Filhos?

5- Empresa que tem vínculo empregatício

6- Tem registro na carteira de trabalho?

7- Qual a sua função?.

8- Desde quando você trabalha?

9- Além de você quem mais trabalha na sua casa?

10- Qual a renda mensal familiar?

11- Como vç concilia casa e trabalho, o que fazer para muda-la?

12- Faz horas-extras

13-Você tem outras atividades remuneradas?

14- Renda mensal familiar ?

15- É filiada a partido político?

16-Você é filiada ao sindicato, qual é o sindicato?

17-Você já participou de diretoria de algum sindicato?

18- Você sabe se há mulheres diretoras no seu sindicato?

19-Vç acha que com a inserção da mulher no sindicato, política, muda alguma coisa. Oque?

20-Você participa das assembléias e/ou reuniões convocadas pelo sindicato?

21-O que muda com a inserção da mulher no mercado de trabalho?

22- Você gosta de política?

23- Você gosta de ser mulher?

24- Você largaria seu serviço para ficar em casa, cuidando da casa e filhos?

ANEXO 3

Entrevista às Mulheres Sindicalistas

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

Roteiro de Entrevista Junto às Sindicalistas

- 1- Nome
- 2- Idade
- 3- Estado civil
- 4- Filhos
- 5- Escolaridade
- 6- Cargo ou função
- 7- Desde quando
- 8- Mandato
- 9- Sindicato, é filiado à alguma Central
- 10- Número de diretores e quantos são mulheres
- 11- Número de sindicalizados
- 12- Porcentagem de mulheres
- 13- Filiada à partido político
- 14- Participa de algum movimento feminino ou religioso
- 15- O que a levou a atuar no sindicato?
- 16- Relacionamento com os homens da categoria
- 17- Reuniões e assembleias, quando é decidido, há boa participação, há creches?
- 18- Conhece a política de cotas da CUT, o sindicato segue a Política, ou outra para incentivá-las a se inserir no meio político?
- 19- O que você pensa sobre a dupla jornada de trabalho?
- 20- Discriminação sexual e salarial, existe na categoria, qual a postura?
- 21- Tem publicação própria, há inserção da questão da opressão da mulher?
- 22- Mulher em órgãos políticos, que fazer para aumentar esse número, alguma proposta?
- 23- Trabalho de tempo parcial, trabalho informal, a quem mais atinge?
- 24- A categoria tem consciência da opressão que passam as mulheres?

ANEXO 4

Entrevista às Mulheres Militantes

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

Roteiro de Entrevistas Junto às Militantes

- 1- Nome
- 2- Estado civil
- 3- Idade
- 4- Escolaridade
- 5- Filhos
- 6- Função no sindicato
- 7- Função no trabalho remunerado?
- 8- Como vc se inseriu no sindicato?
- 9- Mudou alguma coisa na sua vida a partir disso?
- 10-Vc acha que as mulheres tem resistência ou dificuldade em se inserir na política?
- 11-Vc acha que as mulheres tem problemas de confiar nas mulheres na política?
- 12- O que vc acha da atuação das mulheres nos sindicatos de Presidente Prudente?
- 13- Porque há a dificuldade de organizar um grupo de mulheres na cidade?
- 14-Qual a sua avaliação do movimento sindical em Prudente?
- 15- Como vc vê a inserção das mulheres nos órgãos políticos?
- 16-Vc acha que há dificuldade de conciliar as tarefas domésticas?como resolver isso?
Existe uma forma de amenizar essa situação?
- 17-O que vc acha da proposta da cut sobre as cotas e sobre a criação da CNMT?
- 18- Vc acha que falta discussão de gênero nos diversos âmbitos da sociedade?

ANEXO 5

Questionário Aplicado às Trabalhadoras da Base

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

Questionário Aplicado Junto às Trabalhadoras da Base

DADOS PESSOAIS

1-Estado civil:

Solteira () Casada () Separada () Desquitada () Viúva ()

2- Data de nascimento:

3-Filhos? Não () Sim () Quantos?.....

4- Escolaridade:

() analfabeta () 1º grau incompleto () 1º grau completo

() 2º grau incompleto () 2º grau completo () 3º grau incompleto

() 3º grau completo () pós-graduação

5- Freqüenta algum grupo de mulheres, ou grupo de mães? Não () Sim ()

IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

6- Empresa que tem vínculo empregatício:

6.1- Setor: () PRIVADO () PÚBLICO

7 Tem registro na carteira de trabalho? () Não () Sim

8 Qual a sua função?.....

9- Qual a sua jornada de trabalho?.....

10-Quem realiza as funções domésticas

() Você sozinha () Com ajuda de faxineira () Ajuda do marido

() Empregada doméstica

() outros.....

11-Qual é a sua renda mensal?

() até 3 SM

() de 3 a 5 SM

() de 5 a 7 SM

() acima de 7 SM

12- Existe diferença salarial entre homens e mulheres na sua categoria, para a mesma função?

Não Sim não sabe

13- Renda mensal familiar ?

até 3 SM de 3 a 5 SM de 5 a 7 SM acima de 7 SM

14- Quantas pessoas contribuem para essa renda?

Você é responsável pelo seu sustento

Você e seu cônjuge são responsáveis pelo sustento da casa

Você recebe ajuda da família

Além de você, tem filhos que contribuem com a renda

Somente você possui renda na casa

outros.....

15- Você tem outras atividades remuneradas? Não Sim

16- Já sofreu discriminação sexual no trabalho? Não Sim

17- É filiada a partido político? Não Sim

Qual?..... Há quanto tempo?.....

18- Você já participou da diretoria de algum sindicato?

Não Sim

19- Você sabe qual o sindicato que te representa?

Não Sim Qual?.....

20- Você é filiada ao sindicato? Não Sim

21- O Sindicato é filiado a alguma central sindical?

Não não sabe Sim Qual?.....

22- Você sabe quantas diretoras (mulheres) tem no seu sindicato?

Não Sim Quantas.....

23- Você participa das assembléias e/ou reuniões convocadas pelo sindicato?

Não Sim

24- Você sabe o dia das assembléias e/ou reuniões?

Durante a semana Final de semana não sabe

25- Qual o horário das assembléias? Manhã Tarde Noite não sabe

26- O Sindicato possui informativo próprio (jornal ou qualquer outra forma de publicação impressa) () Não () não sabe () Sim

29- O que o sindicato oferece para você?

() Convênios médicos e farmácias () Convênios com clubes e áreas de lazer

() Dentista () Assistência jurídica

() outros

30- Sobre quais assuntos e questões o sindicato deveria lutar e se envolver, na sua opinião?

() Mais convênios médicos

() Área de lazer () Mais integração com a categoria

() Reivindicação de melhores salários () Reivindicação de mais direitos trabalhistas

() cursos de formação política () outros

31- Você sabe se existe no sindicato cursos, reuniões ou um espaço em que se possa discutir a questão da mulher trabalhadora, seja relacionado à saúde da mulher, formação política, etc?

() Não () Sim

32- Existe a política de cotas da CUT que prescreve que 30% da diretoria dos sindicatos devem ser compostas por mulheres, vc conhece?

() Não () Sim

PERFIL SOCIAL

33- Você tem com frequência atividades de lazer?

() Não () Sim Quais? () Cinema () Shopping () Esporte

() clubes () outros

34- Você faz leituras frequentemente?

() Não () Sim quais? () jornal () Revista () Livros

() romances () outros

35- Assiste TV?

() Não () Sim Qual(s) programa(s)? () telejornal () programas de auditório

() novelas () desenhos animados () programa de auditório () outros

**AUTORIZO A REPRODUÇÃO DESTE
TRABALHO**

Presidente Prudente, 07 de Abril de 2003

TEREZINHA BRUMATTI CARVALHAL